



**ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU  
REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE  
NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE.**

----- No dia vinte e três de Novembro de dois mil e nove, teve lugar no Solar dos Peixotos, a quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelos Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e vinte e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Jorge Manuel de Sousa Mota e Marco Alexandre Ferreira Rodrigues. -----

**- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----**

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, três exemplares dos Boletins: Número cento e oitenta e três, referente ao mês de Setembro e a número cento e oitenta e quatro, referente ao mês de Julho. Remeteu também o seguinte expediente: Ofício a comunicar que na sequência do acto eleitoral de onze de Outubro de dois mil e nove, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal cessante deve proceder à convocação para o acto da “Instalação dos órgãos municipais”; Referente ao “XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses / Primeira Informação”, remete ofício a solicitar o nome do um Presidente de Junta de Freguesia eleito em Assembleia Municipal; Ofício a comunicar que se realiza em Viseu nos dias quatro e cinco de Dezembro de dois mil e nove o “XVIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses”. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Diversos convites à Assembleia Municipal; convocatória do Conselho Municipal de Educação para a reunião ordinária que se realizou no passado dia dezanove de Outubro; remeteu cópias do expediente da Inspeção-Geral da Administração Pública (IGAL), sobre: “Inspeção Ordinária Sectorial ao Município de Viseu” e “Inspeção Ordinária Sectorial ao Município de Viseu – Eventuais Responsabilidades Financeiras”; Diverso expediente para ser agendado na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal de vinte e três de Novembro de dois mil e nove e informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- A Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL) enviou a esta Assembleia Municipal dois ofícios a comunicar que remeteu à Câmara Municipal de Viseu os resultados de: “Inspeção Ordinária ao Município de Viseu” e “Inspeção Ordinária Sectorial ao Município de Viseu – Eventuais Responsabilidades Financeiras”, pelo que esta Assembleia Municipal deverá solicitar as respectivas cópias. -----

- A Firma Jorge, Vítor, Neto, Fernandes & Associados, remeteram a esta Assembleia Municipal o Relatório sobre - “Informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município de Viseu referente ao primeiro semestre de dois mil e nove (Artigo quarenta e oito da lei número dois/dois mil e sete, de quinze de Janeiro – Lei das Finanças Locais)”. -----

- A Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., enviou a esta AMV ofício a solicitar



- a designação de um representante da Assembleia Municipal de Viseu para integrar o Conselho da Comunidade do ACES Viseu (Dão-Lafões I). -----
- A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Viseu, remeteu ofício a esta AMV a solicitar a indicação dos nomes dos actuais representantes da Assembleia Municipal na Modalidade Alargada da CPCJ de Viseu. -----
  - A Assembleia Distrital de Viseu, remeteu a esta AMV ofício a solicitar a identificação dos membros deste órgão que irão constituir a Assembleia Distrital durante o próximo quadriénio. -----
  - O Senhor Coronel de Infantaria Rui Fernando Baptista Neves, ao cessar funções de Comandante do Regimento de Infantaria Número Catorze, apresenta cordiais cumprimentos de despedida e manifesta o seu sincero reconhecimento por todas as provas de consideração, estima e amizade, bem como por toda a colaboração prestada. -----
  - O Senhor Coronel de Infantaria João Manuel de Carvalho Oliveira da Cunha Porto, ao assumir funções de Comandante do Regimento de Infantaria Número Catorze, apresenta respeitosos cumprimentos e manifesta total disponibilidade para continuar a prestar colaboração durante o período de desempenho do cargo. -----
  - O ex-Director do Centro de Emprego de Viseu, ao cessar funções, apresenta respeitosos e cordiais cumprimentos de despedida. Manifesta também o reconhecimento por todas as provas de consideração, estima e amizade, bem como toda a colaboração prestada. -----
  - Os Senhores Deputados a seguir indicados, remeteram a esta AMV a justificação de falta para a cerimónia da instalação dos órgãos autárquicos que se realizou no passado dia vinte e seis de Outubro de dois mil e nove: António Fernando Correia de Campos (PS); Jorge Manuel Sousa Mota (PSD) e José Manuel Henriques Mota Faria (PSD). -----
  - **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
  - Foi dada autorização, por via oficiosa, aos Partidos Políticos, bem como às Entidades e Organismos que solicitaram a cedência do Salão desta Assembleia Municipal. -----
  - Foram remetidos à Câmara Municipal de Viseu a Certidão e Deliberação em Minuta, tomada em Sessão Ordinária desta AMV, realizada do passado dia catorze de Setembro de dois mil e nove. -----
  - Foi remetido, via oficiosa cópia da Moção, Solicitando à Câmara Municipal a construção de Casas Mortuárias que não pertençam à Igreja Católica, bem como dê início aos estudos conducentes à criação de um Crematório, subscrita pelos Senhores Deputados António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e José António Santos Esteves Correia do Grupo Parlamento do Partido Social-Democrata. -----
  - Esta Assembleia Municipal, remeteu ofícios à Câmara Municipal a solicitar o envio de cópia do resultados de: “Inspecção Ordinária Sectorial ao Município de Viseu” e “Inspecção Ordinária Sectorial ao Município de Viseu – Eventuais responsabilidades Financeiras”. -----
  - Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, O Edital da Sessão desta Assembleia Municipal, que se realizou no passado dia vinte e três de Novembro de dois mil e nove, para afixação na sede das mesmas, bem como aos Partidos Políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário. ----- Foi enviada, via oficiosa, os Lidares Parlamentares a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. --
  - Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Ordinária desta AMV que se realizou no passado dia vinte e três de Novembro de dois mil e nove. -----
  - **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu



início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito bom dia a todos, vamos começar a nossa primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, depois das últimas eleições autárquicas. Obviamente que não queria deixar de começar esta primeira Sessão da Assembleia Municipal sem cumprimentar todos os eleitos. As Senhoras e Os Senhores Deputados, os que já transitaram da Sessão anterior e sobretudo aqueles que pela primeira vez se sentam nesta Assembleia Municipal, e obviamente também cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores. Portanto, felicita-los a todos pela eleição e manifestar aqui, desde já, um desejo, que esta Assembleia Municipal neste novo mandato decorra com o empenhamento habitual de todos os se disponibilizaram para representar os nossos concidadãos neste Órgão. Que decorra no cumprimento das regras democráticas que todos conhecemos, no cumprimento do Regimento e da Lei em vigor e também dentro das regras de civilidade e de convívio são em termos democráticos o que é habitual nestas Sessões. Este é o voto que eu deixaria a todos esperando que consigamos aqui construir um trabalho positivo em prol daqueles que nos elegeram. E que consigamos também, obviamente que isso não é bem menos importante, chegar ao fim do mandato com a consciência de que cumprimos cada um o nosso dever. Pela parte da Mesa da Assembleia Municipal, de mim próprio, do primeiro secretário e do segundo secretário, também a disponibilidade total para apoiar todos os Senhores Deputados. Esperamos que nos facilitem também a vida no ponto de vista da condução dos trabalhos. E também da parte dos serviços, sobretudo para os novos, disponibilizar desde já os serviços daqui da Assembleia Municipal, para tudo aquilo que precisarem, portanto, a Dona Alzira está cá a tempo inteiro, sempre que precisarem de alguma informação entre Assembleias, ela está cá exactamente para nos servir a todos. Desse ponto de vista, sempre que necessitem de alguma coisa, não hesitem. Agora entrando em questões de natureza prática, há aqui a questão do Regimento, obviamente que enquanto não estiver um outro Regimento em vigor, as regras que vamos seguir são do Regimento actual. Voltava a pedir aos Partidos que indicassem um representante para fazer parte da Comissão de Revisão do Regimento, para evitarmos estarmos a fazer isso aqui em plenário, constituiríamos uma Comissão que irá avaliar e ver se há propostas de alteração. Se elas ocorrerem, na próxima reunião de Assembleia Municipal traria cá essas mesmas propostas. Até lá, estará em vigor o Regimento que está neste momento a funcionar. Uma outra questão que eu gostava de colocar aos Senhores Deputados, era que nós transformássemos em regra, e isso carece de uma deliberação, que do ponto de vista legal a Convocatória tem que ser sempre enviada por escrito e tem que ser enviada para a residência que cada um dos Senhores Deputados refere. Portanto, aquilo que eu propunha, obviamente, vamos cumprir a Lei do ponto de vista do envio da Convocatória, agora, gostava de transformar, até por questões ecológicas, a regra, passar a ser enviado por e-mail de todo o material necessário, da informação que já vai alguma dela por e-mail, mas mesmo a informação que serve de suporte às nossas ordens de trabalhos, poder passar a ser enviada por e-mail em vez de ser enviada por papel. Porque aí os Senhores Deputados poderão também, alguns até com certeza que poderão ler os documentos sem os imprimirem com vantagens óbvias para o funcionamento e também do ponto de vista ambiental. Aquilo que eu iria fazer daqui a pouco, se estiverem de acordo com este procedimento, é distribuir uma declaração em que cada um dos Senhores Deputados ou Senhoras Deputadas manifeste a vontade de que futuramente toda a documentação vos seja enviada por via electrónica. Os Senhores Deputados que manifestarem essa vontade passarão a receber toda a informação por via electrónica. Os que não manifestarem essa vontade, continuarão a receber a informação pela via normal, em suporte de papel. Agora, para uma questão de organização dos serviços, hoje nesta Assembleia, era importante que cada um manifestasse a sua vontade para futuramente em vez de andarmos a gastar quilos de papel, como nos acontece, passaríamos a enviar só aqueles que efectivamente manifestassem a vontade de que fosse



em suporte de papel. Portanto, eu perguntava se está alguém em desacordo face a este procedimento. Eu interpreto então o silêncio como anuência a esta minha proposta e vamos passar a utilizar cada vez mais o suporte digital para evitar estarmos sempre a fazer informação, portanto, através de papel. A nossa Ordem de Trabalhos hoje, como já repararam, é extremamente extensa, portanto, eu pedia é que desde logo, para o Período Antes da Ordem do Dia, procurássemos ser incisivos e não ultrapassar muito aquilo que está definido em termos regimentais, que é uma hora. Temos duas componentes distintas na nossa Ordem de Trabalhos, também aqui gostava de colocar à vossa consideração um procedimento que é este: Nós temos várias eleições, se formos fazer a eleição uma por uma, vamos estar aqui um tempo muito longo...” (Neste momento alguém interrompe da bancada parlamentar, o que não é audível). De imediato o Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo Marques.” -----

- UM – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Bom dia a todos. É só uma questão que parece que não ficou muito explícita, é que nós recebemos por via electrónica a documentação, não é? Mas depois para a consultar aqui, das duas uma: Ou imprimimos em casa a documentação, esse material todo em papel, ou trazemos o computador portátil. Estamos aqui na mesma, a cair no mesmo problema que é ter que imprimir em casa em papel.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, responde à questão que lhe foi colocada da seguinte forma: “Senhor Deputado, depois cada um fará a sua gestão. Quem quiser continuar a receber na mesma por suporte de papel, a Assembleia, obviamente que disponibiliza, isso não está em causa. Agora, do ponto de vista do envio por via electrónica, enfim, em termos práticos, muitos dos Senhores Deputados não intervêm em todos os pontos, com certeza até podem ler em casa, no computador, deixaria isso à gestão de cada um. Se recepcionarem por via electrónica não impede que liguem para aqui para os serviços a solicitar o envio de um ponto, devidamente impresso. Se o princípio for aceite eu deixaria a gestão do processo a cada um dos Senhores Deputados. Sempre que precisem de um processo escrito, obviamente que a Assembleia e os serviços estarão disponíveis para facultar de imediato a fotocópia que for necessária, agora, deixaria um pouco ao vosso critério. A regra seria o envio por via electrónica, pelo menos foi isso que eu entendi do silêncio das Senhoras e Senhores Deputados, quando for solicitado é que é enviado em suporte de papel, à excepção dos Senhores Deputados que digam assim, quero sempre receber em suporte de papel. Obviamente que, as Convocatórias continuarão a seguir sempre com a menção de que toda a documentação integrante desta Convocatória foi enviada neste mesmo dia por via electrónica. Até com vantagem, recebem mais cedo, do que habitualmente, não é? Estava eu agora a referir-me à metodologia para podermos aqui poupar tempo. Se fizermos as diferentes eleições uma por uma, vamos passar aqui para aí uma hora e meia nestes procedimentos. O que é que eu sugeria? É que até ao Período de Antes da Ordem do Dia os partidos políticos representados aqui na Assembleia Municipal, apresentem as candidaturas aos diferentes pontos onde existem eleições. Depois disso, organizaremos, os serviços já prepararam boletins de voto com cores diferentes, e portanto, depois marcaremos até que momento no decorrer da Assembleia Municipal estará a funcionar aqui nesta sala de apoio a urna. Os Senhores Deputados vão passando por lá e vão votando, porque assim o que é que permitirá? Quando chegarmos a esses pontos da Ordem de Trabalhos aquilo que a Mesa já terá é o escrutínio feito e anunciará os diferentes resultados, portanto, com poupança evidente. Aquilo que eu sugeria se estiverem de acordo é, até ao final da PAOD, do Período Antes da Ordem do Dia, apresentam as candidaturas na Mesa aos diferentes pontos que vou lembrar, basicamente é metade da Ordem de Trabalhos, a partir do ponto dez, tudo isso são eleições. Se estivessem de acordo com este procedimento, até ao final do PAOD entrega



das propostas de lista. Depois organizaríamos o processo eleitoral e decorreria tudo ao longo da Sessão. Ninguém se opõe a este procedimento, não é? Agora, um outro aspecto também que gostava de vos colocar prende-se com a introdução de um ponto e o retirar de outro. Como sabem nos termos Regimentais e da Lei, só quando há a chamada regra dos dois terços, permite a introdução de algum ponto novo na Ordem de Trabalhos, ou o retirar de um ponto na Ordem de Trabalhos. O procedimento que eu sempre segui foi o de procurar o consenso na Assembleia Municipal para esse efeito. No caso concreto, aquilo que se passa prende-se com a eleição do Conselho Municipal de Juventude. Já depois de termos agendado este ponto, eu recebi aqui um parecer da Associação Nacional de Municípios que eu vou pedir para distribuírem aos Líderes dos Grupos Municipais, que basicamente o que diz é que, foi estabelecido o novo regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude. “Como tivemos ocasião de referir anteriormente, o diploma em causa tem aspectos que se constituem como intromissões desproporcionadas do legislador na actividade municipal, condicionando a capacidade de acção das Câmaras Municipais e impondo-lhes determinadas obrigações que restringem a sua autonomia de gestão. Recebemos agora a informação provida da Provedoria de Justiça de que o pedido da Associação de Municípios, suscitou junto daquele Órgão do Estado a inconstitucionalidade do diploma, está a ser analisado. Face ao exposto, sugere-se uma vez mais a Vossa Excelência que continue a apoiar as organizações de juventude e os jovens, uma vez que se considera de maior importância a existência de mecanismos que fomentem a participação das populações nos processos de tomada de decisão, e, neste caso em apreço, de participação dos jovens. No entanto, e face aos moldes em que a Lei oito de dois mil e nove, dezoito de Fevereiro, foi aprovada e aos problemas que a mesma suscita, entende-se que a instalação dos Conselhos Municipais de Juventude deve ser adiada, até que as questões colocadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses sejam completamente esclarecidas”. Ora bem, esta é uma orientação que vem da Associação Nacional de Municípios Portugueses, parece que faz pouco sentido, pelo menos foi esta a interpretação da Mesa, estar a proceder a uma eleição quando o processo legislativo pelos vistos está ainda longe de estar concluído. Portanto, a proposta que eu fazia à Assembleia, é que nós retirássemos o ponto da eleição dos representantes para o Conselho Municipal da Juventude e que o adiássemos para a próxima reunião da Assembleia Municipal. Perguntava aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas se se querem pronunciar sobre esta matéria, ou se concordam com este procedimento que eu vos estou a propôr. Alguém se quer pronunciar sobre esta proposta? Então se estiverem de acordo e ninguém se manifestar contra, eu iria retirar o ponto onze da Ordem de Trabalhos, que ficaria adiado para uma próxima reunião da Assembleia Municipal, portanto, está aprovado por unanimidade. Uma outra questão também que nos passou já depois da Convocatória estar pronta, houve aqui a preocupação de juntar tudo que tivesse carácter electivo na mesma Ordem de Trabalhos, enfim, para poupar tempo para a própria Assembleia e também permitir que logo no início de mandato todos os representantes da Assembleia entrassem em funções nos diferentes órgãos. Escapou-nos aqui a eleição do nosso representante para o Conselho Cinegético Municipal. Para não estarmos a atrasar este processo, o que é que eu sugeria? Sugeria aos Senhores Deputados que introduzíssemos um ponto da Ordem de Trabalhos, provavelmente até para não estarmos a alterar muito a Ordem de Trabalhos, substituíamos o ponto onze que retirámos, por este ponto onze, que era a eleição de um Senhor Presidente de Junta, representante no Conselho Cinegético Municipal. Portanto, se ninguém se opusesse, integrávamos então como ponto onze esta eleição do Conselho Cinegético. Portanto, também está aprovado por unanimidade esta alteração da Ordem de Trabalhos. Acho que já referi os aspectos todos que tinha aqui. Só uma última questão que eu gostava também de colocar à consideração das Senhoras e Senhores Deputados. Por tradição a Assembleia organiza uma Assembleia Municipal Jovem com o envolvimento de



todos os Agrupamentos das Escolas do Concelho. Aquilo que eu queria propor à Assembleia era que mantivéssemos essa tradição, porque já vamos para a quarta edição da Assembleia Municipal Jovem, que do ponto de vista organizativo seguíssemos a mesma metodologia, que é, envolver na organização os nossos representantes na Comissão de Protecção de Jovens em Risco e que enfim, se houver algum partido que não esteja representado nestes eleitos, que hoje vamos eleger para esta Comissão, esse partido indicará um representante, de alguma maneira em que exista uma Comissão composta pela Mesa e pelos representantes dos partidos na Comissão de Protecção de Menores, que faz a organização da Assembleia Municipal Jovem. Porque é que já estou a propôr? Porque seria de utilidade fazer uma reunião com todos os representantes dos Agrupamentos ainda no decorrer deste ano, para quê? Para articular a forma como se vai fazer a Assembleia, escolher o tema, que normalmente é escolhido em concertação com as próprias escolas, sendo que este ano a questão da pobreza poderia ser o tema, visto que está a ser tratado do ponto de vista europeu. Penso que poderia ser interessante sensibilizar os jovens, mas deixaria isso também para a reunião que faremos com os Agrupamentos de Escolas. Queria pedir à Assembleia que desse um voto à Mesa para continuar a tratar, nos termos habituais, e que pudéssemos desde já poder avançar com a Assembleia Municipal Jovem. Perguntava se alguns dos Senhores Deputados se opõe a esta metodologia. Portanto, também está aprovado. Antes de começarmos o Período Antes da Ordem do Dia, havia um procedimento que já seguimos anteriormente que eu proponho que continuemos a seguir, para uma questão da Mesa poder organizar os trabalhos, que os partidos no início do PAOD apresentem logo a inscrição dos seus membros que querem intervir no Período Antes da Ordem do Dia. Isso permite, no fundo, estruturar e ter aqui a preocupação de intercalar elementos de vários partidos, para não serem todos do mesmo partido a intervir de uma forma seguida. Portanto, se estiverem de acordo vamos manter este procedimento de no início darem uma lista, eu depois vou dando ao longo do Período Antes da Ordem do Dia a palavra a quem a pedir. Também temos aqui que cumprir uma formalidade, que é dar posse aos Senhores Membros da Assembleia Municipal que não estiveram cá na Tomada de Posse. Eu iria muito rapidamente chamar quem ainda não assinou, que faria aqui o juramento e assinaria no respectivo local”.*(Neste momento foi prestado juramento e posterior assinatura dos Senhores Deputados em falta no dia da Tomada de Posse)*. De seguida o Senhor Presidente da Mesa prossegue e disse: “Temos um problema pendente que é o do Senhor Presidente da Junta de Abraveses, mas que enfim, vai continuar pendente, porque infelizmente ele continua doente e internado e portanto, é um local de representação não há forma nenhuma de o ultrapassar, porque a representação só pode ser feita pelo Senhor Presidente da Junta. Ele não está em condições de tomar posse, portanto, obviamente que nos termos legais ir-se-á cumprir o que a Lei define. Há depois um prazo legal para tomar posse. Do ponto de vista da posse fica só uma Senhora Deputada que depois quando chegar com certeza que o fará. Uma última questão de natureza formal, é a aprovação da Acta da reunião anterior. Obviamente, põe-se sempre o problema é que uma Assembleia empossada com elementos novos que têm que se pronunciar sobre uma Acta de uma Assembleia anterior, mas é assim que isto está porque era impossível aprovar em tempo útil uma acta. Agora ela tem que ser aprovada e por isso, eu iria colocar à discussão e votação a Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia catorze de Setembro de dois mil e nove e perguntava se alguma das Senhoras, ou Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta Acta. Não tenho nenhum pedido, iria colocá-la à votação, foi aprovada com quarenta e quatro votos a favor e dezasseis abstenções e nenhum voto contra. Está então aprovada a Acta de catorze do nove. Um outro procedimento que também seguimos, a Lei refere que demos dar conhecimento aos Senhores Membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência expedida e recebida. Foi uma prática já abandonada há muito



tempo, porque de facto dispensa-nos de ler, pois será distribuído a todos os Senhores Deputados uma lista onde está a correspondência recebida e toda a correspondência expedida. Sempre que necessitem de alguma cópia, ou alguma informação, é só solicitarem aos serviços. Portanto, está esgotada esta parte, pedia agora aos Senhores representantes dos partidos, aos líderes municipais, que me entregassem a listagem das pessoas que querem intervir no Período Antes da Ordem do Dia. Então dou a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos”. -----

**- DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)**

– Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Muito brevemente, não me foi possível estar na primeira Sessão onde este protocolo é cumprido, mas gostaria de cumprimentar todos os Senhores Deputados, começando por cumprimentar a Mesa que foi eleita para estas funções. Todos os Senhores Deputados eleitos, sobretudo acolher, digamos assim, com simpatia todas as caras novas que se encontram entre nós. Quero naturalmente cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Municipal e toda a Vereação, felicitando-os pela eleição que venceram, cada um a seu modo, naturalmente, em termos quantitativos, mas felicitá-los vivamente e desejar-lhes as maiores felicidades no exercício dos cargos. Como é sabido o partido a que pertença obteve resultados inferiores aos anteriores, embora superiores no país, em relação àquilo que detinha e com um notável avanço no Distrito. O partido que lidera o Executivo teve um resultado muito distinto. Se a sorte e o trabalho protegem os audazes, é também desejar que a generosidade seja apanágio dos fortes. Quero também cumprimentar o Doutor Fernando Ruas, agora já a título pessoal, pelo facto de se esperar que brevemente seja eleito ou reeleito Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, segundo notícias da comunicação social. Cumprimento e tenho orgulho em que o Presidente do Município do meu concelho, a cuja Assembleia Municipal eu pertença, tenha a possibilidade de continuar à frente dum órgão com essa representatividade. Quero também salientar que, ao contrário de algumas vezes que se fizeram sentir logo a seguir a diferentes resultados eleitorais sugerido quanto ao número de câmaras municipais e ao contrário de algumas vezes que insinuavam a possibilidade de se desvirtuar as regras desde sempre utilizadas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, de o Senhor Presidente sair com o maior número de câmaras municipais. Contra essas insinuações, o Partido Socialista manifestou-se logo no primeiro dia, ou talvez até na primeira noite, no sentido de se manter essa regra institucional. Portanto, quero salientar que nós defendemos regras, princípios, instituições e embora pudesse haver um hipotético resultado eleitoral diferente para essa eleição, entendemos que não é aceitável esse tipo de procedimento, como aliás foi salientado por dirigentes do Partido Socialista dentro da Associação Nacional de Municípios Portugueses, logo, suponho que na noite eleitoral. Quero naturalmente, fazer minhas as palavras do Senhor Presidente, sobre a luta política e o facto de eu começar a minha intervenção neste novo mandato com cumprimentos e felicitações sobretudo dirigido aos vencedores e a todos os novos presentes, não significa que adormecemos na luta política. O papel das oposições é justamente de serem vivas, de serem actantes, serem acutilantes. Como disse, muito bem, O Senhor Presidente da nossa Assembleia Municipal, a luta política frontal, com argumentos substantivos, mas sempre com correcção e urbanidade. É assim que pretendemos continuar a actuar. Finalmente queria aproveitar esta oportunidade, ocasião e este Período Antes da Ordem do Dia para saudar as notícias que colocam o nosso Hospital Central de São Teotónio de Viseu entre os melhores hospitais do país. O Hospital de São Teotónio foi colocado em quarto lugar numa classificação que é publicada todos os anos por uma revista, por um grande magazine, com o apoio de uma instituição científica, com base numa metodologia que é a mesma com que nos Estados Unidos, um jornal chamado “News Report”, publica e ordena várias instituições. Ordena os hospitais, ordena as universidades, ordena os municípios, os condados nos Estados Unidos, de acordo com



classificação e critérios, dos que são conhecidos, dos que são públicos, que são aceites. É evidente que são sempre passíveis de discussão todos estes critérios, mas a verdade é que vamos, salvo erro, no quarto ano de execução destes critérios, eles têm-se tornado cada vez mais aperfeiçoados certamente, e também cada vez mais respeitados. E o Hospital Central de São Teotónio em Viseu adquiriu, ou alcançou o quarto lugar, em geral, e alguns dos seus serviços, nomeadamente o Serviço de Ortopedia e Traumatologia, alcançou o primeiro lugar na classificação nacional. Eu creio que isto é um motivo de orgulho para todos nós, é um motivo para cumprimentarmos e felicitar os dirigentes do Hospital e todos os que nele trabalham. Também aproveitar a ocasião para felicitar um dos dirigentes, e suponho que distinto clínico do nosso Hospital, Doutor Ermida, que justamente pertence até ao serviço que foi classificado em primeiro lugar. Portanto, todos temos orgulho de ver este desempenho e creio que é esse voto congratulatório o que eu aqui me permito fazer. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)

– Intervêm da seguinte forma: “Na primeira Assembleia Municipal deste século, a vinte e oito de Fevereiro de dois mil e um, Já lá vão cerca de nove anos, tive a oportunidade de dizer o seguinte: “...mais importante que recordar o passado ou avaliar o progresso deste concelho nos últimos anos, será perspectivar o seu futuro, de forma a que Viseu se consolide como uma cidade e um concelho dinâmico, moderno e próspero, dando por um lado, uma resposta positiva aos legítimos anseios dos viseenses em todas as suas vertentes, e por outro lado, possa também ser um pólo de atracção e fixação de novas gentes vindas de outras paragens que, com os seus conhecimentos e o seu trabalho, nos ajudem na evolução e no crescimento desta nossa cidade e desta bonita região. Nesta linha de raciocínio é responsabilidade deste fórum não só elencar as carências que ainda sentimos, como também apontar directrizes de actuação, para quem estando a algumas centenas de quilómetros de Viseu tem a responsabilidade de definir e executar a nível nacional, uma política que deverá ser o mais equilibrada possível entre as diversas regiões”. Tive necessidade de recuperar esta minha intervenção para demonstrar que a mesma, além de não se ter desactualizado com o tempo, ganhou actualidade. Apesar de reconhecido por todos nós que Viseu é uma cidade e um concelho que têm tido um enorme crescimento e desenvolvimento, proporcionando uma elevada qualidade de vida aos viseenses. Também temos a clara noção de que os três grandes projectos estruturantes e fundamentais para o nosso crescimento futuro, continuam a ser sistematicamente adiados, ano após ano, pelo poder central. Falo-vos da auto-estrada Viseu-Coimbra, falo-vos do Eixo Ferroviário de Alta Velocidade Aveiro-Viseu-Salamanca e falo-vos da Universidade Pública de Viseu. Relativamente à Universidade Pública, vamos aguardar o resultado da reunião solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu ao Senhor Ministro do Ensino Superior. Deixo-vos no entanto, desde já, a garantia de que este assunto sempre foi e continuará a ser acompanhado de perto e de uma forma muito empenhada pelo PSD. Quanto ao Eixo Ferroviário de Alta Velocidade Aveiro-Viseu-Salamanca, apenas sabemos que foi lançado concurso em Agosto passado, ainda pelo anterior Governo, para o Estudo Prévio e Estudo de Impacte Ambiental. Como diz o ditado “gato escaldando de água fria tem medo”, fica-nos o fundamentado receio, sobre qual o verdadeiro empenhamento deste Governo nesta obra e qual a sua calendarização, por duas razões muito simples: primeiro porque entretanto mudou o Governo e o Ministro, segundo porque ter lançado este concurso a um mês das Eleições Legislativas, fica-nos a sensação de um acto eleitoralista. Oxalá que, a bem de Viseu, eu esteja enganado. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, não deixe de abordar este assunto na primeira oportunidade em que estiver com o Senhor Ministro das Obras Públicas. Relativamente ao terceiro projecto estruturante e fundamental para esta Região, a auto-estrada Viseu-Coimbra, está infelizmente cada vez





mais parecida com um qualquer enredo de uma trágico-novela. Precisamos de recuar bastante no tempo, não para a compreendermos, visto não ser possível encontrar uma justificação lógica para o seu atraso, mas tão só, para realizarmos um exercício muito esforçado de compreensão. Assim, quando o Partido Socialista ganha as eleições em Março de dois mil e cinco, já lá vão portanto quase cinco anos, apressou-se a anular o projecto da auto-estrada deixado pelo PSD, com a argumentação frágil de que o traçado não agradava ao Partido Socialista. Na prática, desta forma, conseguiu o governo atrasar apenas significativamente a obra. Ficamos com a convicção que era esse apenas o objectivo, pois com o novo traçado do Partido Socialista, Coimbra e Lisboa, ficam a maior distância de Viseu. Confesso a minha ignorância, mas não entendo de que forma Viseu sai beneficiado. Mas voltemos à cronologia. Dois anos e meio mais tarde, em Novembro de dois mil e sete o então Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações do Governo Socialista, garantiu que, e passo a citar “o processo de construção da futura auto-estrada entre Viseu e Coimbra, deverá ser adjudicada durante o próximo ano e as obras poderão arrancar no início de dois mil e nove”. Cinco meses depois, a seis de Março de dois mil e oito, o Primeiro-Ministro José Sócrates, no habitual debate quinzenal na Assembleia da República reafirmou que o concurso de concessão da Auto-estrada do Centro, ia ser lançado durante esse mês de Março, devendo as obras arrancar ainda no ano de dois mil e nove, prevendo-se a sua conclusão para p final de dois mil e onze. Nesse mesmo ano de dois mil e oito um destacado socialista de Viseu, afirma peremptoriamente “esta não será uma obra para as calendas, mas a iniciar já no próximo ano”. As palavras socialistas, leva-as o vento, não é verdade? Este ano, em que deveriam ter início as obras com muitos anos de atraso, somos confrontados com a notícia de que o Governo anulou o concurso, com base num parecer da Comissão de Avaliação do Concurso das auto-estradas do Centro com o argumento de que o valor é superior em mais do dobro do valor orçamentado. Rapidamente o Ministro Mário Lino vem a público afirmar que irá abrir novamente o concurso e reiniciar o processo, garantindo que, e passo a citar: “temos é que fazer o concurso e temos é que fazê-lo como dever ser e com rigor”. O anúncio do concurso foi publicado em Diário da República a dois de Outubro, devendo as propostas ser recebidas até dezasseis de Novembro de dois mil e nove. Toma posse o novo Governo, mas herda a veia das anulações e dos adiamentos. Já em Novembro, adia por mais um mês o prazo de entrega das propostas que passou agora para meados de Dezembro. Minhas Senhoras e meus Senhores, pergunto: que mais culpa virá a seguir? Sinceramente não sei, mas é bom que nos preparemos para mais um percalço. Enquanto isto, a IP três, degrada-se diariamente, aumentando em cada dia que passa o risco de mais e maiores acidentes. Todos nós sabemos que a prevenção rodoviária, não se resolve com anúncios diários na comunicação social, resolve-se tornando as estradas mais seguras. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, propõe a seguinte moção: MOÇÃO – Considerando que as acessibilidades são fundamentais para o desenvolvimento harmonioso das regiões. Considerando que a concretização da auto-estrada Viseu-Coimbra é demasiado importante para o concelho e o distrito de Viseu. Considerando que por mais rápido que se venha a concretizar a sua construção, ela demorará sempre vários anos. Considerando que o actual IP três, com grandes necessidades de conservação e de manutenção, está-se a degradar diariamente e um ritmo muito elevado, com grandes perigos para quem lá circula. Assim, a Assembleia Municipal de Viseu reunida em vinte e três de Novembro de dois mil e nove, delibera que a mesma, solicite ao Senhor Ministro do Equipamento e Obras Públicas, uma intervenção urgente de manutenção e conservação no actual IP três, rápida no tempo e eficiente na forma, no sentido de se inverter a perigosidade da mesma, contribuindo para o aumento da segurança rodoviária. Aproveitando a oportunidade, deverá também questionar o Ministro, sobre os novos prazos de início e conclusão da A vinte e quatro. Pelo Grupo



Parlamentar do PSD. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Deputado, temos então uma Moção que eu coloco à discussão. Tenho já uma inscrição, Senhor Deputado Correia de Campos tem a palavra”. -----

- QUATRO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Eu queria desde já comunicar-lhes que o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Moção, porque ela não incluiu nos seus considerandos e estive, enfim, atentamente a ouvir o seu texto, se tivesse incluído algumas das afirmações orais que o meu colega Deputado do PSD aqui fez antes, nós não a teríamos votado favoravelmente, mas como o texto final parece escoreito, não temos nenhuma objecção em a votar favoravelmente. Todavia, gostaria de chamar a atenção e vou analisar cada um dos problemas de “per si”. Eu não me importo nada, e o Partido Socialista está cem por cento de acordo, com a pressão que se possa exercer sobre o Governo, porque evidentemente, há trezentos e oito municípios e há toda a vantagem que as pressões cheguem ao seu destino. Mas as pressões têm que ser razoáveis e não podemos partir do princípio de que todas as pressões são absolutamente iguais e absolutamente justificadas. Em relação ao primeiro ponto levantado, todos conhecem já o ponto de vista do Partido Socialista. Se porventura vier a surgir em Assembleias futuras, ou nesta mesma, uma moção com os mesmos fundamentos das moções repetidamente copiadas como que a papel químico, apresentadas na última legislatura, nós como então afirmámos, abster-nos-emos de aprovar essas moções. Todavia, há factos novos, estamos perante um novo Governo, estamos perante um Executivo relegitimado e até com mais força. Portanto, anuncia-se encontro entre o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, anunciando-se esse encontro é necessário aguardar, enfim, conhecer as razões e os argumentos de todos os lados. Em relação à linha de caminho de ferro Aveiro-Salamanca eu penso que, não vos peço para sermos pacientes, mas temos é que compreender que hoje nada se faz sem trabalhos preparatórios longos e demorados, como sejam necessariamente um estudo do impacto ambiental. Agora, não me parece que seja de esperar sequer que deste Governo, ou de qualquer outro governo, saliento bem, deste Governo, ou de qualquer outro governo, haja recuo nessa matéria. Eu vou explicar porquê, porque não é possível desenvolvermos ligações internacionais, continuar as novas ligações internacionais, apenas com base no transporte rodoviário, sobretudo para mercadorias. E como todos sabemos a região de Aveiro-Leiria-Coimbra que atravessa Viseu e o norte do país, uma parte norte do país, se alguém tiver alguma dúvida sobre o que é, apesar da carga de emanação de CO/dois nos eixos de publicação que saem do centro do país pela estrada da Guarda-Vilar Formoso ao longo de Espanha, Salamanca-Valadolid até ao norte de Espanha, até Bilbao, que faça uma viagem, por acaso posso falar assim, porque fiz uma viagem bem recente, e fiquei absolutamente pasmado com a quantidade de viaturas pesadas de matrícula portuguesa que estreitam a nossa produção através desse meio. Portanto, qualquer governo sentirá a obrigação, absolutamente a obrigação, de criar uma via não poluente, caminho-de-ferro não poluente para travar o transporte de mercadorias que todos nós sabemos, também marcha mais a mais a junção das bitolas, o ajustamento das bitolas aí não tenho qualquer espécie de dúvidas. Em relação ao terceiro ponto da Moção do meu colega Deputado Municipal, devo dizer que também não tenho grandes dúvidas sobre o assunto. Se dúvidas houvessem, se bem se recordam os Senhores Deputados, um distinto Membro do Grupo Parlamentar do PSD e aliás, meu querido amigo, chegou a dizer que o Governo anterior tinha um projecto megalómano, obras faraónicas de auto-estradas. Nessa altura foi questionado sobre se esta auto-estrada de Coimbra-Viseu estaria dentro desta classificação de obra faraónica, não está, certamente não está, naturalmente há razões para que essa obra tenha sido sustida. Razões que existem naturalmente, mecanismos que o estado de direito tem em vigor,



nomeadamente Tribunal de Contas. Houve uma ideia inicial de se lançar um concurso conjunto com essa obra e obras que lhe estão directamente ligadas e isso foi rejeitado pelas instâncias, ainda creio que dentro do Ministério das Obras Públicas, e mais tarde com notícias recentes sobre o facto do Tribunal de Contas estar a pôr em questão algumas das obras de lançamentos de estradas. Fazem naturalmente, com que Governo seja cauteloso, respeite o estado de direito e apresente com todo o rigor a que a Lei obriga e que os tribunais impõem, apesar de poder haver discordâncias em relação a essa decisão dos tribunais e essas discordâncias eliminam-se através de recursos naturalmente. Creio que é aquilo que está a ser feito e portanto, não vejo razão nenhuma para termos medo. Mas concordamos, a Bancada Socialista concorda, em que essa pressão é absolutamente legítima e justificada e como está formulada em termos relativamente não valorativos, não temos nenhuma objecção em a votar favoravelmente. Muito obrigado”. -----

- MESA – Sá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- CINCO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Pede o uso da palavra para intervir do seguinte modo: “Começo por dizer que o CDS/PP vai votar favoravelmente a Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, dado que é uma reivindicação natural, a construção da auto-estrada que ligará Viseu a Coimbra, que peca por ainda não estar feita, não estar concluída, com prejuízos evidentes para o concelho, para os concelhos limítrofes e para a segurança das pessoas e bens que nela circulam, ou melhor, no traçado actual IP três circulam. É conhecida a sinistralidade do mesmo. Infelizmente tem ceifado a vida a alguns dos nossos amigos e pensamos que, se outro motivo não houvesse, pelo menos a melhoria das condições de segurança rodoviária de circulação justificaria por si só a requalificação do IP três e a sua reconversão em auto-estrada condigna, ao contrário do traçado que hoje temos, que realmente se degrada constantemente todos os dias e que nos faz muitas vezes pensar em soluções alternativas, quando nos queremos dirigir ao sul do país, não indo por aquela que seria a natural e mais rápida. Muitas vezes preferimos ir por Aveiro, ou pela Guarda, para irmos a Lisboa, ou a outras localidades mais a sul. A Moção apresenta-se bem redigida, num tom muito agradável que saudamos e portanto, votaremos favoravelmente a mesma. Aproveito para comentar também os outros dois pontos que foram introduzidos pela intervenção do Senhor Deputado Manuel Teodósio, nomeadamente o traçado do TGV, a extensão da linha ferroviária Aveiro-Salamanca, que inevitavelmente tem que passar por Viseu, tem que ser uma linha tecnologicamente avançada, linha de velocidade elevada, chamemos-lhe o que quisermos. Agora, é necessário que rapidamente se chegue a um consenso para aquilo que se quer fazer. Temos a noção que não se fará num ano, nem dois, nem três, nem quatro, é uma obra que demorará o seu tempo. O que é preciso é ser discutida e que mesmo no final resulte nos interesses do concelho. No nosso entender, a criação de uma linha desta natureza colocará Viseu no centro de uma rede de transportes de mercadorias e de pessoas que nos deixará numa posição invejável. Ficaremos no meio da ligação entre o Porto que ficará mais perto de Madrid e que será o Porto Marítimo de Aveiro. Ficaremos também com uma ligação próxima ao Porto de Leixões, da Figueira da Foz. Tendo a auto-estrada de Aveiro-Coimbra concluída, faremos com que da parte sul da região centro as pessoas cheguem com maior facilidade a Viseu e poderemos ser aqui, na realidade, um pólo aglutinador de transportes de mercadorias e pessoas, com claros benefícios para o concelho de Viseu. Vamos estar atentos a esta situação e vamos procurar da forma possível, quer através da nossa participação na Assembleia Municipal, quer através de utilização, entre aspas, dos Deputados do CDS/PP na Assembleia da República, pugnar para que seja uma realidade o mais breve possível, tendo como certo que não é fácil e que não se fará num ano, nem dois, nem três, mas o futuro prepara-se hoje. Se não prepararmos o futuro desde já, com certeza, que o vamos perder e não podemos voltar a perder o comboio. Já perdemos a



estação, não vamos perder, com certeza, agora o comboio. Em relação à Universidade Pública, que é também a luta pelo ensino superior de qualidade, considero que é também uma luta do CDS e consideramos potenciador de um tecido económico forte, de uma atracção de investimento e pessoas para o concelho, também é uma luta que já vem de longe. Já teve avanços, já teve recuos, já tivemos um Ministro que festejou na Covilhã, hoje Primeiro-Ministro, na altura Secretário de Estado, que festejou efusivamente na Covilhã a criação da Faculdade de Medicina, na sua terra natal, ou de relação. Olhei agora, reparei aqui na presença do Senhor Doutor Correia de Campos, não posso esquecer do magnífico trabalho que fez na altura em defesa da criação dessa Universidade de Estudos Médicos no concelho de Viseu. Foi um trabalho meritório que infelizmente não teve os seus proveitos que todos gostaríamos que tivesse, mas é de louvar essa intervenção, não gostaria de a deixar esquecida. No entanto, pensamos que pedir mais uma universidade a qualquer preço, também temos que saber que tipo de universidade é que queremos. Temos uma universidade por decreto só para dizer de temos uma Universidade Pública, também, se calhar, não fará grande sentido. Portanto, é uma questão a acompanhar, vamos esperar pela reunião pedida então pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu ao Senhor Ministro do Ensino Superior e da Tecnologia e não vamos descurar o Ensino Superior que temos. Que às vezes, ao falar muito aqui da Universidade Pública esquecemo-nos daquilo que temos. E temos um Politécnico, temos o Instituto Politécnico que é preciso potenciar, que é preciso muitas vezes, se calhar, dignificá-lo mais do que aquilo que é. Dar-lhe o devido valor, aliás, temos experiências no estrangeiro nos países de cidades mais evoluídas onde o ensino politécnico tem uma grande tradição e tem um reconhecimento da sua qualidade ao nível do ensino dito universitário. Também não podemos descurar as universidades privadas que temos no concelho de Viseu, nomeadamente a Universidade Católica e o Instituto do PIAGET. É que às vezes, ao falarmos aqui sobre a Universidade Pública, esquecemo-nos daquilo que temos e nós somos pródigos em pedir muito o que não temos e por vezes, esquecemo-nos e não valorizamos aquilo que temos. Estaremos também atentos a essa realidade e é também uma luta do CDS/PP para que Viseu seja dotado de alguma universidade pública, mas uma universidade pública condigna, não a qualquer custo. Temos pretensões a uma universidade, mas que seja uma universidade de referência e diferenciada. Universidade por decreto, também não faz nenhum sentido. Para terminar e para não voltar aqui, se me permite Senhor Presidente, gostaria de dar os meus parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu pela sua indigitação para nova candidatura à presidência da Associação Nacional de Municípios. Nós apesar de podermos ter divergências políticas, entendemos sempre que quando temos um viseense num lugar de destaque, num lugar potenciador da imagem do concelho, num lugar onde possa ter uma estatura de influência, pensamos que isso é sempre positivo. O cargo de Presidente da Associação Nacional de Municípios enquadra-se perfeitamente neste âmbito. Desejamos-lhe as maiores felicidades, a eleição está garantida, portanto, não se põe essa questão. Saudamos também o facto do Congresso, onde se potenciará a sua reeleição de se realizar em Viseu, é sempre bom. Viseu vai estar nas notícias, esperemos nós, durante dois dias e será por uma questão positiva, que é um Congresso de Autarcas, que são no fundo a espinha e o poder do país, em representação mais directa dos cidadãos, e por isso, mais uma vez, os nossos desejos de felicidades e que consiga no próximo mandato também, influenciar decisivamente em prol dos interesses do concelho de Viseu. Também e porque seguindo a linha de raciocínio, não poderíamos esquecer e também de dar os parabéns e desejar as maiores felicidades ao Senhor Governador Civil Miguel Ginestal. Tenho pena que não esteja presente, pela sua nomeação para o cargo de Governador Civil, também é um viseense que vai ocupar um lugar de destaque. Não esqueçamos que os últimos Governadores Cívicos não eram viseenses do concelho de Viseu, apesar de serem viseenses do distrito. Portanto, é sempre bom ter



um Governador Civil “viseense de gema”, neste caso, nado e criado no concelho de Viseu, que não se esqueça dessa sua natureza também e desejamos as maiores felicidades e que consiga de algum modo, com a sua magistratura de influência potenciar o desenvolvimento, os anseios e as reivindicações das populações do nosso concelho. Seguindo a minha linha de raciocínio, também parabenizar o Senhor Deputado da Assembleia da República, Doutor José Junqueiro pela nomeação enquanto Secretário de Estado, também numa pasta que consideramos de bastante relevância e essa sim, poderá também ajudar em muito, assim queira o Senhor Secretário de Estado, assim queiram todas as entidades que com ele irão com certeza privar de perto. Terão essa oportunidade para que mais um viseense possa ter sucesso, não só pessoal, mas também, uma coisa que às vezes acontece muito, é que quando chegam a lugares de destaque a nível nacional onde realmente podem influenciar em prol de Viseu, muitas das vezes, esquecem-se da sua natureza de viseenses e nós não vimos isso noutros concelhos e noutros distritos. Há aspectos em que temos que ser bairristas e se nós temos a capacidade de influenciar com a nossa posição pelo facto de ser um factor diferenciador devemos fazê-lo. Essa é a nossa opinião e o nosso sentido. Obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado, como reparou a Mesa foi benevolente no ponto de vista do tempo, até porque depreendi da sua intervenção que estaria já, no fundo, a usar da palavra no âmbito da palavra que me tinha pedido no Período Antes da Ordem do Dia. Mas, enfim, como era a sua primeira intervenção, também não quis estar a interrompê-lo, mas futuramente, normalmente quando se dá a palavra na sequência de uma Moção, é para se concentrar no tema. De qualquer da maneira, como era a sua primeira intervenção não interrompi e como não usará da palavra a seguir, já está portanto, esse problema ultrapassado. Senhor Deputado Carlos Vieira, pedia-lhe que se centrasse exactamente no tema que estamos a discutir, para não ultrapassarmos a hora do PAOD. Tem a palavra”. -----

- SEIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) - Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “O Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente esta Moção, porque entendemos que apesar de Portugal de facto já ter auto-estradas, se calhar, em excesso comparativamente com outros países desenvolvidos da Europa, a verdade é que elas estão mais concentradas no litoral. Portugal aproveitou à pressa e mal, os fundos de pré-adesão e os fundos comunitários fazendo itinerários principais com traçados verdadeiramente assassinos, autênticas “estradas da morte”, como ficaram conhecidas. De forma que se justifica, a nosso ver, de facto a construção da auto-estrada Viseu-Coimbra. Relativamente à linha da Beira Alta, ou à ligação à Linha da Beira Alta, é certo que a RAVE já recebeu onze propostas para a realização de estudos prévios e do estudo do impacto ambiental do traçado Aveiro-Celorico da Beira, do eixo ferroviário de alta velocidade de Aveiro-Viseu-Salamanca. Mas a verdade é que, este eixo de velocidade elevada, não está incluído nas ligações prioritárias do TGV, pelo que será de prever que para dois mil e dezassete como Mário Lino tinha prometido, seria o prazo máximo de construção, não será cumprido. Assim, podemos continuar à espera que a linha se faça de forma faseada para permitir a ligação de Viseu à Linha da Beira Alta. Parece-me que não podemos repetir o erro de querermos o óptimo e desperdiçar o bom, como de resto aconteceu relativamente à Universidade Pública, porque lembro que se tivéssemos aceite a Escola da Universidade de Aveiro, que eu na altura defendi como “vale mais um pássaro na mão, do que dois a voar”, já teria neste momento, ou já estaria até com autonomia financeira e administrativa e Viseu já teria ensino universitário público ligado a uma escola de referência. Mas se virmos bem, Viseu já tem uma estação de caminhos-de-ferro, até tem duas, mas uma enfim, enquanto a estrada de Nelas não se modernizar, evidentemente que, podemos considerar apenas a de Mangualde.



Da Central de Camionagem de Viseu à Estação de Mangualde, chega-se mais rápido pela auto-estrada, de que por exemplo, de Benfica à Santa Apolónia. Em dez ou quinze minutos, bastaria retomar o antigo serviço combinado com a CP. Bastaria um “shuttle”, um autocarro de dezoito lugares, que fizesse a ligação directa do Centro Coordenador de Transportes de Viseu à Estação de Mangualde. É certo que a Empresa Berrelhas tem uma carreira para Mangualde, mas como devem saber, vai pela estrada velha, pára em todos os apeadeiros, em todas as aldeias e demora três quartos de hora a lá chegar. De que forma é que isso se faria? Deixaria essa sugestão à competência do Senhor Presidente da Câmara. Quer-nos parecer que através de uma parceria com a Câmara Municipal de Mangualde e com a CP, ou através de um concurso público, naturalmente com preferência ao concessionário instalado, a Empresa Berrelhas que também é concessionário do STUV. A Câmara poderia começar a fazer uma consulta ao detentor da concessão para saber enquanto ficaria a ligação directa por autocarro expresso, a todos os comboios inter-cidades naturalmente. Eventualmente também, abertura de um concurso a empresas de transportes de mercadorias, não esqueçamos este vector importante. A verdade é que “andamos há anos à espera de um comboio na paragem de autocarro”, como diz a canção de Sérgio Godinho. Mas se “a montanha não vai a Maomé, Maomé vai à montanha”, “o bom é inimigo do óptimo” e se o comboio não vai a Viseu, Viseu vai ao comboio. É uma sugestão que aqui deixo. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho nenhuma inscrição, vou pôr à votação a Moção. *A Moção foi aprovada por unanimidade.* Senhor Deputado Carlos Vieira, faça o favor tem a palavra”. --

- SETE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Pede novamente a palavra para dizer o seguinte: “Ora, não me levem a mal se dispensar os habituais “salamaleques” tradicionais, portanto, passaria já a ler uma moção sobre a incerteza do encerramento da Segunda Repartição de Finanças Viseu Dois. MOÇÃO – Considerando que: Um) A Assembleia Municipal de Viseu em vinte e sete de Abril de dois mil e nove aprovou por unanimidade uma moção, encaminhada para o Governo Civil de Viseu e para o Director Geral de Finanças, manifestando a sua oposição ao encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois, proposta pelo Director Distrital de Finanças; Dois) O rumor de encerramento voltou a inquietar os funcionários e utentes da Segunda Repartição de Finanças, bem como os comerciantes da zona, que já se debatem com a grave crise económica e financeira que afecta também o nosso país, rumor esse ampliado pelas declarações dos Deputados do PSD eleitos por Viseu, no sentido de que já existiria uma portaria nesse sentido prestes a ser assinada; Três) O Ministério de Estado e das Finanças ainda não respondeu às perguntas sobre a intenção ou não de encerrar o serviço de Finanças Viseu Dois, que lhe endereçaram o Deputado do PSD, Almeida Henriques e o Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares (que também perguntou se existe algum plano reestruturação de serviços de Finanças para o distrito de Viseu), apesar de o Deputado Acácio Pinto, do PS, ter garantido à comunicação social que o Governo não tinha decidido encerrar o Serviço de Finanças Viseu Dois; Quatro) No Serviço de Finanças Dois são atendidos, diariamente, cerca de trezentos e cinquenta utentes, ao balcão e no Serviço de Finanças Um cerca de quatrocentos e cinquenta utentes, o que não deixa antever uma melhoria na qualidade do atendimento, antes pelo contrário, se a fusão proposta se concretizar; Cinco) Nos últimos meses já encerraram algumas repartições de Finanças na Área da Grande Lisboa e no Norte do País. A Assembleia Municipal de Viseu manifesta mais uma vez a sua oposição ao encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois e exprime o seu apoio a todas as diligências que a Câmara Municipal e o Governo Civil de Viseu diligenciarem junto do Governo no sentido de que a Direcção Geral de Finanças reconsidere esta intenção, a ser real, ou confirme oficialmente que não existe tal plano de



reestruturação. Gostaria também de apresentar uma recomendação que passo a ler: **RECOMENDAÇÃO** – Considerando que hoje é consensual entre todas as forças políticas que a elevada abstenção verificada nos actos eleitorais tem de ser contrariada pelo incentivo à participação dos cidadãos na vida pública e na gestão das suas localidades, não a resumindo apenas ao acto de votar; Considerando que a participação cidadã na vida pública a nível local está dependente do compromisso das autoridades locais que têm e devem assumir um papel de primeiro plano na promoção da participação dos cidadãos, conforme a recomendação do Conselho da Europa de dois mil e um; Considerando que a participação cívica e social é um dos princípios básicos da Agenda Vinte e Um Local, a que a Câmara Municipal de Viseu já se candidatou, aguardando aprovação de adesão e este processo de descentralização ao nível local do acordo assinado em mil novecentos e noventa e dois por quase duzentos países, no âmbito da Cimeira da Terra, da ONU, no sentido de aumentar a qualidade de vida através do crescimento económico, da justiça social e da preservação do ambiente, a que mais tarde se haveria de acrescentar a cultura, através da Agenda Vinte e Um da Cultura, aprovada em dois mil e quatro, em Barcelona, no IV Fórum das Autoridades Locais pela Inclusão Social; A Assembleia Municipal de Viseu, na sua reunião ordinária de vinte e três de Novembro de dois mil e nove, decide recomendar à Câmara Municipal de Viseu que na preparação e discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e onze; Um) – Se inicie a prática da elaboração de um Orçamento Participativo, à semelhança do que já acontece em inúmeras cidades de todo o mundo e em alguns municípios portugueses; Dois) Constituir, para esse fim, um Gabinete do Orçamento Participativo (GOP) com uma composição inicial mista de representantes da Câmara e da Assembleia Municipal que convocará as reuniões das assembleias populares (ou fórum de freguesia) a realizar em cada freguesia com o objectivo de fazer um diagnóstico das carências e discutir as prioridades de investimentos, por áreas temáticas a orçamentar pelos órgãos autárquicos, bem como o de eleger representantes que terão lugar no GOP e no Fórum da Cidade, onde também participarão os presidentes das juntas de freguesia, e representantes da comissão de moradores, de movimentos de cidadãos, de associações culturais, desportivas e outras entidades com conhecimentos técnicos específicos. As decisões ou recomendações do Fórum Cidade terão de ser ratificadas pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. Tenho aqui duas Moções, vou colocá-las à discussão por ordem: A primeira Moção sobre a incerteza do encerramento da Segunda Repartição de Finanças de Viseu. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria. Senhor Deputado Ascensão, faça o favor, tem a palavra”. -----

- **OITO** – **SENHOR DEPUTADO ALBETO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)** – Solicita a palavra para intervir do seguinte modo: “É claro que votamos favoravelmente a Moção apresentada, não havia razão para assim não proceder, até porque acresce a tudo aquilo que foi dito ainda que a junção proveniente da extinção dos serviços, a junção dos meios, pessoas e dos equipamentos, não equivaleriam a uma melhoria da prestação do serviço. Isso, eu traduziria de alguma forma a redução dos meios humanos, o que de uma forma absolutamente certa iria traduzir-se numa diminuição da qualidade do atendimento ao utente. Parece-me que seria desajustado para o nosso concelho diminuir o número de serviços de atendimento na área de Serviços de Finanças, apesar dos outros balcões existentes, não é possível dispensar-se também um dos existentes com todas as suas componentes. As outras são vocacionadas para determinados tipos de serviços, quer na Loja do Cidadão, quer o balcão junto à repartição de Finanças, à Direcção de Finanças de Viseu. Daí a necessidade de lutar, para que se mantenha e possivelmente se valorize até a prestação por ambos os Serviços de Finanças. Daí o nosso apoio e o nosso voto favorável à Moção que foi apresentada. Muito obrigado”. -----



- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----
- **NOVE** – **SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Só para dizer que o Partido Social-Democrata, por uma questão de coerência com as tomadas de posição já no passado, vota com muito gosto favoravelmente esta proposta, porque vem ao encontro dos anseios dos viseenses e é isso que nós procuramos defender no dia-a-dia, portanto, não vemos rigorosamente nada contra isso”. -----
- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Deputado, não tenho mais nenhuma inscrição, vou colocá-la à votação. *Foi aprovada por unanimidade.* Vou colocar agora em debate a segunda Recomendação sobre “Planos de actividades e Orçamentos Participativos”. Eu não iria ler os considerandos, ia directamente às recomendações: “A Assembleia Municipal de Viseu, na sua reunião ordinária de vinte e três de Novembro de dois mil e nove, decide recomendar à Câmara Municipal de Viseu que na preparação e discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e onze: **Um** – Se inicie a prática da elaboração de um Orçamento Participativo, à semelhança do que já acontece em inúmeras cidades de todo o mundo e em alguns municípios portugueses; **Dois** – Constituir, para esses fim, um Gabinete do Orçamento Participativo com uma composição inicial mista de representantes da Câmara e da Assembleia Municipal que convocará reuniões das assembleias populares (ou fórum de freguesia) a realizar em cada freguesia com o objectivo de fazer um diagnóstico das carências a discutir as prioridades de investimentos, por áreas temáticas a orçamentar pelos órgãos autárquicos, bem como o de eleger representantes que terão lugar no Gabinete de Orçamento Participativo e no Fórum da Cidade, onde também participarão os presidentes das juntas de freguesia, e representantes de comissões de moradores, de movimentos de cidadãos, de associações culturais, desportivas e outras entidades com conhecimentos técnicos específicos. As decisões ou recomendações do Fórum da Cidade terão de ser ratificadas pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal”. Portanto, é esta a proposta que está à discussão. Senhor Deputado Mota Faria, tem a palavra”. -----
- **DEZ** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD)** – Solicita a palavra para intervir do seguinte modo: “Da nossa parte acho que já temos em Viseu uma participação profunda na elaboração de todos os nossos Orçamentos e Planos de Actividades. Durante todo o ano são feitas reuniões mensais centralizadas nas juntas de freguesia, com a participação da população, com a participação de todos os órgãos legítimos das assembleias de freguesia, de juntas de freguesia. Temos aqui um fórum, onde também, todos os eleitos participam. É obrigação dos eleitos neste fórum também, ir ouvir as populações, transmitirem aqui os seus problemas e por isso, em Viseu penso que a própria Câmara tem as suas reuniões, também abertas à população. Temos um Gabinete do Município onde todos podem também transmitir as suas opiniões sobre os problemas. Os próprios munícipes, muitas vezes, têm os abaixo assinados, que por vezes fazem chegar junto à Assembleia Municipal. Por isso, a cidadania, aquilo que é a participação em Viseu, penso que está perfeitamente conseguida. Por este motivo, da nossa parte achamos uma redundância e iremos, como é óbvio, votar contra esta Proposta”. -----
- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----
- **ONZE** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Muito rapidamente para dizer que o Partido Socialista apoia esta Proposta de Recomendação. De resto, o Partido Socialista através dos seus Vereadores já sugeriu, digamos, exactamente isto à Câmara Municipal, portanto, ao Executivo Municipal. Não deixamos também de lamentar que o Deputado Mota Faria venha na sua intervenção trazer um argumentário que nos parece desactualizado, que nos parece antiquado e que de facto não está de acordo com o “ventos da modernidade e da mudança” e do que se entende hoje de dar como palco aos cidadãos, apelando exactamente





à sua participação. Evidentemente que, quando se propõe um Orçamento Participativo, não se entrega nas mãos dos cidadãos todo o poder, e digamos, não se entrega nas mãos dos cidadãos o exercício de orçamentação por ele todo, não é evidentemente, pelo menos esta é a óptica do Partido Socialista que assim deve ser feito. Agora entendemos de facto muito salutar, que uma parte do Orçamento possa ser pensada em conjunto com os cidadãos. O poder político deve dar sinais, e tem dado sinais ao um longo dos últimos anos, como é o exemplo da limitação dos mandatos, como é o exemplo desta Lei que agora já entrou em vigor, que de facto permite ter nesta Assembleia Municipal o número de mulheres que nós hoje aqui encontramos e que por melhores boas intenções que houvesse no passado, efectivamente, isso não se verificava. Portanto, tudo o que seja chamar os cidadãos a participarem na vida pública, nos parece acertado e daí o nosso apoio. Entendemos que o Senhor Presidente da Câmara, e este que é o seu último mandato como Presidente da Câmara Municipal, era se calhar um bom exemplo que daria e que seguramente seria a continuar no futuro. É o último mandato, para que em acta se perceba exactamente, o Senhor Presidente da Câmara fazia-me sinal ou dava-me nota que efectivamente é verdade, não podemos afirmar que é o seu último mandato. O seu último mandato pelo menos nesta ronda, será o seu último mandato o que não quer dizer que o Senhor Presidente da Câmara naturalmente, se os viseenses assim o entenderem, daqui a mais uns anos... Bom, de qualquer das maneiras deixaria sempre para o próximo Executivo Camarário esta semente lançada, que era a de atrair mais pessoas e chamar mais pessoas à participação pública, o que nos parece uma boa ideia”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- DOZE – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Era só na esteira do que foi dito pelo Doutor Mota Faria, dizer que já existem instrumentos em Viseu que permitem esta tal participação. Desde logo, por exemplo, em termos de actividade administrativa, há sempre discussões públicas e portanto, acho que não há melhor forma para que as pessoas possam participar de que esta. Por outro lado, preocupa-me, não querendo de alguma forma contrariar o princípio que eu até julgo que é interessante, só que nós vamos aqui aumentar uma burocracia que não fará muito sentido. Portanto, eu julgo que os mecanismos existem, nós temos os presidentes de junta que são eleitos exactamente para trazerem a voz das suas populações junto do Executivo. Temos também a Assembleia Municipal, dos quais nós somos representantes para precisamente trazer cá as preocupações das populações. Temos também oportunidade de que as pessoas possam participar no fim desta Ordem de Trabalhos e dizer o que é que julgam do que tem sido feito. E acho que não existe barómetro maior do que a esperança votação que este Executivo teve. Portanto, os viseenses entenderam o que é que se pretende fazer com o Orçamento. Entenderam perfeitamente e é este o Orçamento Participativo que nós temos para oferecer aos viseenses. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- TREZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) – Intervém da seguinte forma: “É só para aqui referir uma situação que é esta, as pessoas definem um modelo de participação e depois dizem o nosso é o moderno, o dos outros é um modelo antiquado. Cada um tem o seu modelo de participação. O medo de participação, como é óbvio, pode sempre nunca estar fechado, é um modelo que pode ter sempre inovações ao longo do tempo e isso tem sido feito em termos do concelho de Viseu. Agora o modelo de participação é com os órgãos legitimados. Só vou dar um exemplo, o melhor modelo de participação no comércio, é o que é feito em Viseu, nas parcerias que são feitas com a Associação de Comerciantes, com os órgãos legítimos dos comerciantes, em termos da participação com esses agentes económicos. É isto que é um modelo de participação, é ouvir os órgãos legítimos dos comerciantes, que é a sua associação, com eles



desenvolver projectos, parcerias e implementar no terreno, em termos do plano de actividades e do orçamento, as sugestões, os interesses dos comerciantes. Este é o modelo de participação. É moderno e por isso, ninguém faz as rotulagens do que são os modelos de participação, o nosso é o moderno, o dos outros é o antiquado. Não! O nosso é o modelo de participação adequado ao concelho de Viseu. É o modelo de participação que tem dado forma e que tem dado resultados no concelho de Viseu, pode ser aperfeiçoado, pode ter outros elementos inovadores, ouvir outras associações, ouvir outros órgãos legítimos dos cidadãos de Viseu, mas ao longo do tempo este é o modelo que temos e para nós é o moderno. Muitas vezes confunde-se, como alguém disse, “situações modernas com modernações”. Nós somos adeptos do modelo de desenvolvimento correcto para Viseu”. ----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Boaldeia. -----

- CATORZE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Eu venho dizer que se o Senhor representante do Bloco de Esquerda, desconhece o relacionamento das Juntas de Freguesia com a Câmara e a Câmara com as Juntas de Freguesia, não me admira. Admira-me que isso aconteça por parte do Partido Socialista. Nós, como já aqui foi afirmado, todos os meses reunimos com o Senhor Presidente da Câmara, com a administração deste concelho e aí debatemos todos os nossos problemas e trazemos à Câmara os problemas das nossas freguesias que representamos. Não me parece que seja muito lógico todos aqueles considerandos que o Senhor representante do Bloco de Esquerda traz nesta Recomendação, até porque, eu nos anos setenta e seis, setenta e sete, oitenta, pertenci a comissões de moradores também e o que me parece é que este texto me faz lembrar o tempo do PREC. O PREC já foi quase há quarenta anos Senhor Deputado. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Vila Chã de Sá. -----

- QUINZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ (PSP) – Solicita a palavra para dizer o seguinte: “Eu pouco vou acrescentar àquilo que o meu colega de Boaldeia disse, mas só lembrava duas coisas: de facto, a participação nas Juntas de Freguesia é mais que evidente, nós temos a Assembleia de Freguesia que é representada pelos partidos concorrentes, ouvimos geralmente as associações existentes, nomeadamente quando são atribuídos subsídios através da Câmara, há reuniões preparatórias com as associações e portanto, penso que isto que é a democracia participativa dos processos. Agora, o que diz o meu querido amigo João Paulo, acho que não é nenhum exemplo. Ainda ontem ouvimos um grande empresário desta região do distrito de Viseu, da Martifer, a dizer ao Senhor Primeiro-Ministro os problemas económicos que o país tem e o Senhor Primeiro-Ministro nem sequer ouviu, nem sequer respondeu. Este é só um pequeno exemplo. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- DEZASSEIS – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – No uso da palavra diz: “Em relação a esta Recomendação é entendimento do CDS/PP, que já existe uma participação efectiva na elaboração do Orçamento. Há discussões, há discussões públicas, os eleitos participam através das Juntas de Freguesia, através de propostas que possam fazer na Assembleia Municipal, gora não é um modelo acabado, nem fechado, nem hermético. Seguramente poderá haver evoluções e seguramente poderá ser optimizado. “O óptimo é inimigo do bom, ou o bom é inimigo do óptimo”, portanto, seguramente poderá haver mais participação, é um facto, concordamos com isso. Penso que também cabe aos eleitos nas Juntas de Freguesia, aos eleitos na Assembleia Municipal, aos eleitos na Vereação auscultarem os sentimentos das populações, os seus anseios e transportá-los para as discussões nos fóruns onde estão presentes. Também temos a noção de não podemos ter “o



oito e o oitenta”, não pode ser. Agora toda a gente participa, toda a gente dá opinião, não que não tenham direito a expressá-la, mas também não podemos tornar isto assim, um pouco na discussão de tudo e mais alguma coisa. Portanto, resumindo, entendemos a bondade da recomendação, entendemos o seu alcance. É uma Recomendação, será aceite ou não pelo Executivo Camarário, se assim entender que a participação que tem tido na elaboração dos Orçamentos justifique que seja alterada e com maior participação de outras entidades, ou não, se entender que está de acordo. Nós da nossa parte vamos abster-nos, não faz muito sentido votar a favor desta Moção. Obrigada”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas a seguinte forma: “Eu creio que, aliás, eu quando estava a ler a Moção, pareceu-me ver o gesto do Senhor Presidente da Câmara fazer um sinal do violino que era música celestial. Peço desculpa se me enganei, mas pareceu-me vê-lo a fazer o gesto. Enfim, em penso que música celestial é o Executivo a falar de democracia participada ou qualquer coisa do género e invocar as reuniões centralizadas, como de resto fez o Senhor porta-voz, Deputado do PSD, as reuniões centralizadas das Juntas, os gabinetes de Ministro, abaixo assinados, etc., tudo isso existe em qualquer autarquia e é mais ou menos posto em prática. Agora, o que está aqui em causa não é só ouvir a opinião das populações, é incentivar a população, não como meros espectadores e receptadores, mas como participantes, como actores nas decisões. Fazer o equilíbrio entre a democracia participada e a democracia representativa. Isto não é nenhum PREC Senhor Presidente da Junta, agora é certo que não há contabilização legislativa entre a democracia de representação e a democracia directa ou participada, que é algo de contraditório no nosso actual regime democrático. Mas a verdade é que tanto a ONU como o Conselho da Europa já definiram a necessidade de incentivar estas formas de participação, criando espaços activos de discussão e de decisão. E o que está aqui em causa é uma atitude pedagógica de levar as populações a decidir aquilo que querem, a decidir as prioridades nos investimentos directos da Autarquia, a participarem activamente na decisão do seu futuro colectivo. Isto é diferente de ouvir, de fazer abaixo assinados, tudo não são redundâncias, é uma questão de... Aliás, na própria agenda vinte era referido na Moção, um dos pressupostos é exactamente a identificação dos problemas e a definição das prioridades por parte das populações. Isso é um dos pressupostos da agenda vinte e um local, que de resto Senhor Presidente, o Executivo apresentou candidatura e está à espera. Espero que seja aprovado a adesão. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vamos então pôr à votação a Proposta de Recomendação. Portanto, *foi rejeitada, teve cinquenta e um votos contra, nove votos a favor e três abstenções*. Ainda no Período Antes da Ordem do Dia, dou a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo”. -----

- **DEZOITO – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS)** – Solicita a palavra para dizer o seguinte: “Em primeiro, é com enorme prazer, porque se assim não fosse não teria embarcado nesta nova legislatura de quatro anos, procurando portanto, defender os interesses dos viseenses e colocar aqui em debate alguns aspectos que acho que são importantes para a cidade, para o concelho, para a qualidade de vida de todos os viseenses e daqueles também que nos visitam. Eu vou ser muito breve, gostava de questionar a Câmara, O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores relativamente a dois aspectos que me parece que são importantes. Um deles é retomar algo que há quatro anos eu já levantei nesta Assembleia, que é a questão do Museu do Quartzo. Nestes últimos quatro/cinco anos, o Museu do Quartzo foi construído a partir do nada no Monte de Santa Luzia. O edifício pelo que vi, tive oportunidade de ver há poucos dias, o edifício encontra-se acabado, pelo menos com aspecto disso, mas



continua por inaugurar, suponho que haverá ainda aspectos a ultimar. Ora, estamos no início do novo mandato, eu felicito o Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Ruas, por esta vitória recente e desejo que o Município tenha também quatro anos de progresso. E questiono relativamente ao Museu do Quartzo, porque me parece que é uma obra que se vem a arrastar desde há muito tempo e que utilizando as palavras há pouco do Doutor Teodósio, parece que continua adiado não sei se para as calendas, para que calendas se são gregas ou não. Mas acho que é um imóvel com muita importância para a cidade e para o concelho. Acho que era muito importante que ele fosse aberto ao público, aberto aos estudantes, enfim, a curto prazo. Sei que esse Museu se encontra relacionado com um programa museológico mais basto para o concelho de Viseu. Há bem pouco tempo foi inaugurado o Museu de Várzea de Calde, Museu do Linho. Portanto, era importante que esta estrutura singular que é o Museu do Quartzo tivesse o quanto antes aberto ao público. Um segundo aspecto que eu gostava de questionar o Senhor Presidente da Câmara é relativamente a um aspecto que me parece bastante importante, que tem a ver com a segurança rodoviária no nosso concelho. Tenho constatado e todos os viseenses e aqueles que nos visitam também o constataam, que têm sido construídos, arrançados alguns lugares de lazer, ou descanso no nosso concelho. Eu dou dois exemplos muito concretos, um que se situa junto ao cruzamento para Poives, Vil de Soito, portanto numa lomba perto da Quinta do Ferronhe, um espaço que foi ali arrançado, que está muito bonito, mas que talvez tenha questões de segurança sérias, porque os únicos elementos de protecção àquelas pessoas que acedem aquelas mesas que foram colocadas para almoços, para picnics junto à estrada são umas estacas de madeira que facilmente são destruídas com um despiste automóvel. Portanto, isso preocupa-me nesse local, como me preocupa também em Bodiosa a mesma solução que foi encontrada há dois, ou três anos atrás, não consigo precisar quando exactamente foi feita a obra, mas em Bodiosa também pouco antes da passagem de nível, na Estrada Nacional número dezasseis, também existe um modelo de parque de lazer muito semelhante a esse de Vil de Soito, que ainda por cima fica numa zona de recta. Evidentemente, nós sabemos que as velocidades são controladas, o código de estrada dá um determinado limite de velocidade e inclusivamente existe ali um semáforo, mas sabemos que também a sinistralidade rodoviária é muito elevada e que inclusivamente já houve ali um acidente, porque muitas dessas estacas encontram-se destruídas num dos seus extremos. Portanto, eu penso que não desfazendo a ideia positiva dos espaços de lazer e para descanso até dos automobilistas, mas penso que as condições de segurança das pessoas que usufruam, que podem usufruir desses espaços, deveriam ser revistas, deveria haver talvez um pouco mais de exigência. O terceiro aspecto, é a questão da sinalização das passadeiras no nosso concelho e particularmente na nossa cidade. Há algumas passadeiras que se encontram, particularmente na zona da circunvalação, que foram colocadas as passadeiras, foram sinalizadas em locais onde há árvores, nomeadamente tílias, e as árvores estão exactamente em cima do local onde os peões atravessam. Muitas vezes os peões estão escondidos, se assim se pode dizer, atrás dessas árvores e como nós também sabemos há peões que se atiram, entre aspas, para as passadeiras sabendo que têm prioridade, mas não acautelado a sua segurança. É uma questão de civismo, evidentemente, mas é uma questão também de prevenção de quem coloca a sinalização do atravessamento de peões. Eu penso que às vezes há bons exemplos por esse país fora, não me ocorre exactamente onde é que vi esse exemplo, mas há placas de sinalização de peões que têm sinalização de luz também, enfim, para chamar a atenção dos peões. É óbvio, que aquelas plaquinhas que foram colocadas na estrada a sinalizar a aproximação de passadeiras já são um passo, mas penso que e tendo em consideração que ainda há relativamente pouco tempo houve inclusivamente um peão que foi atropelado mortalmente, infelizmente, ali próximo a Repeses, penso que na freguesia de Repeses, num dia em que nem estava a chover, portanto, que o piso estava em condições para que



houvesse uma travagem segura. Pois imaginem durante o Inverno com os dias escuros mais cedo, ao meio da tarde, com o piso escorregadio, salta um peão detrás duma dessas árvores... Eu penso que alguma coisa se pode fazer, melhorar neste sentido, para assegurar precisamente uma maior segurança rodoviária no nosso concelho através do melhoramento da segurança desses espaços de lazer e da questão das passadeiras. Eu dou o exemplo da circunvalação, porque me parece que são vários os locais, os pontos perigosos. As árvores já lá estavam é óbvio, as passadeiras terão é que, eventualmente, não sei, mas haver uma deslocação sinalizando-as num outro local. Muito Obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Sofia Pires. -----

- DEZANOVE – SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PSD) – Intervém dizendo o seguinte: “Do sonho de um, nasce a obra para muitos; Da dádiva de si, da convicção de que se quer construir para um MUNDO DIFERENTE, vai-se erigindo uma obra que engrandece e distingue a Comunidade que serve como sentido de MISSÃO. EDUCAR, é construir seres, seres plenos e íntegros tendo como objectivo motivar a transformação não só de si mas também dos outros com base numa ética de valores universais que distingue o Homem, como único, capaz de se transcender a si próprio. EDUCAR, é pensar no futuro no presente, é construir no tempo uma sociedade melhor, mais justa, mais solidária, onde todos nos encontremos com todos na igualdade e na diferença. “EDUCAR, é transformar o Mundo e Conduzi-lo à Verdadeira VIDA”, palavras sábias de PAULA FRASSINETI, que chegou a Viseu com um sonho no coração e que hoje é um “sonho em movimento...”. A vinte e oito de Outubro do presente ano, o Colégio da Imaculada Conceição completou oitenta e cinco anos, oitenta e cinco anos de Missão Educativa, e como é referido pela sua Directora, numa trajectória de comunicação de valores que são a base das crianças e jovens que por lá passam alicerçados numa Cultura de Escola para a VERDADE, para o BEM, para a VIDA, e para a DIGNIDADE HUMANA. É por tudo isto, e no justo reconhecimento do VALOR e da EXCELENÇA que o Colégio da Imaculada Conceição tem na dignificação da nossa cidade, que venho propor a esta Assembleia, um VOTO DE LOUVOR a esta Instituição! Obrigada.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere o seguinte: “Muito obrigada Senhora Deputa. Portanto, temos aqui uma Proposta, um Voto de Louvor, que eu precisava só que a formaliza-se, talvez deixando ficar a intervenção que eu dou entrada como sendo a Proposta do Voto de Louvor. Está portanto à discussão o Voto de Louvor proposto pela Senhora Deputada ao Colégio da Imaculada Conceição. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar. Não tenho nenhum pedido, vou pôr à votação. *A Proposta foi aprovada por unanimidade.* Dou a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira”. -----

- VINTE – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Começo por felicitar de novo o Executivo Camarário, o Senhor Presidente da Câmara agora reeleito, dado que não tive ainda oportunidade de o fazer publicamente e a todos os Senhores trinta e quatro Presidentes de Junta de Freguesia, bem como as equipas que representam, desejando-lhes, a todos e a todas, um mandato profícuo, para bem de Viseu e dos viseenses. Não podia deixar de cumprimentar de forma especial a Senhora Vereadora, as Senhoras Deputadas eleitas ou reeleitas que constituirão, estou convicta, uma mais valia para esta Assembleia. A Lei da Paridade tão contestada, inicialmente, não foi mais de que o reconhecimento que a sociedade se estrutura com base na relação entre pessoas, seja qual for o género, com iguais direitos e deveres. No entanto, apesar do impacto que a Lei teve na qualidade da democracia portuguesa, não podemos escamotear que se sustenta ainda em estereótipos mal resolvidos por esta mesma sociedade, porque os trinta e três pontos três de um dos sexos, significa na prática corrente ainda setenta/oitenta por cento de homens na



constituição dos diversos órgãos do poder político. Mesmo tendo em conta a qualidade e quantidade das medidas implementadas por este Governo, indesmentivelmente, a assimetria nos recursos, estatutos e oportunidades socialmente disponíveis para homens e mulheres constitui ainda uma área crítica que fragiliza o conceito de sociedade moderna e democrática. Apesar de não ser este o tema principal da minha intervenção, pareceu-me incontornável não sublinhar a influência que tem esta visão distorcida do papel das mulheres, na legitimação dos diversos tipos de violência a que está sujeita. Esta Assembleia Municipal tem assumido, positivamente e pela mão muitas vezes do Senhor Presidente da Assembleia, em diversas ocasiões, a defesa de valores que norteiam (ou devem nortear) a sociedade da paz, da liberdade, do respeito pelos direitos e pela dignidade da pessoa. Mesmo tendo em conta, os diferentes quadrantes ideológicos, políticos ou as diferentes sensibilidades dos elementos que constituem este Órgão, concretizaram-se em parceria quer com instituições, quer com a sociedade civil, várias iniciativas com reconhecido sucesso, demonstrando, assim, que não nos omitimos das nossas responsabilidades de cidadãos conscientes e interventivos. No dia vinte e cinco de Novembro, próximo dia vinte e cinco de Novembro, como sabem, assinala-se o Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres. É um fenómeno com características dramáticas que, como sabemos, não é só uma realidade portuguesa; atravessa todos os países apenas divergindo na dimensão, nas causas e consequências. A violência contra as Mulheres assume pelo número de vítimas, pelo horror, pela crueldade com que é perpetrada, o carácter de urgência contemporânea. Esta é uma das tais causas que não podem, não devem, ser utilizadas como armas de arremesso político ou servirem oportunismos mediáticos. A procura de culpados ou de inoperâncias também não aliviam consciências. Reconhecendo esta realidade, percebe-se que qualquer intervenção tem de ser transversal, integrada e contínua. Termino com um apelo. Apelo a um empenhamento plural, à convergência de esforços, quer da Autarquia quer de todos os Membros desta Assembleia, de acordo com a abrangência do seu campo profissional ou político, Porque fazem parte desta Assembleia dirigentes de escolas, de empresas, de diversas instituições que poderão mobilizar nos seu locais de influências várias iniciativas que poderão ajudar a prevenir esta chaga social. Pois que, se o dever de prevenir e de denunciar é de todos, sem excepção, agitar sem agir não produz efeitos práticos na prossecução da reabilitação desta democracia que pactua com o desrespeito pela vida, pela dignidade de tantas mulheres. Obrigada”. -----

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa, do seu ligar, diz: “Muito abrigado Senhora Deputada. Eu não tenho mais nenhuma inscrição do uso da palavra. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, como habitualmente, para respondes a algumas questões que foram suscitadas nas diferentes intervenções”. -----

- VINTE E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas do seguinte modo: “Eu queria naturalmente começar por uma saudação à Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente e a disponibilidade da Câmara em colaborar com este órgão. Queria também saudar os Deputados, fundamentalmente quem iniciou agora estas novas funções de Deputado da Assembleia Municipal. Vou fazer alguns comentários, fui apontando as intervenções que aqui foram ditas e começaria por agradecer ao Senhor Deputado Correia de Campos as felicitações que me endereçou e também as referências que fez à próxima eleição na Associação Nacional de Municípios. É evidente que alguma informação não estava correcta, presumo eu, por quanto o Partido Socialista veio, como era obrigação, dizer quais eram os princípios que norteavam a Associação Nacional de Municípios, embora também fosse no interior do Partido Socialista que nasceu a confusão de eventualmente, sei até o nome da pessoa, Assessor do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro. Portanto, se também não é do Partido Socialista não sei a referência que pode



ter, mas foi quem lançou a confusão. Eu queria dizer que ainda bem, os Autarcas do Partido Socialista são gente de carácter e vieram repôr a situação, até porque se lembraram que há uns anos a esta parte, e toda a gente se recorda, o Partido a que eu pertencço tinha menos uma Câmara do que o Partido Socialista. O Partido Socialista indicou, como era correcto, o Presidente da Associação Nacional de Municípios, que depois foi eleito. A meio do mandato, como toda a gente se recorda, houve alteração, a Câmara de São Pedro passou das mãos do PS para o PSD e portanto, ficámos nós a meio do mandato com mais uma Câmara. A primeira pessoa a levantar a voz na continuidade do Engenheiro Mário de Almeida, um grande amigo de longa data, foi o Presidente da Câmara de Viseu a dizer que ele devia continuar e não havia nenhuma legitimidade para alterar a situação. Portanto, achámos que foi, digamos, uma retribuição e um reconhecimento perfeitamente normal, mas também sublinho esta posição dos Autarcas do Partido Socialista. Achei curiosa a citação que fez, eu não sei se calcorreamos as mesmas situações e os mesmos caminhos possivelmente não, mas esta da sorte e trabalho protege os audazes... Sim, sim, foi um lema que eu vi quando fiz tropa, na tropa especial, era exactamente isso que lá estava. Por acaso ficou-me até hoje essa sorte o trabalho protege os autarcas. Mais trabalho do que sorte, foi aquilo que o Senhor Deputado quis misturar, mas nós tivemos mais trabalho do que sorte. É natural que o trabalho proteja os autarcas e sobretudo proteja os convictos, as pessoas que falam com frontalidade e que dizem às pessoas aquilo que lhes vai na alma. Gostaria também de dizer que as três questões que foram aqui trazidas pelo Deputado Teodósio, a auto-estrada Viseu-Coimbra, tem, digamos, um longo histórico, nem vale a pena comentar. São atrasos sobre atrasos, e já agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu acho correcto que se façam propostas que sejam escorreitas, aliás, é dever de uma Assembleia Municipal, mas também que não seja isso que retire, eventualmente, o que deixe pretexto para as pessoas alinharem no seu voto. Mesmo que a proposta, eventualmente, não fosse escrita por um professor de português, que julgo que é... De matemática, mas por alguém com formação, por um docente, se ela fosse escrita, digamos, por alguém com menos formação, ela devia ser aprovada na mesma, porque o que lá está é a substância. O que está não é a fórmula, pode ter variações, o que está lá é a substância, é aquilo que nos têm feito em relação à auto-estrada Viseu-Coimbra. Portanto, vale a pena atentar que esta reivindicação é mais que justa, é uma obrigação. A Assembleia Municipal faz muito bem reunir constantemente com esta situação. Sobre a Universidade Pública, aguardo também a reunião com o Senhor Ministro, reunião apenas para lhe perguntar se aquilo que me disse no início do seu mandato anterior se o mantém. Havia legitimidade para o Governo durante o anterior mandato dizer que não havia criação de universidades públicas, mas remeteu o assunto para este mandato. Aliás, penso que nisto há-de haver muito mais gente também em Viseu, às vezes até seguramente com um canal privilegiado em relação ao Senhor Ministro, para lhe perguntar se neste mandato já há discussão da Universidade Pública. Sobre a ferrovia, não deixo de notar o seguinte, que eu não sei se as pessoas se informaram a tempo, mas há pouco tempo saiu no Jornal i e também no Jornal Público. Jornal Público dizia: “Espanhóis ignoram alta velocidade entre Aveiro e Salamanca” e depois no Jornal i o Senhor Ministro diz: “Ministro não garante ligação Aveiro-Salamanca”, avança. Não sei porque é que estamos aqui a dizer que está assegurada, o Ministro já veio dizer, já tem dúvidas sobre a ligação Aveiro-Salamanca. Portanto, vale a pena aquilo que o Senhor Deputado Correia de Campos nos aqui disse, e muito bem, sobre a predominância da rodovia que neste momento existe em relação à ferrovia, pelos vistos nem incomoda os espanhóis também. Esperamos também que haja uma pressão forte no sentido de dizer ao Senhor Ministro, penso que também conhecedor desta nossa realidade, acho que é um beirão, que se decida rapidamente se temos ou não ferrovia e que não se faça só uma festa porque houve onze concorrentes ao estudo do impacto ambiental, para “esse peditório nós



já demos”. Quantas e quantas obras não passaram do estudo do impacto ambiental, ou melhor, quantas e quantas empresas até fizeram a sua vidinha à custa dos impactos ambientais e depois não saíram dali. Portanto, não vale a pena, nós ficaremos a festejar e a aplaudir quando houver o primeiro metro de carril do interior, da Linha do Norte para este *interland*, é isto que estamos à espera e queremos aplaudir, porque a Senhora Secretária de Estado que o anunciou, primeiro em Espanha e depois aqui com “pompa e circunstância”, ouvi-o n vezes, já nem está no Governo, está na Assembleia da República, espero que venha a defender isso. Portanto, vale a pena nós sermos comedidos com estas afirmações. Há que fazer a festa, mas quando houver as razões para isso. Já agora, lembrava também, o exemplo da correcção, como é que as coisas provisórias se tornam em definitivas da “bossa do camelo”, ficámos a perceber agora que se calhar os sete, vírgula sete milhões de euros que renderam as multas não é indiferente à decisão que está por tomar. Espero também que não haja aqui “álibis”, ou que a troco das propostas escorreitas, o Partido Socialista não se esconda para reivindicar aquilo que deve. Agradecia também ao Senhor Deputado Rui Santos as palavras que me dirigiu, sobretudo sobre a Associação Nacional de Municípios, mas queria garantir-lhe uma coisa, eu serei sempre a voz dos municípios, mesmo que esse interesse não coincida com o interesse de Viseu. Portanto, não vou influenciar através da Associação Nacional de Municípios nenhum governo, vou influenciá-los pelo meu trabalho. A Associação de Municípios é para defender o municipalismo português sobretudo numa vertente, talvez a mais ameaçada, autonomia. Essa parte estarei sempre na primeira linha para a defender. Sobre a lição que ouvimos a seguir do João Paulo sobre o Orçamento Participativo, a Lei das Cotas e não sei quantos mais, eu acho muito graça. Eu gostaria de vos dizer e gostaria até, entre aspas, de os desafiar. Aquilo que há neste momento no Poder Local sobre Orçamentos Participativos, o grande “de aport” veio da Câmara de Viseu. Eu fiz já algumas conferências, queria dizer-lhe com toda a legitimidade que me assiste, aprenderei aquilo que tenho aprender sobre Orçamentos Participativos, mas tenho também muito a ensinar. Conheço bem o tema sobre a participação dos Orçamentos Participativos, mas não é aquela que tentaram aqui trazer. Os Orçamentos participativos são primeiro trazidos por quem o povo elegeu e não deixa de ser curioso que depois de uma eleição que trouxe aquilo que trouxe, se venham pedir Orçamentos Participativos. O que se pretende ao fim e ao cabo é, quem foi eleito e que está aqui seja substituído por quem não teve votos, isso não! Isso pode ser Orçamento Participativo de alguns para abastardar a democracia participativa, esta sim, portanto, não deixaremos fazer isso. Está muito claro, continuaremos com estas acções, que temos trazido desde início sem nenhuma inflexão. Sobre a Lei das Cotas eu gostaria também de dizer que podemos dar aqui alguns benefícios à Lei das Cotas, esta Assembleia por acaso traduz isso, mas o panorama não é nacional, a Assembleia da República tem menos uma mulher. Isto significa que antes da Lei das Cotas elegeu mais gente. Também significa que hoje há menos presidentes das Câmaras Municipais, o que significa que não há nenhuma relação directa entre a Lei das Cotas e a participação das mulheres que podia ser total aqui na Assembleia, podiam os homens ser minoritários. Aliás, acho muito bem que se venha enfatizar esse aspecto, mas que não se faça nenhuma relação directa, sobretudo à bondade do Governo em relação a estas Leis. Nós sabemos bem o que esteve por trás disto. Aliás, os Senhores Presidentes da Junta de Boaldeia e de Vila Chã de Sá interpretaram, com toda a certeza, o sentimento dos colegas todos e vieram pôr o dedo na ferida. Antes de termos reuniões com eles em separado, antes das reuniões que temos mensalmente, com certeza que os assuntos que trazem para as reuniões não são da sua cabeça apenas. São por um lado as Assembleias de Freguesia com quem reúnem, mas são também pela voz dos cidadãos que lhes chegam constantemente às freguesias, é isso que trazem. Sempre que vamos a uma freguesia, ainda ontem tive o prazer de estar numa freguesia do limite do concelho, ouvia gente juntamente





com o Senhor Presidente da Junta a lembrar-lhe. Isto é democracia participativa na mais pura essência. Portanto, nós sabemos dar resposta aos cidadãos e queremos dar resposta aos cidadãos. Sobre as questões que trouxe aqui o Deputado Jorge Adolfo, Museu do Quartzo, só lhe queria lembrar uma coisa, aquela ligação que fez às palavras do Deputado Teodósio não têm nenhum sentido por uma razão, é que a auto-estrada estamos à espera, o Museu do Quartzo está feito, completamente construído. Neste momento a única coisa que se diz é que não foi inaugurado. É evidente que se tivéssemos febre de inaugurações tínhamo-lo antes de onze de Outubro, ninguém nos elegeu por isso, lá está o Museu do Quartzo pronto para receber os conteúdos. Naturalmente queremos abri-lo com todas as condições, conteúdos bem definidos inclusivamente por uma empresa de bandeira, como já sabem, a melhor empresa mundial de conteúdos, a nossa portuguesíssima Ydreams, apesar do nome, mas temos de facto o Museu que nos vai orgulhar a todos. Eu espero sinceramente que ele seja muito visitado, portanto, não estamos na mesma posição que estávamos a falar em relação à auto-estrada. Essa gostaria de saber aonde é que andam os estaleiros sequer. Sobre a segurança rodoviária, eu gostaria de dizer que nós temos preocupação com isso, embora como sabem, quem coordena a segurança rodoviária seja o Governo Civil, agora se calhar até mais próximo da realidade local, eventualmente com alguém mais conhecedor da realidade local e portanto, esperemos até que com ideias muito claras que já estavam expressas anteriormente e agora é fácil para implementar sobre esta área. Mas eu gostaria de dizer que nós já temos bons exemplos de segurança rodoviária em relação ao conselho. Por exemplo em Pindelo, quem conheça, junto à Escola, é isso que queremos generalizar, há uma extensa zona de um lado e de outro pintada de uma cor diferente com um piso, digamos, não derrapante para avisar por um lado que é passadeira, por outro lado também para permitir aos carros uma travagem mais eficaz. Nós vamos generalizar este tipo de situação pelo concelho naturalmente contando com as verbas que é preciso despender em cada um destes montantes, que não são tão pequenas como calculam. Gostaria também de me congratular com aquilo que foi dito pela Deputada Sofia Pires sobre o Colégio da Imaculada Conceição. Quem como nós fez a sua vida em Viseu, estudou em Viseu e vive em Viseu, conhece bem quer no passado quer no presente as virtualidades do Colégio da Imaculada Conceição e a forma como pratica um estudo de qualidade no seu interior. Portanto, nós ficamos muito satisfeitos por uma Deputada trazer este assunto à Assembleia e por ser aprovado por unanimidade. Sobre a última questão que foi aqui trazida eu já me pronunciei, acho que é bom ter cada vez mais senhoras nestes fóruns, mas que não se faça nenhuma relação directa entre uma Lei, que eu penso que não cumpriu as suas funções, deixem-me dizer com toda a sinceridade, até porque se houvesse relação directa era neste momento que se sentia o grande “boom” da participação das senhoras. Podem confirmar, neste momento a Assembleia da República, como disse, tem menos uma Deputada e também nas autarquias não há mais gente, porque não foi aqui que se verificou o maior “boom”. Há-de haver por outras questões, com certeza que alguém poderá explicar mais tarde, mas que não são estas seguramente. É tudo Senhor Presidente”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado Senhor Presidente. Queria só colocar-vos aqui uma questão, verifiquei agora que haveria mais uma inscrição no Período Antes da Ordem do Dia, mas de facto ela não vinha referenciada por escrito nas inscrições feitas por cada Grupo Parlamentar. De qualquer maneira, como é a primeira Sessão, às vezes os novos elementos não conhecem ainda cem por cento as regras. Eu vou dar a palavra ao Senhor Deputado Tiago Escada que a SOVINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO TIAGO MIGUEL MARQUES DOS SANTOS ESCADA (PSD) – Solicita a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Sendo esta a minha primeira intervenção como Deputado da Assembleia Municipal, gostaria de dizer que é com enorme orgulho e sentido de responsabilidade que aqui me encontro e que irei



representar os cidadãos que me elegeram para o efeito. Enquanto jovem e ciente da importância dos jovens para o desenvolvimento do nosso concelho, torna-se imprescindível comunicar e colocar à disposição dos mesmos ferramentas que lhes permitam usufruir o máximo que este concelho lhes pode oferecer e ao mesmo tempo, através das capacidades de cada um contribuindo para o desenvolvimento da nossa região. Falo neste caso, ferramentas direccionadas para as novas tecnologias. Sabemos que o trabalho realizado pelo Executivo Camarário ao longo destes anos tem contribuído para um aumento significativo da qualidade de vida dos viseenses. Sabemos também que esse aumento da qualidade de vida tem vindo a aumentar a exigência dos cidadãos, particularmente a dos jovens e a esse nível, este Executivo tem estado sempre atento a essas novas exigências antecipando e respondendo da melhor forma e em sintonia com os jovens através de políticas de juventude enquadradas à realidade dos mesmos. Posto isto, e perspectivando um futuro auspicioso para o nosso concelho e particularmente para a população mais jovem, gostaria de perguntar ao Executivo Camarário em que ponto se encontra o “Portal Municipal da Juventude” e a criação de diversos “autosports”, acesso em fio à Internet, em várias zonas da cidade como por exemplo o centro histórico, mas também a criação dos mesmos nas diversas juntas de freguesia. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. Perguntava ao Senhor Presidente Câmara, enfim, com a excepcionalidade desta situação, ou se depois responde no Período da Ordem do Dia. Muito bem, então está esgotado o Período Antes da Ordem do Dia. Portanto, eu já tenho aqui e para, enfim, a agilização dos trabalhos, o que eu iria propôr? Irei apresentar as candidaturas em cada um dos pontos. De imediato abro logo o período de votações aqui ao lado e daria até à hora do almoço para cada um votar, poderá ser até cerca de uma hora. Assim durante a hora do almoço já se fazia o escrutínio e a seguir ao almoço estavam estas eleições feitas. No âmbito do Ponto Dez da Ordem de Trabalhos, que é: Eleição do Presidente da Junta para o “Conselho Municipal de Educação de Viseu”. Eu tenho uma proposta que designei de A, que é o Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus, o Senhor Doutor Diamantino Amaral dos Santos. Portanto, o Ponto Dez, o que significa que no boletim de voto, poderão votar A, banco, ou nulo. Depois no Ponto Onze, que passou a ser o “Conselho Cinegético Municipal”, portanto, integrámos o Ponto onze como sendo: Eleição dos representantes para o “Conselho Cinegético Municipal”, também só tenho uma proposta que designei de letra A, que é o Senhor Presidente da Junta do Campo, o Senhor António Lopes Marques. Poderão votar da mesma maneira – A, banco, ou nulo e é o boletim de voto branco, mas está escrito em cima o órgão. No Ponto Doze, o representante da Assembleia Municipal para a “Assembleia Distrital para o Quadriénio de 2009-2013”, também tenho só uma proposta, que designei também de letra A, que é o Senhor Presidente da Junta de São João de Lourosa, O Senhor António Fonseca. Portanto, também da mesma maneira, será este boletim de voto cinzento, onde poderão votar A, branco, ou nulo. Para o Ponto Treze, Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar o “Conselho da Comunidade do ACES Viseu (Dão Lafões I)”. Também só tenho uma proposta, que designei também de letra A, que é o Senhor Deputado Pedro Nuno Pereira de Carvalho Ruas. O mesmo procedimento, o boletim de voto será amarelo, tem a ver com a saúde, portanto, está bem escolhido. O Ponto Catorze, Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a “Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Viseu”. Temos três propostas, a A que eu vou passar a referir, subscrita pelo Grupo Parlamentar do PSD: Efectivos – Sofia Margarida Campos Pires, Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca, Tiago Miguel Marques Escada, Daniela Filipa Cardoso Pereira. Como Suplentes – Helena Maria Vala Correia, Pedro Nuno Pereira de Carvalho Ruas, Paulo Jorge Almeida Pereira, Fernando António Almeida Carlos, portanto esta é a lista A. Lista B, o Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro



Rodrigues, que é o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, obviamente que só apresenta um nome porque não podia fazer uma composição superior. Podia fazê-lo, porque não é obrigatório que sejam elementos da Assembleia Municipal, têm que ser é representantes da Assembleia Municipal. Temos depois a lista C, ou a proposta C, subscrita pelo Partido Socialista que tem como elementos – Cristina de Almeida Lourenço Varandas, Maria de Fátima Coelho Ferreira, Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Almeida Albuquerque e Patrícia Alexandra Almeida Monteiro Monteiro. Portanto, neste caso será o método “De Hondt”, que proporcionará a eleição dos nossos quatro efectivos nesta Comissão. Portanto, lista A, está subscrita pelo PSD, B, subscrita pelo Bloco de Esquerda e C, subscrita pelo Partido Socialista. Aqui poderão votar A, B, ou C, branco, ou nulo, o boletim será esta cor, assim um amarelo desmaiado, digamos assim. Depois Ponto Quinze, eleição do representante da Junta de Freguesia do Concelho, que fará parte da “Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”. Também só tenho uma proposta subscrita pelo PSD – O Senhor Presidente da Junta de Côtã, o Senhor Joaquim Polónio Lopes, portanto, o mesmo procedimento. O boletim de voto é este verde e lista A, branco, ou nulo. Por último, Ponto Dezasseis, para a “Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões”. Como sabem, face ao número de elementos que têm no nosso Município elegemos sete representantes a esta Comunidade. Tenho aqui duas propostas: A apresentada pelo PSD, com a seguinte composição – António Joaquim Almeida Henriques, José Manuel Mota Faria, Manuel Teodósio Martins Henriques. Paulo Jorge Almeida Pereira, Rui Rodrigues dos Santos, Helena Maria Vala Correia, Tiago Miguel Marques Escada. Portanto, esta é a lista A, em que tem elementos do PSD e um elemento do CDS/PP. A lista B, apresentada pelo Partido Socialista, tem como elementos – Maria de Fátima Coelho Ferreira, Alberto Gonçalves de Ascensão, Marco Alexandre Ferreira Rodrigues, Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, Carlos Martins dos Santos Portugal, Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque, Cristina Almeida Lourenço Varandas, portanto a que eu designei letra B. Neste caso, para a Comunidade Intermunicipal, também será pelo método de “Hondt”, como é óbvio, será este boletim assim, um amarelo também desmaiado. Portanto, poderão votar A, B, branco, ou nulo. De qualquer maneira, eu para facilitar vou pedir ao serviços que abram de imediato as urnas para as pessoas poderem votar e que fiquem com estas propostas para que qualquer dos Senhores Deputados que antes de votarem queiram consultar os nomes que estão, o possam fazer. As urnas vão estar abertas até interrompermos para almoço, por isso, seriam estes os procedimentos se estiverem de acordo. Pedia aos Senhores Deputados para não irem todos de uma vez. Muito bem, então estes pontos vão ser tratados desta forma e vamos então iniciar a Ordem de Trabalhos. Ponto Um – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Actividade Municipal”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para o Ponto Um, informação da “Actividade Municipal”. -----  
- VINTE E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – “Antes de começar a minha intervenção queria dizer ao Tiago Escada que estamos atentos a esta questão. Dizer-lhe que os locais privilegiados, naturalmente, os locais de “Wireless” que estão nos serviços municipais, que já temos, nomeadamente: a Biblioteca, o Pórtico do Fontelo, o Espaço Internet e também o Rossio. A única preocupação que temos e que tem de certo modo atrasado a situação é a falta do sistema do controlo dos acessos, portanto, estamos a arranjar o controlo dos acessos, questões ligadas à segurança. Mas também dizer que nós apresentámos três candidaturas neste domínio. Uma primeira em relação à Internet/Escolas, que tem o valor de cento e trinta mil euros. Também sobre a Net nas freguesias centro e quarenta mil euros e uma candidatura que fizemos relativa a quadros inter-activos com mais trezentos mil euros, portanto estamos, digamos com este problema perfeitamente salvaguardado. E agora se permitem Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de fazer a intervenção ao abrigo do artigo cinquenta e três da Lei



cento se sessenta e nove. Nesta primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, deste novo mandato, gostaria de renovar o compromisso que assumi com todos os viseenses, aquando da tomada de posse, e o compromisso era continuar “a trabalhar, sem delongas e com muito empenho, para dar a Viseu os padrões europeus de qualidade de vida” e, ao mesmo tempo, garantir “que estes últimos quatro anos sejam os melhores desta longa carreira a que me devotei com entusiasmo, sempre com o objectivo de tornar o nosso Concelho cada vez mais admirado e cada vez mais respeitado”. É com estas premissas em mente e com o objectivo de consolidar o desenvolvimento de Viseu que vou pautar a minha actuação à frente do Executivo Municipal. Assim, para concretizar os intentos expostos, iremos continuar a actuar em áreas preponderantes e a executar diversas obras estruturantes, com o intuito de preparar a Cidade e o Concelho para as grandes exigências que o futuro seguramente nos vai reservar. Convém, no entanto, salientar que pretendemos trabalhar, não só, para os viseenses, mas, essencialmente, em conjunto com os todos eles. Significa isto que, ao longo do normal processo de planeamento e desenvolvimento que queremos implementar na Autarquia, sempre foi e sempre será a nossa preocupação consultar, auscultar e promover a participação das populações locais, exercendo, assim, de forma plena a sua cidadania. Neste contexto, entendemos que a Actividade Municipal futura deverá assentar nas linhas gerais de actuação que a seguir passo a descrever: Sobre a Acção Social, como forma de garantir a integração e a inclusão de todos; Face aos graves problemas sociais e às dificuldades generalizadas verificados actualmente, que o Estado não tem conseguido solucionar, cumpre-nos, dentro dos nossos limites, prestar o auxílio necessário às famílias de economia mais débil através do lançamento de prioridades como a requalificação da sua habitação, a disponibilização de fogos habitacionais a custos controlados, localizados no Centro da Cidade, ou mesmo apoio à reabilitação de casas próprias, em todo o território do Município, no âmbito do Programa PROHABIT e em conjunto com a Habisolvís e a SRU Viseu Novo. Paralelamente e em articulação com as Instituições existentes, privilegiar-se-á, através do Programa Viseu Solidário e de Parcerias Específicas, o apoio a todos os cidadãos e em diversas áreas. Paralelamente em articulação com as instituições existentes privilegiar-se-á através do programa “Viseu Solidário” e parcerias específicas o apoio a todos os cidadãos em diversas áreas. De igual modo, com o lançamento do Espaço Intergerações, no Centro Histórico, a manutenção do Restaurante Social, ou os incentivos à frequência da escola, a disponibilização reforçada de técnicos credenciados no apoio em diversas áreas, ou os benefícios nos encargos com licenças, taxas e na factura da água, a intensificar em face de situações de debilidade comprovada, estamos certos que estes serão factores propiciadores de melhores condições de vida. Ainda neste âmbito, iremos promover a conclusão da Carta Social Municipal, enquanto instrumento de planeamento que visa acrescentar ganhos sensíveis de eficiência e eficácia aos recursos disponíveis. Genericamente, será desenvolvido um Plano Integrado de Apoio às Pessoas e Famílias, cujo fim último será o apoio à habitação, à alimentação, à saúde e à educação das Pessoas com menores recursos. O outro eixo é construir INFRA-ESTRUTURAS para as pessoas, INFRA-ESTRUTURAS indispensáveis que assegurem uma governação participativa e de proximidade, com todas as vantagens daí decorrentes (melhor conhecimento das situações e dos problemas, economia de esforços e de recursos financeiros, agilização e eficiência na acção), queremos continuar a pugnar pela descentralização de competências, acompanhada dos meios e dos recursos necessários para as Juntas de Freguesia. Este, aliás, é um modelo de cooperação estratégica, em vários domínios, que está bem testado e que só pode ser aperfeiçoado para se obterem ainda melhores resultados. Em relação às infra-estruturas de saneamento básico é nosso objectivo primordial o lançamento da ETAR – Viseu Sul. Por se tratar de um investimento muito vultuoso, lembro que previmos que ultrapasse quarenta milhões de euros, será imprescindível a apresentação de uma



candidatura em programa comunitário específico para a sua construção. Pretende-se, igualmente, o lançamento de uma nova Barragem a norte do Município, cuja albufeira há-de permitir o abastecimento de água a toda a metade norte do Concelho e também a alguns concelhos vizinhos, carecendo, no entanto, também este, de uma candidatura ao QREN. Quanto à cobertura da população, tanto no abastecimento de água como no saneamento, o Município já superou, claramente, os valores padrão da União Europeia, não obstante o notável crescimento da população do Concelho. Apesar disso, continuaremos a dedicar o nosso esforço na sua melhoria contínua. As acessibilidades serão pontuadas pela requalificação da rede viária, como sabemos, escolhemos para o concelho uma rede viária rádio-concêntrica, com destaque para as ligações à A Vinte e Quatro e A Vinte e Cinco, concretamente da Estrada Nacional Dezasseis, do Alto de Abraveses ao Campo; a duplicação do troço restante em Repeses; a conclusão da duplicação do troço municipalizado Duzentos e Vinte e Nove (estrada do Sátão); bem como a requalificação e alargamento da Duzentos e Trinta e Um (da circunvalação até ao nó de Teivas, na A Vinte e Cinco). A mobilidade dos cidadãos e dos seus bens estará ainda assegurada pelos inúmeros investimentos na requalificação das artérias do Centro Urbano, no âmbito da Regeneração Urbana, de que são exemplos a Alberto Sampaio e a Rua José Branquinho. A entrada em funcionamento do funicular, devidamente articulada com os miniautocarros eléctricos, permitirá uma mobilidade em meio de transporte não poluente, no interior da cidade, onde o trânsito é mais intenso. Manteremos a “reserva” de terrenos para a Estação de Caminho de Ferro, indispensável para a ligação à linha ferroviária da Beira Alta, assim como dos “corredores”, com sede no Plano Director Municipal, para a linha de velocidade elevada. Como digo, apesar de recentes e desagradáveis de vos dei nota há pouco. A materialização dos EQUIPAMENTOS essenciais para o desenvolvimento municipal, é outra prioridade. Relativamente a esta vertente, destacaremos a concretização dos equipamentos de Saúde, já projectados ou em projecto, e que continuarão a ter o nosso empenhamento. A Extensão de Saúde de Lordosa, condição essencial para que o Município efectuasse a cedência de terrenos e desenvolvesse todo o processo técnico-administrativo conducente à edificação de três Unidades de Saúde Familiar, apenas aguardam o lançamento do concurso de execução e a indispensável aprovação da candidatura ao QREN. Em Orgens, Abraveses e Rio de Loba, a Câmara Municipal de Viseu disponibilizou, como se sabe, gratuitamente, os terrenos para a construção das correspondentes Unidades de Saúde Familiar. Os atrasos verificados no seu arranque não são da responsabilidade da autarquia, a qual tudo tem feito para que os projectos sejam aprovados e lançados os respectivos concursos públicos de execução dos edifícios. Os apoios financeiros para a construção das instalações de IPSS's, para a melhoria dos equipamentos religiosos e das Instituições que promovem o Bem Público continuarão a ter da nossa parte o respectivo apoio. Mantemos o interesse no desenvolvimento do Matadouro de Viseu, tendo para o efeito já sido disponibilizado o terreno e assegurada a comparticipação financeira do Município, e vamos tentar otimizar a utilização do Solar do Vinho do Dão, cujo acordo de colaboração com a Comissão Vitivinícola é ainda para enfatizar. Com o objectivo de criar outros pólos para a instalação de novas empresas ou realocização de outras, está em curso a transformação de uma superfície com cerca de duzentos hectares, nas freguesias do Campo e de Lordosa, em Área de Localização Empresarial. Depois de construída a via estruturante, está em fase de lançamento a rede viária complementar. Internamente, há uma aposta na Modernização dos Serviços Administrativos Municipais, essencial para a agilização e tornar mais fluente a interacção com os Municípios, assegurando uma melhor e mais eficiente prestação de serviços. Um outro vector, naturalmente é a CULTURA e EDUCAÇÃO. Prosseguiremos o caminho da qualificação e diversificação da oferta cultural no Concelho, dotando-o com novos equipamentos culturais capazes de o projectar cultural e artisticamente a nível



regional, nacional e até transfronteiriço. Desenvolveremos dinâmicas culturais associadas à interpretação da História e do património local e reforçaremos a interação com e entre os agentes culturais locais. Iremos, assim, concluir a requalificação da “Quinta da Cruz”, para acolher as expressões artísticas de artes plásticas, lançar o Centro de Artes e Espectáculos, que será uma mais-valia a acrescentar ao Viriato -Teatro Municipal, instalar a Companhia de Dança de Paulo Ribeiro, como sabem, cujo local está concluído e perfeitamente modernizado. Iremos também modernizar a Rede Museológica Municipal, dinamizar o Museu de Várzea de Calde e apoiar a construção da nova Sede do Orfeão de Viseu, com a inerente recuperação do antigo Matadouro Municipal, na Rua Serpa Pinto, é óbvio, que já está também a decorrer presumo eu, para quem esteja atento consegue vislumbrar uma grande dinâmica naquela obra. No campo da Educação, o Programa de Acção definido visa dotar o concelho das condições para a melhoria da educação, por via da disponibilização de novos equipamentos e do desenvolvimento de plataformas de conhecimento, através de projectos de qualificação e utilização das TIC nos Jardins-de-infância e Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico. A requalificação da rede de equipamentos educativos, com base na Carta Educativa Concelhia, a criação de Bibliotecas Escolares, a instalação de acesso *wireless* a todas as salas do Primeiro Ciclo e Pré-Escolar, a colocação de Quadros Interactivos em todas as salas de aula do Primeiro Ciclo, a criação de duas novas Salas de Estudo, a formação da população para a sociedade da informação, são acções concretas que iremos levar a efeito nesta área essencial para o desenvolvimento de Viseu. Junta-se a vontade de construir a Escola de Ranhados, tal como publicado em Diário da República, deixando à Administração Central a liberdade de lhe acrescentar o que quer que seja e o que entender por bem. No entanto, qualquer alteração a introduzir pelo Ministério da Educação não pode o desresponsabilizar pela substância do que foi acordado e publicado no Diário da República, sob pena de nada valer esta folha oficial. A conclusão dos Centros Educativos de Rio de Loba e de Viseu – Norte (em Santo Estêvão), construção, como é sabido, já teve início, tal como o Complexo Escolar de Bodiosa, que já está em funcionamento, proporcionarão melhores condições para o pleno desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem. De salientar, ainda, a nossa intenção de requalificar o Complexo da Ribeira, estando já em fase de projecto, bem como continuar a apoiar as actividades complementares de enriquecimento curricular. Quanto à JUVENTUDE e ao DESPORTO, iremos completamente modernizar o emblemático Pavilhão Desportivo do Fontelo, estando o concurso de execução em fase de lançamento. Por sua vez, o Complexo Desportivo será enriquecido com outras valências, destacando-se o “parque radical” e um polidesportivo para desporto adaptado. O prolongamento da actual ecopista do Dão permitirá a ligação a Tondela e a Santa Comba Dão, num projecto supra-municipal, reforçando, deste modo, a coesão da parte sul do distrito, como é sabido, recentemente foi aprovado o visto do Tribunal de Contas e portanto, no início do próximo Verão temos oportunidade de ter Viseu ligado a Santa Comba por ecopista. Está, também, projectada a construção de um novo Complexo Lúdico, no Parque Urbano da Aguieira (Percurso Pedestre, Circuito de Manutenção e Lazer e Parque de Merendas). Outros projectos serão, igualmente, realizados, tais como o Campo de Relva Sintética do Clube de Futebol os Repesenses, o Campo de Desportos na Areia, o Skate Parque, a requalificação do Pavilhão Desportivo da Escola Viriato, ou mesmo a construção de um circuito de manutenção no Monte de Santa Luzia, em articulação, naturalmente, com o percurso pedestre que já existe. A generalização das estruturas desportivas e de lazer, bem como a promoção da utilização das T.I.C. em todas as Freguesias manter-se-á como objectivo a prosseguir. Dar visibilidade a Viseu e à sua região através do TURISMO e dos equipamentos de LAZER; A atracção de investimento, a oferta turística, a promoção da imagem da cidade, do património e dos seus produtos locais, são áreas que pretendemos manter e reforçar. Para tanto, queremos: Requalificar a Casa da Ribeira, cujo concurso



também já está pronto; Criar um Posto de Turismo no centro histórico, no âmbito do Programa de Parcerias para a Regeneração Urbana, como sabem, vamos instalar um Posto de Turismo na Casa do Adro; Requalificar a paisagem envolvente às Termas de Alcafache e prosseguir com a sua animação; Pôr a funcionar um Autocarro Turístico e instalar os chamados Quiosques Interactivos; Disponibilizar Audio-guias para visitas à Cidade; Reforçar as promoções das Marcas Dão, Viriato e Grão Vasco; Cooperar no Lançamento do Festival do Vinho do Dão; Prosseguir a construção de Rotas e Percursos Pedestres, também como é sabido, já inaugurámos doze de cobertura total que queremos fazer no Concelho e também participar em feiras e eventos de promoção da imagem de Viseu. Neste âmbito, pretendemos, igualmente, reforçar a ligação aos PALOP e promover os encontros da Lusofonia, aprofundar a substância das Geminações e criar uma rede de contactos e interacção com os emigrantes oriundos de Viseu, como elementos fundamentais na estratégia de promoção do Concelho. Um outro eixo, é inverter um ciclo de dificuldades com o DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, RURAL E FLORESTAL; Nesta área que é tão sensível e abandonada pelo Poder Central, temos tentado por vários meios defender os interesses daqueles que se dedicam a este sector tão importante da actividade económica. Vamos prosseguir com esta acção determinada, balizada nos seguintes projectos/acções: A preservação da Floresta, que está aguardando, naturalmente, o resultado da apreciação de várias outras candidaturas comunitárias que fizemos no âmbito do PRODER; A construção e funcionamento da Quinta Pedagógica, na Quinta da Cruz, visando sensibilizar os mais jovens para a potencialidade do sector primário; O apoio à comercialização de Produtos Locais; A criação de Lojas de Produtos Regionais certificados e a sua promoção; Esperamos também ajudar à construção de um Mercado Biológico, portanto um Bio-mercado em que os produtos, a designada “agricultura biológica”, tenham a devida valorização. A realização de feiras temáticas, recuperar a “Agrofeira”, como sanem uma grande realização que levámos a cabo e que por motivos vários, não teve até agora mais do que uma realização, a Tradição Viva e do Artesanato, que decorrido de forma satisfatória”, que determinarão uma maior visibilidade ao sector primário. Por último, falamos na QUALIDADE DE VIDA, na MOBILIDADE e no bom AMBIENTE; Na área do ambiente e qualidade de vida são vários os projectos a que queremos dar sequência: O desenvolvimento do processo de “reinterpretação do Parque Aquilino Ribeiro”, cujas obras já começaram; A generalização do novo sistema de deposição de resíduos às zonas urbanas adequadas, com evidente retorno e reflexo positivo na qualidade ambiental. A execução do Parque Urbano da Aguieira, que dará mais vinte e três hectares ao “pulmão verde” que já existe em Viseu; A construção da barragem da Fraga, que irá permitir conter os caudais de cheia, no inverno, e injectar água nos períodos de estiagem, bem como construir um espelho de água e praia fluvial, no curso médio do Pavia, no espaço urbano; A promoção de acções de alfabetização ecológica, de sensibilização e de incentivo às boas práticas ambientais, com expressão relevante na “Quinta Pedagógica”, no Museu do Quartzo, na Casa de Lavoura de Várzea de Calde e no CMIA, Centro Monitorização de Integração Ambiental, entre outros; O projecto de instalação de “postos de abastecimento” de energia eléctrica como sabem, em boa altura reclamámos do Poder Central, do qual tenhamos sido afastados na sequência da candidatura tempestivamente apresentada para veículos de propulsão exclusivamente eléctrica; A implementação também da Agenda Vinte e Um, cuja candidatura, ou melhor recandidatura, aguardamos finalmente aprovação. No que concerne à melhoria da Mobilidade, os transportes públicos vão receber a vantagem do sistema “Google Transit” e a sua aplicação da “Revisão do Estudo de Optimização do Sistema Viário e de Transportes da Cidade de Viseu”, em curso com Parceria Câmara Municipal/Universidade de Coimbra através do Instituto Politécnico, o de Viseu também, estando em curso o número e percursos das linhas e o eventual acerto de zonas e da



bilhética associada. Quando a Legislação Nacional o permitir, será viável a criação de mais linhas, sendo expectável que a rede global de transportes públicos venha a cobrir quase dos cem por cento das Comunidades Sociais de Viseu. Faço aqui um parêntese, para esclarecer que com frequência ouvimos propostas sobre o alargamento da Rede de Transportes Municipal, os chamados Transportes Urbanos, mas as pessoas desconhecem que a legislação não o permite, criar linhas e portanto, vale a pena saber-se que quando se reivindica mais um alargamento de rede, que a legislação condiciona exactamente esta implementação. As Câmaras não têm cobertura legal neste momento para a “seu belo prazer” e de acordo com as necessidades dos munícipes e das reivindicações dos munícipes implementarem linhas de Transporte Municipal, portanto, quando a legislação o permitir iremos, pensamos nós, cobrir os cem por cento das necessidades das comunidades de Viseu; A remodelação do Centro Coordenador de Transportes e a introdução de melhorias na comodidade das praças de táxis irão associar-se à construção de um parque de estacionamento subterrâneo, no largo do “Soldado Desconhecido”, Largo Mouzinho de Albuquerque mais concretamente; Será incentivada a utilização dos transportes públicos no interior do Centro Urbano, prevendo-se uma melhor articulação do funicular com os miniautocarros eléctricos. A duplicação da rede viária radial dentro do primeiro perímetro urbano tornará mais seguro, fluido e cómodo o movimento pendular de entradas e saídas para o Cento Urbano, como sabem, um dos objectivos que estamos a acabar de concretizar é a duplicação de todas as entradas no nosso núcleo urbano para melhor fluidez de trânsito; Sublinhar a componente horizontal no PLANEAMENTO E URBANISMO é também uma das nossas metas; Queremos continuar com a “marca urbana” de que designámos como marca horizontal, como é conhecido, com espaços públicos dimensionados de forma desafogada e extensa e com a “nucleação” dos espaços urbanos e urbanizáveis, de forma a dar mais coerência ao desenvolvimento urbano. Esta vontade passa, igualmente pela revisão do Plano Director Municipal, cuja aprovação aguardamos já há algum tempo, e eu espero que desta vez, como estamos num período menos quente eleitoralmente, que haja pelo menos a dignidade e a frontalidade de dizer que estamos à espera do Plano Director Municipal, cujo trabalho a Câmara já concluiu em trinta e um de Agosto último, portanto, aguardamos a sua publicação. Que ninguém nos coloque agora outra vez, ou que tente colocar “entre a espada e a parede”, que é termo que não conhecemos para nos apontar que a revisão do Plano Director Municipal que é da nossa responsabilidade. Eu gostaria de dizer que a terceira contraproposta está em sede de Comissão Técnica de Acompanhamento, terceira contraproposta e é bom esclarecer este período que é menos propício a especulação partidária, que a Câmara entregou a terceira contraproposta e que não está satisfeito, portanto não é aquilo que a Câmara queria. Nós temos andado a reivindicar aos “bochechos”, como agora se diz, a tentar tirar porque em boa verdade nós devíamos ainda fazer uma contraproposta. Se calhar agora já não se perdia tanto, porque aquilo que percebemos é que no horizonte temporal que está aí perfeitamente como objectivo era o onze de Outubro, talvez agora já não haja esse problema. Cada vez que nós apresentámos uma proposta, lá vinha uma autorização parcelar para nós voltarmos a apresentar outra proposta, portanto, agora achámos que já chega, têm a terceira contraproposta, finalizámos aqui o nosso Plano Director, a nossa proposta, esperamos agora que seja rapidamente, digamos. Promulgado. Esperamos notícias da Comissão Técnica de Acompanhamento, mas agora que ninguém diga à Câmara acabe de fazer o seu trabalho que está feito. Para que o processo de revisão seja concluído, ponderamos o “fecho” do mesmo com a firme decisão de não desistirmos de lhe introduzir as melhorias que reputamos importantes. E fá-lo-emos por uma razão simples e compreensível: conhecemos melhor do que ninguém o território municipal. Estas são, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as linhas de actuação que consideramos essenciais para o desenvolvimento estratégico do Município de Viseu e que iremos





procurar implementar ao longo do quadriénio que se avizinha. Senhor Presidente, Senhores Deputados, antes de acabar e numa nota de rodapé, eu gostaria de dizer que estas são as promessas. Esta é, digamos, a “Bíblia” com que nos vamos comportar nestes próximos quatro anos, independentemente de ser o final de linha, mas vamos fazê-lo e gostaria, porque não tive oportunidade de dar resposta ao João Paulo, notava-se a forma enfática como falava no último mandato, eu gostaria de lembrar que se eu copiasse a posição do Partido Socialista, podia candidatar-me a Vereador, que é isso que o Partido Socialista tem feito nestes últimos seis mandatos, candidatar-se a Vereador. Não o vou fazer, porque fui Presidente da Câmara, com todo o gosto, seis mandatos, portanto, só continuarei como Presidente da Câmara, mas se vos seguisse de facto o exemplo, também me poderia candidatar a Vereador, a seguir talvez tivesse um lugar de destaque. Senhor Presidente Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração e análise de Vossas Excelências através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no número quatro do artigo sessenta e oito da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, com a redacção que lhe foi dada pela Lei cinco A de dois mil e dois. Também damos conta da Situação financeira, saldo das dívidas e outras origens de fundos; Informação prevista no artigo cinquenta e três, que se refere a participações em entidades societárias e não societárias; Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e em curso. E é tudo Senhor Presidente. Muito obrigado pela bondade com que me escutaram”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu, lugar profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de dar a palavra aos Senhores Deputados para colocarem as questões que entenderem neste período de informação do Senhor Presidente da Câmara, só dar aqui uma nota. Não me recordei quando iniciámos as votações que para a Comunidade Intermunicipal, deriva da Lei, só podem votar os representantes desta Assembleia Municipal, os eleitos directamente, portanto, só podem votar os trinta e cinco eleitos directamente. Os Senhores Presidentes da Junta, nos termos da Lei, não o poderão fazer. Já tinham entrado alguns boletins de voto, com esta cor. Obviamente, vamos considerá-los sem efeito e está uma nova urna lá dentro com este boletim de voto, que é uma folha branca com quadrados pretos, Será o boletim de voto para utilizar para a votação da Comunidade Intermunicipal. Eu solicitava, mesmo aos que já votaram, que passassem ali pela sala ao lado, a sala de apoio, para voltarem a fazer a votação para a Comunidade Intermunicipal. Neste caso concreto há duas listas, a lista A que é apresentada pelo PSD e a lista B que é apresentada pelo PS. Então eu daria a palavra a quem ma solicitar, designadamente ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo”. -----

- VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Solicita o uso da palavra para dizer: “Devido a uma falha aqui do sistema operativo não estou a conseguir imprimir o discurso que tenciono ler e portanto, vai ser feito aqui com o computador, sendo que até calha bem, que já vem na senda do pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em que poupemos nas impressões e que usemos, de facto, mais os meios tecnológicos. Sendo assim, começaria por dizer que em início do novo mandato autárquico, O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, traz-nos no ponto da informação da Actividade Municipal as linhas de desenvolvimento estratégico do Município de Viseu para o próximo quadriénio. Ora até aqui, evidentemente, nada a apor, pelo contrário, entendemos que partindo do princípio que em democracia os actos eleitorais abram novos ciclos de vida e de decisão política, está mais de que certo que se apresentem as linhas de desenvolvimento estratégico. Naturalmente que sendo este um mandato de continuidade de quem tem a responsabilidade de gestão do Município já há muito anos, não esperávamos nada que significasse uma rotura com o passado, quer na forma, quer no conteúdo. E assim em conformidade, apresentaremos também as nossas discordâncias, que quero deixar claro que são muito mais conceptuais do que circunstanciais e de resto têm sido assinaladas pela



Bancada do Partido Socialista já nesta Assembleia. Na nossa opinião, o modelo estratégico pressupõe uma visão, visão esta que está subjugada uma estratégia. A Estratégia tem de ter, evidentemente, um conjunto de objectivos associados que determinam as acções e tarefas a levar a cabo. Assim, devemos começar desde logo, por evidenciar a falta de uma visão. A visão é no fundo algo que nos mobilize em torno de um sonho, de um desígnio, de um objectivo maior, é assim que a teoria e que os livros nos dizem. É evidente que, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu poderá vir dizer que tem uma visão e que essa visão até esta materializada em, e passo a citá-lo na sua intervenção: “...Viseu, temos padrões europeus de qualidade de vida, sendo um concelho cada vez mais admirado e respeitado”. Esta premissa é como disse, enunciada na sua intervenção e poderá de facto, eventualmente, ser a sua ideia de visão. Nós não entendemos que isto valha como visão. É uma ideia respeitável, positiva, isso é para nós indiscutível, mas não é suficientemente concreta para se entender como uma visão. Uma visão é algo que deve condicionar a opções estratégicas mais importantes em torno dela, é algo que mobiliza todos num grande e único objectivo, que nos diferencia e afirma em qualquer que seja o contexto que se imagine. Vou falar num caso concreto que é paradigmático e é só em termos de exemplo para percebermos o que é que o Partido Socialista quer dizer nesta intervenção. Caso concreto, Las Vegas, esta cidade não é referida em parte nenhuma do mundo que não seja reconhecida pela visão que esteve na sua base, não só pelo jogo, mas pelas diversas actividades de lazer, pelos inúmeros espectáculos grandiosos que lá acontecem, é uma cidade ligada ao prazer da vida mundana. Nasceu de uma visão, sendo o recreio da América. Foi construída com esta visão. É o exemplo, de facto, mais paradigmático e que se pode dar, mas há inúmeros outros. Há cidades no mundo e em Portugal a que lhe é reconhecida uma visão. A gestão destas cidades, acaba por não ser muito distinta de todas as outras: tem os problemas de trânsito, de abastecimento de águas, de desemprego, as carências sociais, as escolas para cuidar, o planeamento urbanístico a fazer. Em tudo são, de facto, iguais às outras, mas têm um desígnio, em que é que isso é benéfico? Tudo se organiza, na nossa perspectiva, em função de uma marca que nos diferencia e que nos torna ímpares. Essa é, como julgo, consensual entre todos aqui também nesta Assembleia, a luta dos nossos dias. No mundo cada vez mais globalizado, de facto, todos nos queremos afirmar com uma marca, todos queremos ter uma marca, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu também ambiciona essa marca para Viseu e nós sabemos que ambiciona quando por exemplo, orgulhosamente nos lembra que num estudo recente, e já muito falado nesta Assembleia, somos a cidade com melhor qualidade de vida do país e a décima sétima a nível da Europa. No fundo, quer associar Viseu a uma marca e uma imagem dessa mesma marca, que é a qualidade de vida. Ninguém questiona o orgulho, e nós evidentemente, devo dizer, não permitimos que se questione o que todos sentimos, com esse estudo, o orgulho que sentimos nessa posição tão cimeira. A qualidade de vida é uma marca importante, mas temos que concordar que não encerra em si uma mais valia e um trunfo determinante no que diz respeito à competitividade entre cidades. Mais uma vez, e para melhor explicar o que quero significar com isto, socorria-me de um exemplo. Por exemplo, um cidadão de Castelo Branco pode continuar a achar, depois deste estudo que foi conhecido por todos, que a sua cidade é a que para ele tem melhor qualidade de vida, é a dele, não a trocava por nenhuma outra do mundo. Eu julgo que isto é compreensível por todos, até porque também julgo que, e fazia quase que a pergunta, quem é que trocaria a nossa cidade de Viseu por qualquer outra, se em vez da nossa posição neste referido estudo, em vez de ter sido a primeira fosse a quarta, a quinta, ou a sexta, ou outra qualquer? O que quero no fundo dizer é que para além dessa mensagem ao ego que são os prémios ou as posições em rankings, é quando estamos realmente a construir algo de inovador e a ganhar algo com uma estratégia que delineámos, portanto, a nossa relutância face a este intervenção é efectivamente, na nossa opinião, evidentemente, a falta de uma



visão para o concelho de Viseu, a falta de uma visão para a nossa cidade. Face à falta desta mesma visão estratégica, tudo que possamos comentar relativamente à intervenção que nos acaba de fazer é um pouco secundário. O Senhor Presidente da Câmara Municipal discrimina na sua comunicação nesta Assembleia, as principais áreas de intervenção da acção política do Município, desde a acção social, as infraestruturas, à cultura e educação, à juventude e ao desporto, ao turismo e lazer, passando pelo desenvolvimento agrícola e florestal, terminando na qualidade de vida, no ambiente, no planeamento e no urbanismo. É evidente que na sua comunicação, há medidas que propõe que merecem de todo a nossa concordância, aliás, algumas delas defendemos já há vários anos nesta Assembleia. Outras, até esperamos há vários anos que sejam concretizadas. Em boa verdade, outras ainda há que reconhecemos como inovadoras, são novas, são algumas medidas que nunca tinham sido abordadas e nas quais até nos revemos. A questão mais uma vez, Senhor Presidente da Câmara, está mesmo na visão de cidade e concelho que não nos é apresentada. Senhor Presidente da Câmara, já pensou, e passo, digamos, a uma segunda face desta intervenção, em que para que não se diga que o Partido Socialista, aliás, acho que nunca o fez, uma posição de “vota abaixo”, sempre numa posição construtiva e para ir de encontro ao que disse aqui na Assembleia anterior, que de facto, podem contar, devem contar, com o Partido Socialista para ajudar, para acrescentar. Gostaria de lhe perguntar se já pensou que “Viseu Cidade Jardim”, pode evoluir para Viseu Cidade Verde, sendo este verde entendido, evidentemente, em termos ecológicos. Já pensou, por exemplo, que está ao nosso alcance, se todos trabalharmos nesse sentido, transformarmos a nossa cidade num exemplo nacional e mesmo internacional de paradigma de cidade ecológica, essa, na nossa perspectiva, seria uma visão. Numa altura em que a sustentabilidade do Planeta está tão na ordem do dia, em que as alterações climáticas são tão preocupantes e tão faladas, em que a dependência das energias tradicionais, o gás, o petróleo, é posta em causa, em que nunca se falou tanto em energias renováveis como hoje, e até aproveitando o bom exemplo que Portugal tem sido nesta matéria, nós começarmos a construir uma cidade ambientalmente irrepreensível, seria uma marca inovadora e absolutamente diferenciadora. É evidente que, algumas coisas já estão feitas neste sentido e este Executivo deu alguns passos, de facto, neste sentido de Viseu Verde, agora o que se pretende, o que se propões aqui é muito mais ambição, muito mais arrojo. De resto, parece-me que esta questão que nós hoje aqui colocamos é só uma questão de estarmos a antecipar o que mais cedo do que tarde, virão a ser imposições generalizadas, a diferença, é, efectivamente, podermos estar na frente. A nosso ver, esta é visão possível e desejável para Viseu. Evidentemente que, todas as opções de governança em Viseu estariam no futuro condicionadas a esta visão. Por exemplo, os duzentos hectares, ou eventualmente, parte significativa deles, da Área Industrial do Campo de Lordosa, que nos fala na sua intervenção, estariam dedicados à indústria na área do ambiente, das energias renováveis, à indústria de reciclagem, tudo o que daí ambientalmente inovador estiver a surgir. Tudo com irrecusáveis benefícios aos investidores e com medidas de discriminação fiscal positiva, para lá de isenções, evidentemente, de todos os custos de instalação no que diz respeito a licenças camarárias. Eu vou dar mais dois ou três exemplos, não vou conseguir ser exaustivo, naturalmente, nem tenho competência para isso, mas por exemplo, os loteamentos em Viseu estariam sujeitos a novas regras, e se nós não as conseguíssemos impor por legislação, que não nos permitisse impor esta visão, faríamos uma discriminação de tal forma positiva que tornasse atractivo para o empreendedor, para o empreiteiro, seguir esta linha. Começar a construir com padrões de potência, eficiência energética e inovações ecológicas relevantes era muito interessante. Apenas um comentário complementar e a título de exemplo, por certo já muitos de vós viram fotografias de prédios que em vez de acabarem em telhados, acabam em verdadeiros jardins. Há inúmeras ideias que se podem ter a este respeito de forma a incentivar este



tipo de construção, se nós recebermos nos nossos e-mails essas imagens, somos confrontados com programas de televisão com essas imagens, elas existem, houve alguém que iniciou esse caminho. Pode parecer, evidentemente, utópico, pode parecer inalcançável, pode parecer um disparate, mas de facto, estas coisas existem. É evidente que, e para concluir mesmo, diria que tudo isto cruza depois com todas as áreas que são da responsabilidade da Câmara Municipal, da mobilidade, aliás, às próprias frotas dos automóveis. O Senhor Presidente fala na sua intervenção de postos de abastecimento eléctricos, porque não, Viseu ser a primeira Câmara Municipal do país a ter uma frota de carros totalmente “amiga do ambiente”? No fundo, são pequenas ideias destas, mas que servem todas elas uma visão e tornaríamos Viseu, de facto, uma cidade inovadora neste ponto de vista, absolutamente atractiva para quem nos quisesse visitar, perceber das nossas boas práticas. Obviamente que, quando fala no biomercado, por exemplo, que é também uma ideia nova que nos trouxe na sua intervenção, isto encaixa também que nem uma luva nesta visão. Se calhar, alguma da agonia do nosso comércio tradicional, podia estar ultrapassada se nós tivéssemos os comerciantes da nossa cidade, por exemplo a irem atrás dessa visão que a Câmara Municipal e o seu Executivo Municipal traria e portanto, fazerem assim um negócio diferente. Bom, para concluir e a pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu queria dizer os exemplos podem desmultiplicar-se, como já disse há pouco, não teria tempo nem competência para ser exaustivo nas ideias, agora o que lhe pedia sinceramente, Senhor Presidente da Câmara, era que olhasse para esta minha intervenção como uma vontade de dar um contributo positivo. Não julgo ter beliscado minimamente o trabalho que o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereados da maioria do PSD têm feito nos últimos anos em Viseu. Esta trata-se, portanto, de uma intervenção que nós entendíamos ser interessante, que pudessem acolher como, eventualmente um caminho a explorar e pedia-lhe, muito honestamente, que não fizesse um qualquer comentário, enfim, que eu também costumo fazer, volta meia volta, que também aprecio os seus, mas que não faça um qualquer comentário do género de Viseu Cidade Verde é do Sporting e eu também sou... Uma coisa que não nos faça recordar o que o Deputado Gonçalo Reis, aqui há uns anos, nesta Assembleia Municipal, Deputado do PS, que hoje já não está entre nós nesta Assembleia, bem entendido, quando falou pela primeira vez em ecopistas, deram-se aqui umas risadas, foi um bocadinho mal tratado na altura pela maioria do PSD, dizendo Viseu, ecopistas, disparate, uma cidade como a nossa... E depois, lê-se no jornal que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu até dá como exemplo, precisamente, as ecopistas como sendo uma das imagens de marca e das coisas que mais gostou de fazer. Muito obrigado”.

- MESA –Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- VINTE E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Senhor Presidente, é um comentário rápido, até para não me esquecer daquilo que o João Paulo me desafiou, em termos daquilo que seria o meu comentário. Gostaria de dizer só duas coisas, não pondo em causa a bondade da intervenção, mas também com toda a sinceridade, o João Paulo faz-me lembrar aquele indivíduo que entrou em contra-mão da auto-estrada e acha que toda a gente vai errado e ele é que vai bem e portanto, eu diria que isto é uma lição de sapiência como perder umas eleições autárquicas. Isto é uma lição de sapiência! Esta utopia... Então, mas com diabo, nós temos vinte anos de implementação do modelo e ainda não sabemos o que é que queremos para esta cidade e para este concelho. Então, mas quem é que vai em contra-mão? É o João Paulo! O João Paulo é que vai em contra-mão! Depois diz coisas que eu acho piada, nós temos que as contextualizar. Eu por acaso não me lembro do Deputado Reis falar nas ecopistas. Eu já conhecia as ecopistas se calhar antes de o Deputado Reis nascer, mas há uma coisa que eu me lembro do Deputado Reis, isso sim, foi que nós que íamos matar todas as tílias da Circunvalação e



da Avenida Vinte e cinco de Abril e veja como elas estão viçosas. Isso lembro-me eu, perfeitamente, quem não se lembra disso? Nós com as podas matámos todas as tílias, vejam como elas estão, portanto, disso eu recordo-me perfeitamente. Oh João Paulo, também com toda a sinceridade, vocês que têm esta noção tão arreigada e esta teoria tão bem desenvolvida, digam-nos aonde é que as implementaram. Eu já disse que copiei as salas de estudo de Oviedo, copiei os semáforos de contagem regressiva de outras cidades, digam lá qual é a cidade do Partido Socialista, que a gente vai lá ver. Se vocês têm esta teoria tão desenvolvida, onde é que a implementaram? Eu conheço-o há muitos anos, também não queria ter uma atitude que não fosse construtiva e também de consideração, eu acho é que o exemplo de Las Vegas com uma pequena correcção ficava bem, era Los Végos. Os vésogos, ainda não deram conta que esta cidade tem um projecto. Então, andamos aqui todos, digamos, adormecidos, não temos nenhum projecto para esta cidade? Quer dizer, tudo aquilo que se faz é tudo incoerente? Isto é, quando se diz podiam optar por uma frota de veículos eléctricos. Bem, a Câmara foi das primeiras a ter autocarros eléctricos e a seguir o que é que aconteceu? O vosso Governo negou-nos de pertencermos à rede de abastecimento eléctrico. Esta é a vossa incoerência. Diz que nos falta uma visão, eu acho que de vez em quando vocês têm é visões. Nós temos uma visão, então mas andámos tanto tempo a defender o modelo. Nós temos o modelo, vocês podem discordar do modelo, agora, não me venham dizer que aquele estudo que nós vos apresentámos, não somos nós que alguma vez questionamos esse estudo, não é verdade João Paulo! Se formos ver uma análise às actas há-de haver posições dos Deputados do Partido Socialista, o que estava bem era um estudo da Universidade da Covilhã. Quem é que não se lembra disso? Houve gente aqui do Partido Socialista que veio ali àquela tribuna dizer que aquele estudo que era... Nem toda a gente alinhou pelo estudo da DECO. Bem, já agora, uma boa notícia, a Senhora Vereadora vem representar a Câmara, do Instituto Piaget e o Senhor Doutor Almeida Santos, não é uma figura qualquer, fartou-se de elogiar a cidade, o que significa, que digamos, o nosso trabalho tem dado resultado. É evidente que nós sabemos que nem tudo está perfeito, claro! Eu já participei em muitas conferências sobre cidades criativas e também já tive oportunidade de participar numa conferência que era “Viseu Case Study”, na Fundação Gulbenkian, não foi em qualquer lugar que desconheciam Viseu. Dizer que nós temos muitas imperfeições, claro que temos, mas temos todos de nos orgulhar daquele trabalho que andámos a fazer. Esta visão que temos aqui para a cidade acaba daqui por quatro anos, é um ciclo, depois esperamos um outro ciclo de gente com mais visão que apareça com outro tipo e eu fico a bater palmas, no meu sofá, no meu cantinho, a ver se os próximos anos são melhores do que aqueles que eu deixei. Agora, teorizar a dizer, ponham aqui os olhos o que nós queremos é isto, é pouco, muito pouco. Isto é para falar de cátedra e na prática não fica absolutamente nada. Nós gostaríamos é de ver, olhe este exemplo, não é Las Vegas. Naturalmente eu não vou dizer nenhuma outra cidade, mas uma cidade aqui mais perto, que se possa ver a gestão socialista de uma cidade é esta e a gente vai lá ver. Eu não me vejo nesta atitude de se achar que os livros que respondem a tudo, é o que está nos livros. Bem, se estivesse nos livros as cidades eram todas perfeitas e não são. Uma cidade, digamos, é uma actualidade complexa, agora não se pode dizer que em Viseu não se tem seguido isso, naturalmente com todos os defeitos. Uma cidade verde, ah isso, não somos, independentemente do Sporting, eu estava a rir-me com isso, porque se há uma característica que nos é imputada é de sermos uma cidade verde. Então que cidade é que tem um pulmão como nós? A coroa ambiental de que nós falamos caiu do céu? Não fomos nós que a definimos? Quem é que pela primeira vez falou que queríamos uma coroa ambiental que tornasse esta cidade horizontal? Quem é que disse que queríamos juntar o Parque do Fontelo a Radial de Santiago, o Parque Linear, a Estação Agrária mantendo-a, a Cava do Viriato, o Parque da Aguireira, a Colina Verde de Marzovelos, a Quinta da Cruz, quem é que falou nisto? Então não fomos nós? Não é isso que estamos a pôr na



prática. Eu recebo todos os contributos, mas também que os contributos não sejam, digamos, uma reprovação e a falta de visão. Visão, eu tenho-a também! E tenho a minha visão e tenho que me sentir feliz, porque esta visão é, cada vez mais, acompanhada pelos viseenses, todos viseenses, os que moram aqui, os destinatários desta acção, agora, comparar com Castelo Branco? Eu digo apenas isto, esta visão que nós tivemos nos últimos vinte anos trouxe para esta cidade mais vinte mil pessoas, fomos a quarta cidade que mais cresceu, a seguir a Setúbal, a Braga e a Leiria, as três cidades que cresceram à nossa frente, a quarta é Viseu. Castelo Branco neste período, com toda a certeza, com grande trabalho por parte do Presidente da Câmara, que é um excelente autarca, perdeu população. Então mas atraímos quem? Nós damos-lhes mel não é vinagre, que há aqui em Viseu e as pessoas vêm para cá por gosto. Eu diria que aqueles que não querem sair de Viseu, muito bem, porque estão numa excelente cidade, soma-se aqueles que querem vir para Viseu morar e portanto, temos que chegar à conclusão de que este modelo está correcto e por mim não o vou abandonar”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Tiago Pinhel. -----

- VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP) – Pede a palavra da intervenção do seguinte modo: “Cabe-me, na minha primeira intervenção nesta Assembleia, fazer a análise das principais linhas de orientação e intenções da Câmara Municipal para os próximos quatro anos. Esta responsabilidade é aumentada quando o nosso propósito (Deputados do CDS-PP) é fazer uma crítica construtiva, fundamentada e, essencialmente, virada para o futuro. Na verdade, o que está feito, está feito, mas no futuro sabemos que podem fazer melhor ou fazer diferente, e é para essa discussão e com essa intenção que contribuimos com as considerações que aqui tecemos sobre o plano de acção que nos foi apresentado: Na acção social, vemos com agrado a vontade de intervir na questão habitacional, tal como a consciência social patente em diversas iniciativas de valor das quais é um bom exemplo o Restaurante Social, onde os benefícios a conceder aos verdadeiramente carenciados, tendo em vista o seu acesso aos bens essenciais e de direito como a educação, a saúde, ou a alimentação. Contudo, achamos que a Câmara Municipal deve ter o papel de dinamizador de uma verdadeira rede social de apoio a todas as populações, apostando naquilo para que está vocacionada, como a angariação de recursos financeiros, humanos e técnicos e a sua distribuição racional pelas diversas instituições, em particular as privadas, com grande implementação na sua área de intervenção, potencializando, de forma desinteressada, todas as valências que essas instituições, com a sua capacidade instalada, já desenvolvem, e bem, satisfazendo as necessidades dos utentes que a elas recorrem. Relembramos, que este “intercâmbio” de conhecimentos, a coordenação de todas estas actividades e, essencialmente, a congregação do esforço de todos os agentes da acção social e de solidariedade, pode e deve ser potenciado pela Câmara Municipal, até porque dela dependem órgãos como o CLAS (Conselho Local de Acção Social), hoje, ao que nos parece, com pouco reconhecimento e importância atribuída. No plano das infra-estruturas, destacamos a questão das acessibilidades e mobilidade, devidamente sinalizadas, mas apenas, as que correspondem a obras com profundo alcance no desenvolvimento e melhoria da rede viária do concelho e, naturalmente, com impacto no crescimento e desenvolvimento da cidade, e que potenciam o encurtamento de distâncias e a circulação de pessoas e bens, na qual não incluímos o funicular, por não lhe reconhecermos a utilidade, o valor ou a dimensão de uma obra com impacto que o executivo lhe pretende dar. Mas, porque nesta área achamos que deve ser seguido um princípio de prioridades, não podia deixar de fazer uma referência à questão do saneamento e águas públicas. Esta deve ser a principal preocupação da Câmara, para que daqui a poucos anos, assim esperamos, possamos ser não uma cidade acima da média europeia, mas sim, a cidade modelo, com a maior cobertura de rede pública de água e saneamento a nível europeu, contando, para isso, com o empenho e conhecimento do



terreno por partes dos Executivos das Juntas de Freguesia que, em alguns casos, devem reconhecer, em sede própria, estas suas necessidades. Equipamentos essenciais para o desenvolvimento municipal - Nesta área, reconhecemos a disponibilidade, por parte da Câmara, para o desenvolvimento de infra-estruturas, como as referidas para a área da saúde, através da cedência de terrenos, política, aliás, que defendemos e que deve ser continuada pela Câmara Municipal, bem como, a intenção de utilizar ou revitalizar equipamentos criados ou requalificados, e que podem ser pontos dinamizadores de vários sectores de actividade. No entanto, destacamos aquele que é o objectivo de criar um novo parque empresarial nas freguesias do Campo e de Lordosa. Esta “chamada” de atenção prende-se com a necessidade de consciencializar as entidades competentes, de que este investimento não pode ser sujeito a modelos de gestão como o preconizado pela Gestiviseu, sob pena de, exigindo uma prestação de serviços desnecessários e consequente encarecimento da instalação das empresas, leve à desertificação do espaço e conduza ao seu fracasso enquanto equipamento para o desenvolvimento e implementação empresarial. Alertamos, por isso, para que o modelo seja pensado, apostando num modelo de zonas empresariais flexíveis, com níveis de pré execução mínimas e com um crescimento sustentado, reflexo das necessidades que forem surgindo à medida do desenvolvimento concreto do espaço. No ponto da cultura e educação, para além daquilo que é, com toda a certeza, uma mais-valia num sistema de ensino que se prevê cada vez mais moderno e virado para o futuro, e que passa pela intenção de dotar os locais de ensino com as novas tecnologias, de que são exemplo os quadros interactivos, pouco ou nada podemos reconhecer como diferente ou inovador no que respeita, em especial, à área da cultura. É curta a ambição da Câmara Municipal, para aquele que é, hoje, um sector preponderante no crescimento, desenvolvimento e projecção das cidades. Pensar a Cultura como uma actividade económica capaz de gerar riqueza, postos de trabalho, massa crítica, e de dinamizar outros sectores de actividade é essencial, se atendermos que este é, também, um dos principais factores de atracção de pessoas e que, naturalmente, projecta a cidade e, como consequência, tudo aquilo que a caracteriza ou é dela elemento marcante ou património. Defendemos, por isto, não tanto uma intervenção directa e de comando, mas um envolvimento da Câmara com as demais entidades públicas ou privadas e empresas locais ou nacionais, para a elaboração de programas culturais capazes de destacar Viseu no quadro cultural nacional e ibérico. Esta capacidade passa por reconhecer os bons exemplos de parcerias já existentes noutras cidades e lutar por esta mesma dinâmica público/privada com a ambição necessária para a criação e desenvolvimento de grandes eventos ou festivais que abram, definitivamente, as portas do concelho a novos artistas e variados públicos. A isto associamos a falta de uma qualquer ideia sobre o futuro da Feira de S. Mateus, o que nos leva a crer que o modelo implementado está para durar. E aqui associamos a intenção da promoção dos produtos regionais ou do reforço das grandes “marcas” do concelho e da própria região. Por ainda reconhecermos a importância que esta tem no panorama cultural, pelo menos da região, apelamos à sua revitalização, tendo em conta modelos de gestão e de dinamização futuristas, capazes de reavivar o impacto económico e cultural de outros tempos e lançar uma política de dinamização de toda a cidade, que ultrapasse o seu actual recinto, e se reflecta no próprio comércio tradicional em grande parte implementado no centro histórico. Por aqui facilmente alcançamos os restantes pontos do Turismo e do Lazer, da Juventude ou da Qualidade de Vida, porque acreditamos que o ponto anterior é um dinamizador de todos estes que aqui se referem, e que todos eles dependem daquilo que o concelho represente enquanto promotor de novas acções e actividades capazes de atrair as pessoas, fixar outras que por cá passam, nem que seja por escolha académica, e cativar outras tantas para um regresso, muitas vezes desejado, mas quase sempre impossível por incapacidade em oferecer condições que consigam ir para além do “melhor local para se viver”. De destacar, ainda, a ausência



neste plano de qualquer referência ao emprego e à necessidade de criação do mesmo, como uma política de melhoria das condições de vida e desenvolvimento do concelho, bem como, de uma intervenção urgente no plano da juventude. Termino, focalizado neste ponto da juventude, porque sabemos que é aqui que reside o futuro do concelho e é essencialmente com “eles” no pensamento que devemos encarar todas as políticas que aqui discutamos em especial aquelas que tenham como objectivo último um projectar do concelho (da cidade às freguesias rurais) dinâmico e atraente nos seus diversos sectores. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente Figueiredo. -----

- VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – Intervém dizendo o seguinte: “O meu pedido de intervenção, insere-se no quadro de intervenção do Senhor Deputado João Paulo Rebelo e tem a ver exactamente com uma certa confusão. Eu não consegui acompanhar, ou melhor acompanhei a confusão, não acompanhei foi o discurso do Senhor Deputado João Paulo, porque referiu, e eu isso entendi perfeitamente, a falta de visão estratégica do plano para o quadriénio, apresentado aqui pelo Senhor Presidente da Câmara. Mas eu vi que o Senhor Deputado, na falta de visão do Senhor Presidente, apresentou duas visões completamente distintas: Uma é a visão do cidadão, que se orgulha da cidade, que elogia o Presidente da Câmara, que elogia a Vereação. Recordo aqui, o Senhor terminou o seu discurso dizendo, que reconhece o trabalho feito pelo Presidente e pela Vereação, elogia a cidade, mas depois tem a visão do político e na visão do político questiona uma série de obras que deviam ser feitas e que não foram, a tal falta de visão de desenvolvimento estratégico para a Câmara. E por isso, eu atrevia-me aqui a desafiar o Senhor Deputado João Paulo a apresentar a visão do PS, porque aquilo que disse aqui, a cidade verde, a cidade paradigma, cidade ecológica, só entendo isso como utopia e demagogia. Desafiava também o Senhor Deputado João Paulo a apontar uma cidade portuguesa, o Senhor foi lá para Las Vegas, para o jogo, mas aponte uma cidade portuguesa onde se aplique exactamente essa visão que o PS reclama. Eram duas coisas que eu gostava que o Senhor aqui esclarecesse, qual é a visão do PS e qual é então a cidade portuguesa, uma vez que Viseu não o é, que tem exactamente a visão que o Senhor defende. Queria também referir-lhe, Senhor Deputado, que quando diz que há uma falta de visão estratégica para Viseu, não se compreende muito bem que depois venha dizer que o PS se revê nas obras a realizar para o quadriénio e diz que algumas até são inovadoras, misturando um pouco, e eu continuo a dizer que não se percebeu muito bem, se o Senhor está a favor das obras proposta para o quadriénio pelo Senhor Presidente da Câmara, ou se não está. Por outro lado, quando referiu que o Senhor Presidente da Câmara supriu, em determinada altura, recordo que o PS na altura de campanha e quando no plano proposto pelo candidato à Câmara de Viseu e à Vereação e aos Vereadores, lembro de que vocês fizeram chacota com uma coisa que é inovadora e riram-se e foram para a comunicação social criticar a visão dos candidatos à Câmara de Viseu, sobre a criação de uma praia fluvial para a Radial de Santiago. É verdade não é? Se poder explicar agradecia. Muito obrigado”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado José Costa. -----

- VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOS SANTOS COSTA (PSD) – No uso da palavra intervém para dizer o seguinte: “É sempre óptimo nós podermos, em espaços destes, reflectir e transmitir aquilo que nos vai na alma com alguma propriedade e com algum sentido, bem sentido de sermos realmente viseenses. O Deputado João Paulo trouxe aqui a sua reflexão dizendo, em muitos momentos, bem da nossa cidade, o que eu acho mais do que natural e também, criticando alguns dos aspectos. Eu penso que temos todos para nós a noção plena de que a nossa cidade é uma cidade muito, mas muito harmoniosa. Ainda recentemente tive em Viseu alguns amigos, praticamente de todas as cidades do país, e tivemos oportunidade de percorrer toda a cidade. E o que eles disseram acerca da nossa cidade é qualquer coisa de muito interessante, é que alguns que já não vinham a esta





cidade há alguns anos, ficaram estupefactos com aquilo que encontraram, o que quer dizer que nós na maior parte das vezes temos essencialmente que a valorizar. Naturalmente temos ideias diferentes, temos visões diferentes, mas há uma coisa que nós não podemos deixar de enaltecer, é a excelente cidade que nós temos. Eu espero que quando o João Paulo diz que algumas coisas se possam cruzar na nossa cidade e quando as variáveis da parte governamental forem lançadas ao ar, uma das variáveis seja a nossa cidade, Viseu. E que seja contemplada com apoios para que realmente ela seja cada vez melhor no âmbito das cidades e daquilo que os nossos autarcas e as nossas gentes têm, e muito, feito para a construir. É isto que eu desejo realmente, porque ter uma visão nós todos temos e a cidade tem tido um percurso nitidamente visionário. Tem uma coisa que eu também acho extremamente importante, face a algumas dificuldades que se têm criado, eu acho que nós temos tido uma cidade bem avisada e que tem que ter um percurso por si e *per si* para poder vingar. Felizmente nós temos tido gente capaz de a comandar e ter hoje a cidade realmente que nós temos, é mais do que uma cidade harmoniosa. Para quem lida no dia-a-dia com as pessoas sente isso, eles também o transmitem e é isso que eu acho que sobretudo congrega e harmoniza, o que nós temos na nossa cidade e dar-lhe brilho que são essas as pessoas, os jovens. Nós temos que enaltecer a nossa cidade dizer aos jovens quanto temos que gostar da cidade, para podermos ter uma cidade cada vez mais brilhante no panorama nacional e internacional. Eu acho, sinceramente, que a política que tem sido seguida em termos autárquicos, tem colocado Viseu no panorama nacional e internacional e eu tenho passado por muito momentos desses felizmente, nas diversas actividades onde tenho estado inserido. Por isso, o meu apelo é sobretudo em espaços destes e este é um espaço nobre, muito nobre da nossa cidade. Nós enaltecemos aquilo que temos de brilhante que é a nossa cidade. Muito obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Mais uma vez Senhor Presidente, muito obrigado. Era só uma forma de fazer algum comentário à intervenção do João Paulo aqui neste fórum. Era para dizer que começava por saudar a visão do PS, porque realmente neste momento o PS veio mostrar uma visão diferente. Antes porque era um estudo que não era credível, que era o estudo da DECO, parece que hoje já é credível e portanto, nós ficamos sempre satisfeitos por ver que há aqui uma inversão do pensamento do PS, até porque, parece que finalmente o Partido Socialista de Viseu percebeu uma coisa, não vale a pena andar a dizer às pessoas que uma parede é preta, quando ela é branca, porque as pessoas vêem. Nós falamos num projecto mobilizador, mas mobilizador é eleger sete vezes os Vereadores. Isso mostra que os viseenses estão mobilizados para este projecto que é conduzido por este Autarca durante este mandatos todos e portanto, não podemos dizer que não há aqui um pensamento estruturado, reflectido, que seja coerente, porque ele existe. Eu recordo-me que há uns anos atrás toda a gente falava mal das rotundas, toda a gente, aliás, nos programas televisivos parece que é moda, mas nunca ninguém veio destacar, e se calhar há aqui pessoas mais habilitadas para o fazerem, que as rotundas, está provado cientificamente, que são amigas do ambiente, porquê? Porque reduzem as emissões de “CO2” e ninguém fala nisto. Ninguém fala disto e eu gostava que alguém falasse, estamos perante um concelho que é sustentável. Gostaria também que se referisse, por exemplo, o projecto da Hídrica que vai ser construído em Viseu e também será um passo importante, para diminuirmos a nossa dependência energética através das fontes renováveis. Falar por exemplo, da questão das fotovoltaicas que vão ser instaladas em alguns edifícios da nossa cidade e que são um contributo importante também para baixar o “CO2” e a nossa dependência energética. Eu julgo que são os aspectos bastante interessantes e que devem ser destacados, porque realmente isto não é feito da noite para o dia. Isto tem um trabalho que foi elaborado durante anos, há uma estratégia de fundo e



portanto, ela deve ser realçada. Nesse sentido, era isso que eu queria deixar e queria dizer ao João Paulo, uma vez que falámos de jogo, que o João Paulo apostou tudo no preto, mas saiu foi vermelho”. -----

MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Madeira Antunes. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O que me

traz aqui são dois ou três apontamentos, nomeadamente à intervenção do Doutor Vicente, relativamente à praia fluvial. Eu queria aqui, perante esta Assembleia, o que vou fazer tem algum peso pessoal, é declarar a inviabilidade de tal desiderato. Considerando a bacia do Pavia é de tudo utópico, sem aflúências exteriores, criar uma verdadeira praia fluvial, enfim, essa ideia surgiu, não sei se na sequência do Parque da Radial de Santiago deixar de ter feira semanal e de repente tem que se arranjar complementos que justifiquem o espaço, ou não sei se foi por essa via que durante a campanha surgiu a ideia, mas uma coisa é certa, e é fácil de demonstrar tecnicamente, não é de todo viável uma praia fluvial na bacia do Pavia, seja ali, seja noutra lugar. Em relação à questão de Viseu cidade catalisadora, o meu colega Doutor João Paulo Rebelo falou da questão de Las Vegas, mas de facto, podemos apontar casos nacionais. Eu não gosto de trazer aqui “politiquices”, independentemente de quem está à frente das Câmaras, eu pergunto: Braga não é conhecida pela cidade das comunicações? E nos últimos anos não soube trazer a si a nanotecnologia? Nanotecnologia que é algo que vai estar na linha da frente em termos internacionais? Coimbra não é, desde há várias décadas, conhecida pela cidade da saúde e pela universidade e inclusivamente, soube renovar estes dois aspectos nos últimos anos com forte intensidade? Évora, o património associado a Évora não soube catalisar economicamente a cidade? Aveiro não é conhecida, desde há vinte anos, pelas comunicações, inclusivamente, com centros de excelência, soube catalisar a Câmara já há uma década nomeadamente, não está lá a Siemens, não está lá a PT? E Aveiro não está a saber trazer a Martifer, e o *cluster* da energia como potenciador económico-social? Quando se fala de marcas também tem de se falar de marcas geradoras de actividade económico-social. Viseu é conhecida como cidade verde, tem os seus problemas gravíssimos e eu não quero trazer aqui a questão da ETAR, pronto, eu congratulo-me, parece que é desta. Eu quando cumprimentei o Senhor Presidente e o Senhor Vereador do Ambiente, a primeira coisa que eu pedi encarecidamente, isto em jeito pessoal, foi – por favor que seja desta – e vai ser desta. Mas para além da marca verde que pode Viseu ter associada a si, tem que ter essa marca verde vinculada às actividades socioeconómicas. Foi nesse sentido, por exemplo, que o Doutor João Paulo Rebelo falou da questão dos parques industriais, ou empresariais, que podem ter associados a si, enfim, efeitos promotores de actividades associadas ao ambiente, porque Viseu soube atrair pessoas nos últimos anos, mas eu pergunto quais são as actividades económicas associadas a este *boom* de cem mil habitantes? Eu já aqui disse neste púlpito que os grandes empregadores de Viseu são: o Hospital, a Câmara Municipal de Viseu, é o Politécnico, muito bem, todos. Mas em termos de actividades socioeconómicas, comparando, por exemplo, só estas quatro cidades comparáveis a nós média/dimensão, o que é que nós temos relativamente a isto? Marcas que tragam actividades socioeconómicas! Já agora, só para terminar, em relação ao estudo da DECO e da Universidade da Covilhã, há uma coisa que os distingue, tem a ver com isto que eu estou a dizer. É que o da DECO cinge-se ao verde, ao aspecto ambiental de vivência, o da Covilhã traz também a questão das actividades socioeconómicas e é por isso que no estudo da DECO, *tout court*, peço desculpa pelo estrangeirismo, que fala das questões ambientais baseadas em inquéritos com um universo muito reduzido e então aí claro que não houve viseense com muito orgulho, Viseu é verde, esquecendo da história da ETAR, etc., etc. Bom, mas depois quando eu penso Viseu com actividades socioeconómicas, não me vem à cabeça Viseu cidade verde, mas podia ser, porque o



concelho de Viseu está no centro do país, na maior mancha florestal, por exemplo, tem um dos maiores potenciais em termos de energias, inclusivamente e bem, no nosso distrito há duas ou três empresas, uma de ponta, que ainda hoje já cá se falou várias vezes e portanto, podemos ser verdes, não confundam fundamentalismo com que esta expressão é conotada, mas verdes com geração de emprego para este noventa mil que atrás, sobretudo de actividades não económicas de produtivas, vieram para Viseu. E era só isto que eu queria referir”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- **TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD)** – Solicita o uso da palavra da fazer a intervenção seguinte: “Hoje já ouvimos aqui falar de visões, de desígnios, marcas, já nos foram aqui dados alguns exemplos americanos como Las Vegas... E agora também nos foram dados alguns exemplos de grandes marcas de algumas cidades. Como estamos aqui em Viseu e a nossa marca é sempre o pragmatismo, é conhecer os problemas locais, sermos realistas e também que entendemos todos que, política também é uma ciência de escolhas e que temos as nossas utopias, mas fundamentalmente não ser irrealistas. E há uma coisa que também não gostamos de dar, é música celestial aos eleitores. E não questionando a bondade das duas intervenções anteriores, nomeadamente a bondade da intervenção do Deputado João Paulo e também a intervenção do Pedro Antunes, eu gostaria de questionar uma situação que é esta, em relação aquilo que aqui foi dito das marcas, de Braga, de Coimbra, de Aveiro, essas marcas têm a ver com quê? Têm a ver fundamentalmente com o investimento, de quem? Da Administração Central. Eu acho que esta “mea culpa” também fica bem, dizer assim, já aqui se falou hoje, porque é que o Instituto de Ciências da Saúde, se tivesse vindo o Instituto da Saúde que foi proposta, talvez tivéssemos o tal, um dos *clusters* que se fala, nomeadamente no âmbito da saúde. Se tivesse havido aqui algum apoio num PIN, no Projecto de Interesse Nacional, também podiam aqui fazer um *cluster* industrial numa área específica, há aqui especializações nessa área. E aquilo que dizemos é assim, o que é que têm a dizer a isto? O que é que aqui a Administração Central fez em termos de criar as tais condições, a tal marca da cidade? A marca da cidade é a marca que a Autarquia criou, a marca que os agentes económicos e sociais de Viseu fizeram, mas, como é óbvio, faltou aqui e falta uma marca da Administração Central, uma ajuda! Uma iniciativa da Administração Central, ou de uma parceria da Administração Central com essa finalidade. E por outro lado, esta situação de teorizar sobre cidades e às vezes teoriza-se dum modo insuficiente, a nossa preocupação e a nossa estratégia, tem sido os grandes problemas de Viseu. E aquilo que gostaríamos aqui de sentir que fossem também as vossas preocupações, tivesse a ver com o bem-estar dos viseenses e o bem-estar das famílias de Viseu. Como é que é possível e qual é o vosso contributo para os problemas reais? Como é que vamos erradicar, ou atenuar, já nem dizia erradicar, dois cancros sociais? O desemprego de Viseu, a pobreza de Viseu, como é que vamos fazer isso, todos? Como é vamos dar respostas de âmbito social de infra-estruturas? Porque há uma coisa que nós não queremos e que dissemos sempre não, não damos música celestial aos eleitores e principalmente os maus exemplos nacionais do círculo mediático, do marketing, que aqui apareceram. Apareceram com o exemplo daquilo que pretendem, foi Las Vegas! Viseu não é Las Vegas e por isso, esta visão e esta estratégia inerente ao círculo mediático, ao marketing, essa é a escolha, essa escolha, os viseenses já disseram que a não querem. Os viseenses querem resultados, querem alguém que resolva os problemas de Viseu, não querem aqui utopias, não querem música celestial, não querem Viseu/Las Vegas”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- **TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP)** – No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, vou ser rápido. Vou começar pelo fim, eu ouvi aqui o Senhor Deputado Mota Faria falar que



Viseu não é Las Vegas e muito bem, mas Viseu não é Las Vegas, não é Braga, não é Aveiro, não é Lisboa, nem sequer é Ponte de Lima, uma cidade por quem até tenho até alguma estima. Viseu tem que se afirmar por ser Viseu, não me interessa o resto. Posso utilizar conceitos positivos utilizados noutras cidades, noutras capitais europeias, mas não me interessa comparar com eles, tenho que comparar por mim, tenho que procurar ser melhor, temos que crescer por nós próprios, temos que ter um modelo que é nosso, temos que procurar crescer. Nós, candidatura do CDS/PP às últimas eleições autárquicas, apresentámos um roteiro para a competitividade económica da região de Viseu, que era um modelo no qual se propunha que o concelho crescesse e se projectasse pela força das suas instituições, com a independência das suas empresas, pelo talento dos seus indivíduos. Propusemos o novo contrato social municipal para os agentes económicos culturais e de solidariedade social, que através do associativismo e do novo espírito de iniciativa, parceria e partilha de recursos, quisemos ser diferentes, quisemos ser inovadores. Propusemos entre várias coisas, e ouvi aqui falar na marca Viseu, a criação de uma agência regional para o investimento. É um facto, que é preciso promover Viseu para além das nossas fronteiras, para além do nosso concelho, para além do nosso país, temos que ter uma ideia. Temos que pôr Viseu realmente no mapa e há que a promover. Há que dizer às pessoas, lá fora, que existe uma cidade no centro do país, que se chama Viseu, que é capaz de lhes oferecer aquilo que outras não lhes oferecem, que é capaz de lhes oferecer uma política fiscal motivadora, diferenciadora, que atraia o investimento de empresas que potenciem a criação de emprego e de riqueza. Que existe uma cidade no centro do país, que está bem dotada de redes de transporte. Que está a meia hora de Aveiro, meia hora da Figueira da Foz a duas horas e meia de Lisboa, com boa vontade, a uma hora do Porto e a quatro de Madrid. Que é uma cidade que pode ser diferente, não copiando Braga, não copiando Aveiro e muito menos Las Vegas, mas eu entendo a intenção do João Paulo que não era desprestigiante, como é lógico, cingia-se a um exemplo como outro qualquer. Nem tudo o que foi feito para trás está mal feito, antes pelo contrário, há muita coisa bem feita, mas podíamos ter feito diferente, podíamos ter feito melhor, podíamos, é um facto. O *slogan* “Em Viseu dá gosto viver”, tem uma responsabilidade muito grande dos executivos liderados pelo Doutor Fernando Ruas, mas no *slogan* “Viseu, centro liderante”, se calhar, podíamos ter ido muito mais longe. Senhor Presidente, para terminar, para não me alongar muito, dizer que nos vamos empenhar na divulgação da marca Viseu. Pedimos para isso, especial atenção para o aproveitamento da Feira de São Mateus, como grande palco dinamizador da cidade, do concelho e da região. Uma atenção especial ao Vinho do Dão, à política do Vinho do Dão, pensamos que através da promoção do Vinho do Dão podemos alcançar um desiderato bastante positivo e fazer umas coisas engraçadas a nível internacional. E termino dizendo, Senhor Presidente, o seu mandato é, seguramente, o mais longo da história de Viseu até hoje, é seguramente, o maior mandato da história de Viseu, mas para um político, mais importante do que a duração dum mandato, é o que durará para lá dele. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Dispensamo-nos também as saudações que já foram ditas. De facto, Viseu é considerado uma das cidades mais bonitas do país, é e sempre foi. No tempo do Engenheiro Carrilho era até conhecida como a “Cidade jardim” e de certo modo tem continuado a ser conhecido. A verdade, é que os jardins não aumentaram, a cidade cresceu vinte por cento, como o Senhor Presidente disse, mas os jardins não aumentaram, pelo contrário, até se destruiu o Jardim da Ribeira. A cidade cresceu de uma forma pouco sustentável, teve um desenvolvimento descontínuo com a criação de novas centralidades que tem sido apanágio da bandeira do Executivo, mas que na realidade tem como contraponto a desertificação do centro, e



atenção que não é só o centro histórico, as ruas principais do centro da cidade, a Rua Formosa, por exemplo, onde só apenas vivem três ou quatro famílias, a Rua do Comércio só tem vida num apartamento. Esta confusão entre o crescimento e o desenvolvimento, entre modernizar e estragar, enfim, emanada de um certo “novo-riquismo”, tem resultado, ou resulta, daquilo que há pouco se falou, que é de não se ouvir os viseenses. O Senhor Presidente começou por dizer neste documento, que auscultou e promoveu a participação das populações, mas a verdade é que, se a Câmara tivesse sabido ouvir os viseenses, por exemplo, quando se construiu, ou quando se deixou o Arquitecto Siza Vieira, que é reconhecido internacionalmente, brincar com o Mercado Dois de Maio, fazer aquilo a que eu costumo chamar uma escultura arquitectónica, foi porque o dono da obra não lhe disse o que entretanto queria para ali, não ouviu os comerciantes e não ouviu os moradores, senão não se teriam desenhado espaços comerciais exíguos que obrigou os comerciantes a virar as costas para a Praça e a virarem-se para uma rua deserta ficando entalados entre dois desertos. E se tivessem ouvido os munícipes, por exemplo, o parque de estacionamento atrás do Museu Grão Vasco talvez não tivesse sido reprovado, porque talvez não tivesse sido proposto, inclusivamente, apresentado juntamente com o Parque de Estacionamento junto ao Soldado Desconhecido, antes mesmo da discussão pública sobre o Plano de Enquadramento Estratégico da ACRU, que de resto, foi apresentado numa Assembleia, numa sala completamente cheia e onde não foi dada a palavra a nenhum dos presentes dizendo que se quisessem dar sugestões, ou críticas, que o teriam que o fazer por escrito. Ora, isto não é incentivar a participação, nem ouvir a opinião dos viseenses. Por exemplo, se tivesse ouvido os viseenses não teriam deixado que o Arquitecto Manuel Salgado, transformasse o recinto da Feira de São Mateus numa eira ou num redil, a que chamaram indevidamente praça, agora felizmente com alguma utilidade, já que é o único parque de estacionamento periférico, parques que o Bloco de Esquerda tem vindo a defender já há muito tempo. A intervenção da Cava do Viriato, provavelmente, se se tivesse ouvido os viseenses, não teria sido feita como foi, não só desvirtuando um monumento único na Península, ou talvez até na Europa, como desaproveitou os fundos europeus e estatais do Programa POLIS para não fazer aquilo que seria o equipamento de mais-valia, que seria o Centro de Interpretação da Cava, que atrairia muitos mais turistas à cidade. Se tivesse ouvido os viseenses, o projecto da VISEUPOLIS mais interessante a par do Parque Linear do Pavia, estou a referir-me ao Parque Urbano da Aguieira, já estaria disponível à fruição dos viseenses em vez de juntar à Quinta da Cruz para servir desde há longos anos de enfeite ambiental dos programas autárquicos do PSD. Se tivesse, se calhar, ouvido os viseenses a propósito da praia fluvial, que está a ser considerada, mesmo até por apoiantes do PSD e do Senhor Presidente, que está a ser considerada como um delírio provocado pelo stress da campanha eleitoral. E por exemplo, O Parque de Campismo, que ouvi recentemente anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara, que celebrou com os escuteiros a disponibilização do parque, estou a referir-me ao Parque de Fontelo, naturalmente, para procederem à sua boa utilização e dinamização. Eu contactei pessoas ligadas ao Movimento Escutista que confirmaram que eles não têm de facto, capacidade para explorar comercialmente o Parque de Campismo. Pelo que somos levados a pensar, a presumir, que vai continuar a expulsar turistas. Vamos continuar a expulsar turistas para o Camping de Vouzela, de qualidade certificada, prejudicando o comércio e toda a cidade, naturalmente no âmbito turístico, cidade que tem na Mata do Fontelo um património natural raro no país, mais um factor de atracção de uma cidade de passagem um cruzamento de vias rodoviárias e ao lado da Linha da Beira Alta. Noto apenas que as biólogas que fizeram o livro sobre Fontelo editado, creio eu, pela Câmara Municipal, confirmaram que o Parque de Campismo não prejudicaria a Mata, pelo contrário, até aumentaria a segurança. A verdade é que são de facto as pessoas que nos visitam, e lembro que num Congresso de Arquitectura que houve aqui há uns anos, foram alguns dos



oradores que chamaram a atenção para o facto de Viseu, apesar de ser uma cidade bonita e harmoniosa, como sempre foi, tem tido um desenvolvimento descontínuo com buracos no tecido concelhio, carentes de melhores transportes públicos, por exemplo, carreiras nocturnas dos STUV para os trabalhadores estudantes, para os trabalhadores da indústria hoteleira e das grandes superfícies comerciais. Carreiras diurnas também para desincentivar o uso do automóvel, sem ser preciso a pressão dos moradores como aconteceu com os de Barbeita e os de Povolide. Com toda esta falta de visão estratégica para a cidade, resulta, como comecei por dizer, da ausência da auscultação das populações, por saber ouvir e envolver os viseenses na definição das prioridades. O Bloco de Esquerda irá promover em sede de revisão do Regimento, não só o aprofundamento de direito de petição, que por exemplo, impediu que um grupo de cidadãos promovesse, com mil assinaturas, um debate sobre o centro histórico, porque o Regimento, de facto, impõe as três mil quatrocentos e cinquenta. Iremos também pedir que o período reservado ao público nesta Assembleia que há no fim das sessões, e recorde que foi aqui indicado o período reservado ao público por um dos Senhores Deputados, como uma das formas de participação dos munícipes. Ora, é evidente que sendo no fim das sessões, os munícipes não podem participar, quem trabalha tem dificuldade em estar aqui não sei quantas horas sem saber quando é que a sessão acaba, portanto, iremos também propor em sede de alteração do Regimento, que isso seja feito no princípio”. *(Neste momento o Senhor Presidente da Mesa interrompe a intervenção do Senhor Deputado)*. -----

- **MESA** - o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, interrompe dizendo: “Senhor Deputado, vamos lá ver, desculpe interrompê-lo, mas a Assembleia tem regras e nós estamos a tratar do ponto que é a informação que é a Actividade Municipal. Eu até aqui tenho estado a ser tolerante, porque esta é a primeira Assembleia, mas se calhar vou deixar de o ser, porque nós não podemos... Neste ponto é, colocar questões ao Senhor Presidente da Câmara. Por acaso deu-me uma boa ideia, porque de facto, vou propor também uma alteração regimental para que no período da Informação Municipal, os tempos sejam mais curtos para colocar perguntas ao Senhor Presidente, senão isto não tem aquela actividade que deveria ter”. -----

- **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)**

– Continua a sua intervenção e disse: “Pronto, terá naturalmente a minha oposição a essa ideia. Mas deixe-me então referir que no campo da acção social, eu já estava a referir isto, porque começou por ser o intróito, digamos, da intervenção do Senhor Presidente, a auscultação popular. No campo da Acção Social são, por exemplo, os moradores dos bairros sociais, como do Bairro Municipal, que se queixam de serem discriminados, como aconteceu no Bairro Municipal, vulgo Bairro da Cadeia, onde houve uma intervenção da HABILVIS, a que os moradores chamaram apenas de “lavar a cara”, portanto, com a pressão da proximidade das eleições até alcatroaram de vermelho as árvores. De facto, pintaram as casas, mas de resto houve casas que foram pintadas pela primeira vez. Mas há aqui uma pressão sobre aqueles moradores, como por exemplo, que se tenham seis casas devolutas que não se percebe, porque há aqui uma contradição. O Senhor Presidente disse a uma moradora já idosa que pediu a colocação de caibros, mosaicos e telhas, que ela poderia até colocar mosaicos, porque gozaria... Sim, foi o que ela me disse, peço desculpa se não é verdade, porque gozaria e voltaria a gozar da casa. Ora, convém respeitar os moradores e não pressioná-los, porque ao fim e ao cabo os moradores daquele Bairro continuam sem saber se o Bairro é para demolir hoje, amanhã, ou daqui a cinquenta anos. A HABILVIS, e concluo já Senhor Presidente, por exemplo procedeu recentemente a uma acção de despejo, mas a verdade é que segundo os vizinhos a casa foi entregue também pela HABILVIS a essa senhora, que de facto, tinha acumulado algum lixo, porque negociava em ferro velho, com um galinheiro e pombal com material deteriorado, com chapas enferrujadas e tábuas partidas, portanto, se calhar a HABILVIS, é que



precisava de uma acção de despejo”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. A forma como tem estado a decorrer este período da informação da Actividade Municipal, leva-me de facto, a ter com a Comissão que for feita para o Regimento... Não faz sentido que no período de informação da Actividade Municipal se façam intervenções tão longas, eu chamo a atenção dos Senhores Deputados. Nós estamos aqui para questionar o Senhor Presidente da Câmara num período de informação. Eu acho que três minutos para colocar perguntas ao Presidente da Câmara são perfeitamente razoáveis. Obviamente que, o Regimento diz que em cada ponto as pessoas podem usar pela primeira intervenção dez minutos e para uma segunda três. Mas eu apelo ao espírito de síntese dos Senhores Deputados, porque senão transformamos cada ponto que deve ser demorado em que as pessoas estão continuamente a repetir os argumentos que utilizaram anteriormente, portanto, eu peço, até para uma questão de quem nos está a seguir, porque há aqui órgãos da comunicação social que estão a fazer uns directos, isto não ser tão fastidioso, eu sugeria isso. Para já, até ainda tenho aqui quatro perguntas, eu sugeria que efectivamente alguma objectividade e ver se conseguimos concluir no prazo de dez/quinze minutos este ponto, para depois irmos almoçar. Dou a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo”. -----

- **TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Solicita o uso da palavra para intervir da seguinte forma: “Cumprirei três minutos Senhor Presidente, muito obrigado. Quero começar por dizer, que posso eventualmente, estar de acordo com a necessidade de fazer algumas revisões aqui ao Regimento da Assembleia. Gostava de deixar claro que o Senhor Presidente da Câmara no ponto de informação da Actividade Municipal, fala vinte/vinte e cinco minutos e portanto, também temos de alguma forma de garantir... Eu parece-me dez minutos para uma primeira intervenção, se cumpridos e os três minutos para a segunda, parece-me razoável, tal como está o Regimento, efectivamente, num ponto destes há muito a dizer. Sendo que eu vou cumprir os três minutos dizendo, não vim aqui há pouco fazer uma intervenção, de maneira nenhuma, nem me passaria pela cabeça, aliás, estar a falar com o Presidente da Câmara Municipal de Viseu há vinte anos, Presidente da Associação Nacional de Municípios, das suas participações em fóruns, de pensamentos de cidades, de concelhos, são inegavelmente superiores seguramente às minhas. Eu vim aqui dizer uma coisa simples, acho que não ofendi ninguém, não o fiz com arrogância, portanto, também não admito, ou pelo menos não gostaria, que tratassem com enfim, algum menosprezo, nomeadamente os Deputados da Bancada do PSD, não todos, eu até gosto e gostei muito do debate que hoje aqui foi feito da parte da manhã neste ponto, mas quer dizer, mas a de Las Vegas, vamos lá ver se a gente se entende para que não seja isso a notícia. Las Vegas, é o caso paradigmático que não existia nada. Houve uns senhores que olharam para um deserto e disseram assim, aqui é onde nós vamos erguer uma cidade com este objectivo. É porque não existia nada, é só por isto! O que eu aqui trouxe foi um modelo estratégico, eu não sou professor, mas é dos livros, um modelo estratégico serve uma visão. A Visão tem que ser mobilizadora e deve ser inspiradora, efectivamente, e deve ser utópica muitas das vezes. Foi com utopia que se fizeram grandes empresas do mundo. Foi com grande utopia que se fizeram grandes cidades e portanto, isso deve existir. Eu só peço, e julgo que num contributo positivo que dou é, evidentemente que haverá uma visão, porque Viseu aqui há uns anos atrás era uma cidade de serviço e de comércio, como se dizia e muita gente diz, é uma cidade de serviços, é uma cidade de comércio. Os serviços estão cada vez mais a concentrarem-se. Estão, por via das novas tecnologias a traçar um caminho diferente. O comércio, enfim, se também não houver, digamos, uma revolução, estas cadeias transversais que acabam por operar em todo o território muitas vezes transaccionais acabam por arruinar também o próprio comércio, portanto, peço desculpa, mas mais uma



vez refiro, parece-me que nos falta, e não temos que dar exactamente exemplos, é que o PS... Eu sou de Viseu, estou aqui eleito pelos viseenses. O que o Partido Socialista faz a nível nacional diz-me respeito na medida em que sou militante e nos órgãos próprios e nos fóruns próprios tenho uma opinião a dar sobre isso, e depois vamos a votos e as coisas acontecem. Agora, eu não tenho, não sou obrigado a ter exemplos de uma cidade fantástica com uma visão, presidida por um socialista para poder dizer, não tenho! Por acaso até tenho exemplos de algumas cidades, além das que o Pedro Baila Antunes já aqui acrescentou, que eu também reconheço uma certa visão: Uma é presidida, efectivamente, pelo PS, a cidade de Guimarães, fez uma aposta clara no seu património edificado, antigo, com uma candidatura a património mundial. Há ali uma coerência de tudo o que é feito e a imagem que tentou vender; Ponte de Lima, aqui há bocado o Deputado Rui Santos falou em Ponte de Lima, aproveitando moderadamente “Os Caminhos de Santiago”. Bom, para terminar, Viseu na minha perspectiva, tem todas as condições para se apostar como uma cidade verde, ecologicamente admirada e com medidas promovidas essencialmente pela Câmara Municipal, que começam dentro da Câmara Municipal, mas também para fora da Câmara Municipal, coisas que podem não custar muito dinheiro e que podem efectivamente, servir a cidade, o concelho e contribuir, como há pouco dizia aqui o Deputado Mora Faria, precisamente para um desenvolvimento sustentado na criação de empresas, de riqueza, de bem-estar para as famílias. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- TRINTA E CINCO – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) - Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Muito rápido, porque a hora realmente impõe. No fundo, eu estou de acordo com pedaços de diversas intervenções das diversas áreas políticas aqui representadas, por incrível que isso pareça, ou melhor, não é incrível, porque aquilo que eu venho dizer é exactamente nesse sentido. É que o discurso político hoje enferma, tivemos aqui alguns exemplos, de estratégias retóricas para desresponsabilizar e desculpabilizar, muitas vezes, actos que põem em causa, muitas vezes, o nosso futuro colectivo. São conversas redondas, circulares, como as nossas rotundas, por lá não tão verdes, mas que não deixam de nos fazer recordar e sublinhar que o essencial é que estamos a falar do presente e estamos a preparar o futuro. Neste ponto, ninguém se pode livrar de responsabilidades, somos todos co-responsáveis aqui, porque fomos eleitos para isso mesmo, de tudo aquilo que se passa em Viseu, na nossa cidade e no nosso concelho. Um dos pontos que eu queria aqui sublinhar, é que Viseu não é só a cidade, Viseu é o concelho. Se tivéssemos aqui meios audiovisuais, que é uma proposta que eu até gostava de deixar, de termos possibilidade sempre de termos aqui acesso a isso, bastavam duas imagens, como se costuma dizer, “uma imagem vale mais do que mil palavras”, de alguns meios rurais e fazermos a comparação com os ambientes citadinos de que tanto nos orgulhamos e que o Senhor Presidente da Câmara também faz questão de nos recordar sistematicamente para alguma argumentação que aqui é aduzida se passasse, realmente caísse por terra, porque realmente o que estamos a falar é de Viseu sustentável. Estamos a falar de melhor educação, de melhor emprego, de mais apoio social, de maior intervenção nas áreas mais críticas da cidade, mas também das freguesias rurais. Isto é que é o essencial e é disto que devemos falar e que devemos gastar as nossas energias, como oposição e como executivo e como membros da bancada do governo camarário, para melhorar estes aspectos. Espero também, com a mesma legitimidade com que aqui se ouviu falar hoje de violino, de música celestial, que realmente também as intenções que o Senhor Presidente da Câmara apresenta aqui relativamente à educação, também não sejam apenas, se fiquem no plano das intenções. Mas quero acrescentar, que realmente, tenho que dar os parabéns, e espero que os aceite, de imensas mais-valias que a Câmara já acrescentou à educação, às escolas do primeiro ciclo e à pré-escolar, que realmente, aqui nós trouxemos muitas vezes. Sinal de que, muitas vezes, quando





trabalhamos todos em conjunto, Governo e Autarquia, se consegue um melhor papel. Na educação, o Senhor Presidente da Câmara prometeu-nos que seria o seu melhor mandato, o que acredito. Eu espero ainda ver mais e melhor para ficarmos realmente como marca a nível nacional, como termos as melhores escolas, os melhores projectos, para sermos a tal cidade de que todos nos orgulhamos e nos orgulharemos no futuro”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Portugal. -----

- TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DO SANTOS PORTUGAL (PS) – No uso da palavra diz: “A intervenção do Doutor Mota Faria é que suscitou a minha intervenção aqui, porque música celestial... Eu ouvi música celestial da boca dele e de outros elementos do PSD, nomeadamente quando se coloca a questão das suas incapacidades na recente realização de alguns projectos que são desejados por todos nós. É música, porque a desculpa é sempre a mesma, o Poder Central, mas o Poder Central tem sido repartido. Tem sido o PSD, o CDS, tem sido o Partido Socialista que têm estado no poder. Então afinal que benefício é que veio desse PSD para Viseu, para resolução dessas questões concretas? Quanto ao exemplo, eu acho que Las Vegas é uma força de expressão, parece que já está esclarecido e espero que não transpareça lá para fora, portanto, que isto não seja chacota, porque realmente revela que as mentes não são devidamente bem arejadas. Se quiserem um exemplo muito concreto e aqui bem próximo do PSD temos Sernancelhe. Sernancelhe é uma vila pequena que teve uma visão de apoiar a castanha e é conhecida como a capital da castanha e tem actividades interessantes à volta dessa situação. Agora, Viseu ser lá fora conhecida pelas rotundas, eu acho que é pouco, porque nós temos mais capacidades. Temos o Vinho do Dão, temos uma gastronomia, o que é que é feito efectivamente para valorizar e demonstrar essas potencialidades que nós temos. E é só isso”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, eu só pedi a palavra, porque e estou com um bocado de dificuldade, em termos de dicção e garganta, mas há aqui um erro de *casting* qualquer. Realmente há quatro anos que não fazia parte desta Assembleia, estive fora, regresssei agora, mas há qualquer coisa que não bate. Nós estamos garantidamente em Novembro de dois mil e nove. Parece que em certos momentos ainda estamos em Setembro ou Outubro de dois mil e nove. Parece que não tivemos um processo autárquico. Torci-me aqui quase todo, porque começa a acabar a paciência às pessoas para nos ouvirem também, e até a nós próprios, que somos obrigados a estar cá dentro, porque as pessoas chegam aqui a falar em nome dos viseenses, em nome das pessoas, longe da verdade - e as pessoas isto; e as pessoas pensam isto; e as coisas têm sido feitas erradas; e as coisas para aqui e as coisas para além – quando há uns dias atrás foi claríssimo, o que é que os viseenses pensam. Deram somente a maior vitória de sempre ao projecto Social-Democrata do Doutor Fernando Ruas de Viseu, ou seja, para que se dúvidas houvessem, que as pessoas concordaram, além de concordarem com aquilo que foi feito, concordam com os projectos que foram apresentados. E os projectos que foram apresentados foi aquilo que foi dito na intervenção do Senhor Presidente, onde vem agora concretizar todas as promessas. Há uma coisa a que os viseenses se habituaram, que as promessas são cumpridas, porque ninguém ouviu aqui ninguém a fazer uma intervenção, pois o Senhor Presidente prometeu isto, isto, isto e não fez! Nada! Alguém levantou aqui uma questão dessas? A questão é quase a cor, é um verde desmaiado e ter um verde mais vivo, aqui umas frases todas muito, muito bonitas. O apelo que eu fazia aqui é que, efectivamente, nos concentrássemos naquilo que é importante. Já tiveram oportunidade de dar as propostas e já tiveram a devida resposta também pelos viseenses, passem essa fase. Eu sei que é difícil de engolir, mas as farmácias têm medicamentos que ajudam um bocadinho à digestão e vamos agora em termos práticos, se há ideias se há sugestões novas,



que não aquelas que foram reprovadas nas eleições, façam o favor de as apresentar. Agora, o que é importante é termos aqui a noção que há coisas em que devemos estar unidos e mais uma vez parece que o Poder Central não tem importância. Foi já dito aqui, claramente, a importância que tem o Poder Central, como dinamizador de todas as outras sinergias locais. Então, mas há possibilidade de eu, se quiser fazer certo tipo de investimento nesta área, poder fazer aqui, sem ter antecipadamente certas garantias em termos de comunicação, de ferrovia e todas as outras, que é aquilo que estamos aqui a falar. O que falta a Viseu, não sei se é mais verde, eu até gostava mais vermelho, porque sou do Benfica, não é isso que está em causa. O que está em causa são as três questões estruturantes que ainda há bocado aqui as levantei, que pelos vistos é comum a toda a gente: A universidade, a auto-estrada e a ferrovia. Essas é que são as questões fundamentais, estruturantes para darmos um outro grande salto qualitativo e quantitativo que está à nossa mercê e que devemos dar para bem da região. Agora, se a rotunda é muito estreita, se é muito larga, se o arquitecto fez, ou deixou de fazer... Por amor de Deus, só estamos a falar aqui de questões de menor importância e eu apelava ao sentido de responsabilidade e que fizéssemos aqui um outro tipo de intervenção para dar até dignidade a esta casa, que efectivamente, é de todos nós. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Senhor Deputado o protesto tem prioridade, faça favor, mas se vamos por essa via nunca mais daqui saímos”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- TRINTA E OITO – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Solicita a palavra para apresentar o protesto seguinte: “Eu não estou a usar esta via para ir a outro lado, vou mesmo apresentar um protesto relativamente àquilo que acabou de dizer o Senhor Deputado Teodósio, porque de facto, o que foi referendado foi uma política autárquica e não foi questionada até agora aqui, o programa autárquico que a maioria vencedora propôs aos viseenses. Mas também não foi referendado e não pode ser condicionada esta Assembleia, a limitar-se a discutir aqui aquilo que, por exemplo, o Deputado Teodósio pretende que se discuta. Este é o Órgão que tudo pode discutir, desde que dentro do âmbito dos estatutos da política municipal. Temos direito a discutir tudo com a franqueza, com as nossas opiniões, com os nossos contributos, exactamente para positivamente, dar a nossa opinião, se a quiserem aceitar, que é a única forma que temos de contribuir para a governação do concelho. É com as nossas opiniões aqui na vereação e não de outra forma. Mal, ou bem, sem as nossas opiniões fracas, ou boas são as nossas opiniões. Muitas, ou poucas são as nossas opiniões e é aqui que as temos que discutir. O meu protesto vai no sentido de que, não nos condicionem, é aqui que temos que discutir tudo. Nós fomos eleitos, também somos viseenses e também representamos viseenses. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- TRINTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – No uso da palavra responde as questões que lhe foram colocadas do seguinte modo: “Calculam que estar aqui a ouvir durante tanto tempo e sem reagir não é uma posição fácil, mas eu queria desde já, também marcar a situação. Se os Senhores pensam que enveredando por este discurso condicionam a voz do Presidente da Câmara tirem daí o “cavalinho da chuva”. E queria começar por vos dizer já, os Senhores estão a falar de uma cidade e de um concelho que não é este. Não enveredem por aqui para dizer que estamos num concelho, quem vos ouvisse parecia que era um concelho do Bafra. Nós estamos num dos melhores concelhos de portugueses. Um concelho que passou de octogésimo lugar para quinquagésimo, para o vigésimo terceiro. Eu sei que não foi por contribuição da mãozinha. Os Senhores com essa mãozinha nunca deram nada, andaram sempre até a remar ao contrário. Sempre! E continuam a remar ao contrário. Eu espero que alguma vez aprendam esta lição. Os Senhores continuem a remar ao contrário, porque não têm



marca aqui em Viseu. Nenhuma! A única marca que têm é do bota abaixo, do mal dizer. Os Senhores falaram aqui de um concelho de quê? Depois bem a Senhora Deputada dizer, o concelho não é só a cidade... Pois, peçam uma visita aos Senhores Presidentes de Junta que a levam pelo resto do concelho para mostrar o que é o resto do concelho. Não vale a pena, a Senhora conhece mal o concelho, se conhecesse bem o concelho não este desaforo com os Presidentes de Junta. A Senhora não tinha este tratamento com quem tem lidado de uma forma espectacular com as suas populações. E a prova é esta, os Senhores por pouco tinham zero Presidentes de Junta, porque não os sabem tratar. Os Senhores abandonam-nos à sua sorte. Os não sabem lidar com quem é mais próximo e é por isso que os Senhores qualquer dia vêm também num táxi. Os Senhores daqui a pouco cabem num táxi, porque não têm exercido bem a vossa função e portanto, gostaria de vos dizer que querem este tom, é este tom que vão ter. Eu não admito, não andei estes vinte anos para os Senhores tratarem este concelho como seja conhecidos pelas rotundas, mas quem? É u arrivista que chega agora para dizer isto, que Viseu é um concelho conhecido pelas rotundas. Por isso é que o Senhor que acabou de falar levou o banho que levou em Vila Chã de Sá. Foi por isso! Candidato a Presidente de Junta que ninguém o quis, é exactamente por este tipo de posições. É exactamente por este tipo de posições! Os Senhores não perceberam! Os Senhores dão a impressão que são os únicos que estão numa situação correcta, todo o resto anda aqui enganados. E devia ganhar algum traquejo e algum juízo para não interromper quem esta a falar. Eu peço desculpa ao Senhor Presidente, mas eu gostaria, muito sinceramente, que este fórum, que é a casa mãe da democracia se regesse por outro tipo de situações, dá a impressão, quem aqui chegasse, que estávamos virados ao contrário. Dá a impressão que o Partido a que eu pertença orgulhosamente, que não mereceu a votação dos viseenses. Dá a impressão até que fomos nós que perdemos as eleições. O desaforo, a arrogância, com que foram ali colocadas algumas posições, dá a impressão que nós é que temos que nos defender, que temos que dar explicações por termos esta votação. Se calhar, até temos que pedir desculpa por termos tido esta votação. Eu peço desculpa, mas eu não enveredo por este tipo, nem vou deixar e é bom que marquemos as situações. Eu gostaria também de dizer ao Senhor Deputado do CDS que de facto, também já está justificado porque é que os Senhores eram Partido do poder e agora são dois. De facto, os Senhores apresentaram uma candidatura sobre novas políticas e tiveram resposta, não vale a pena os Senhores estarem a insurgir-se e a dizer-nos como é que havemos de fazer. Quando os Senhores forem poder façam exactamente aquilo o que têm para fazer, mas não vale a pena virem criticar, porque os Senhores deviam fazer era também o acto de contrição, dizerem aos viseenses, olhem afinal vocês não vão por aquilo que a gente diz, mas não vale a pena. Nós tivemos respeito por quem nos antecedeu, desculpem lá, eu não roubei a Câmara. Estão há vinte anos é muito tempo, que é o Senhor tem o maior mandato, roubei-o alguma vez? Eu sujeitei-me sempre às eleições, ganhei o mandato para Presidente da Câmara, com honestidade e frontalidade eu mantive, se calhar, a posição que os Senhores não eram capazes de fazer, de lhe fazer de forma pública uma homenagem. Então, mas como é que é isto? Agora os Senhores é nos vêm dizer, façam agora não sei quantos, as políticas de novas gerações, por amor de Deus! Nós aceitamos as vossas propostas, mas não as façam com essa autoridade de quem foi, eventualmente empossado, ou legitimado pelos viseenses, porque os Senhores não têm essa legitimidade, portanto, aguardem com serenidade a vossa vez, que os viseenses vos acolham as propostas, pelos vistos não tiveram aceitação. Vale a pena a gente saber do que é que está a falar. Já agora, sobre aquilo que veio dizer o Deputado Pinhel sobre as competências sociais, o Senhor não sabe que nós não temos competências na área da Acção Social? Nós andamos neste momento a discutir a transferência de competências, mas sabem isto, têm acompanhado este processo ou pelo menos deviam saber. Estar a dizer que a Câmara, como se ouve aqui, transportes à noite e transportes para não sei



quantos, isto é tudo, não diria música celestial, a música celestial é bem mais bonita, esta não, esta é música pedagógica, ou então vamos aonde? Mas digam-me lá aonde é que isto de faz? Aonde é que os Senhores aplicam este tipo de situações? Já agora eu vou dizer uma coisa, eu pensei que o discurso que ouvimos anteriormente, que aquilo que estávamos habituados a ouvir também com a mesma assinatura tinha acabado nesta Assembleia, mas eu não vou dar respostas sequer. Mas não admito aqui que um Deputado, mesmo que seja isolado, venha aqui pretender fazer afirmações que pelo menos não correspondam à verdade. Eu posso aqui dizer Senhor Presidente com toda a legitimidade sem nenhum receio de ser desmentido, que eu nunca falei com nenhuma senhora do Bairro Social, sobre as matérias que o Senhor Deputado aqui trouxe e portanto, pode enveredar por esse tipo de situação, mas da minha parte não haverá nenhuma resposta, Não perco tempo com estas situações, que fique francamente claro. Já agora, Senhor Deputado Baila Antunes, nós conhecemos as suas propostas. O Senhor não veio aqui dar nenhum contributo, aquilo que o Senhor veio aqui fazer fê-lo durante a campanha. Eu consultava constantemente a vossa página na Internet. Eu via o Senhor a indicar aos jornalistas, olhe ali negro, não sei quantos... Teve a resposta ou não teve? Portanto, não venha dizer a praia é inviável. É inviável por um Deputado, ainda não o disseram os técnicos. Eu pese o respeito, gosto de ouvir quem saiba e o Senhor já me demonstrou aqui que disto sabe pouco, fala muito, mas sabe pouco e portanto, eu vou ouvir quem saiba. Se a decisão política está tomada, se ela for inviável metemos a “viola num saco”, claro! Eu não vou fazer uma praia se os técnicos disserem que ela não é plausível. Agora não venha misturar, quase que deu a entender que nós precisamos de uma praia no Parque Linear para justificar a sua existência. Então o Senhor não vai lá? Não vê a quantidade de famílias inteiras que andam lá? Então mas houve algum viseense daqueles que utiliza, que não concordou com a decisão do Presidente da Câmara? O Senhor é que não sabe, não sabe disso. Precisamos mais de alguma coisa para justificar aquela infra-estrutura numa praia? Era por isso que se justificava a praia? Já agora todos os assuntos que colocou aqui a comparação vale a pena lembrar ao Partido Socialista o seguinte, Os Senhores durante muito tempo davam como principal referência o Presidente da Câmara de Lisboa, agora já esgotaram a Câmara de Lisboa. A Câmara de Lisboa era a Câmara que era dada como referência, o Senhor Presidente tinha chegado há dois anos e eu já tinha que o tomar como referência. Agora vimos que não vale a pena, porque os impostos de Lisboa são o máximo, vamos ver daqui a bocadinho quando discutirmos os impostos. Os Senhores já esqueceram a Câmara de Lisboa. Curiosamente, eu não sei se estão agora a recuperar a Câmara de Aveiro, olhem que ela já mudou de Partido. Os Senhores traziam aqui a Câmara de Aveiro constantemente quando ela era do PS, mas as políticas que lá implementaram levaram o Presidente a ter logo uma derrota a seguir. Então, mas afinal como é que é? Quem é que os Senhores estão a dizer para copiar, que cidade? Eu bem vejo e bem sei aquilo que dizem os nossos colegas da cidade de Viseu e do concelho, ou os Senhores acham que vem para aqui o Congresso da Associação dos Municípios... Pergunte aos vossos camaradas se veio para aqui o Congresso da Associação de Municípios, por alguma cunha do Presidente, ou se o Presidente teve alguma palavra sobre o Congresso da Associação aqui. Foi exactamente porque encontraram aqui condições, que a maioria das cidades não têm para realizar um congresso desta estrutura e desta amplitude, portanto não venhamos confundir as coisas. O Senhor Deputado veio aqui desmascarar aquilo que o Deputado João Paulo disse há bocadinho. O Deputado João Paulo começou por dizer, nós até somos defensores do estudo da DECO. O Senhor veio logo com o da Covilhã, o estudo credível da Covilhã e a dizer, este é muito mais credível do que o outro. Foi este estudo da Covilhã que nos colocou atrás de Aguiar da Beira. Então mas que credibilidade tem este estudo? Vale a pena referir coisas, mas coisas com consistência, coisas que a gente domine, que a gente saiba de facto, do que está a falar. Eu gostaria de vos dizer, não alimento este tipo de



diálogo, não alimento este tipo de respostas, porque aquilo que os Senhores vieram dizer quando falaram das restantes cidades, foi tudo aquilo que a Viseu foi negado. Quando o Senhor veio dizer Coimbra é conhecida como uma cidade de saúde, olhe foi o Senhor Primeiro-Ministro que levou a Faculdade de Medicina para a Covilhã. Podíamos ser conhecidos ser conhecidos por uma cidade de saúde. Então os Senhores fazem as asneiras e ainda têm que ser outros a dar as respostas, era o que faltava, ande é que os Senhores estavam? Caladinhos como sempre fazem. Os Senhores não levantam uma vez a mão em relação às políticas do Governo, uma única vez. Ainda agora vimos aqui que os Senhores vêm elogiar, concorreram onze concorrentes ao impacto ambiental, vem o Ministro dizer que não sabe se faz o TGV, os Senhores ficam calados. Já viu alguma reacção do Senhor Presidente da Câmara? Nem uma! Porque os Senhores são insensíveis, seriam incapazes de reagir ao Poder Central. Eu não sei se estão todos à espera de serem colocados, cuidado que não há lugares para todos. É preciso ter reacção, é preciso ser viseense, mas não só afirmá-lo, é preciso no local próprio agir como tal e os Senhores têm pecado constantemente por omissão. Já agora, uma outra coisa, há um Senhor Deputado que vem aqui constantemente com a história da desertificação da Rua do Comércio, da Rua Formosa. Quando eu cheguei à Câmara eram as mesmas pessoas que viviam na Rua Formosa, as mesmas pessoas, portanto que não se venha encanar a perna avante que eu sei muito bem que a Rua Formosa já estava desertificada. Foi desertificada e não foi por nós, foi desertificada pelas políticas anteriores, portanto não venham confundir e atirar-nos a responsabilidade de uma coisa que não é nossa. Quando se diz aqui, como foi dito, que nós temos responsabilidades por eventualmente, não ter no comércio... Então, mas onde é que os Senhores estão sobre a Loja do Cidadão, já se calaram? Os Senhores tiveram aqui o Secretário de Estado a dizer que a Loja do Cidadão que devia passar para o centro histórico. A Câmara arranjou-vos um edifício no centro histórico e os Senhores não têm capacidade de a trazer. Não é a Câmara de Viseu, nem o Presidente da Câmara que não tem voz a nível nacional, são os Senhores que não têm nenhuma voz a nível nacional. Os Senhores a nível nacional não contam, contam zero, porque se contassem alguma coisa não se calavam aos atropelos que têm feito em relação a Viseu. A única voz que se ouve aqui constantemente é a voz do Presidente da Câmara, portanto, eu gostaria de vos dizer, arrepiem caminho nem venham com este tipo de discurso, que de facto não me levam nesta música que os Senhores querem imprimir. Vamos ver se nos entendemos. Se querem ajudar a construir muito bem, façam as propostas, propostas concretas, que nós assumiremos as propostas que acharmos justas, não aceitamos é reprimendas deste género, daquelas que já encetaram outra vez. Para primeira reunião começam muito mal”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Então iríamos interromper até às quinze e quinze. Penso que dá perfeitamente para almoçar, portanto retomávamos às quinze e quinze. Bom almoço”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa inicia o período da tarde, dizendo o seguinte: “Muito boa tarde, agradecia que se sentassem para dar início à segunda parte da nossa reunião. Já temos quórum, portanto, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Vamos continuar com o Ponto Dois, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VISEU PARA O ANO DE 2010 E MAPA DO PESSOAL”, com a fundamentação legal que está aí na convocatória. Eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano”.

- **QUARENTA** – **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para apresentação do Ponto Dois e diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Penso que



este ponto pode ser apresentado de forma muito breve. Não tenho nada a acrescentar em relação ao que dissemos aquando da votação e eu ia dizer aquando da votação e da discussão, mas de facto, só votação, porque não teve discussão na Câmara Municipal. Aliás, esta não discussão contrasta com os pedidos sistemáticos de esclarecimentos das questões e da discussão, mas de facto, não houve. Nós revemo-nos exactamente no que está escrito no preâmbulo do documento, aquilo que escrevemos e que dissemos aquando da votação e portanto, está também escrita a posição da oposição na Câmara Municipal. Nós não acrescentamos nada ao que está escrito nesse preâmbulo do documento”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- QUARENTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte: “Os Membros do Partido Socialista desta Assembleia foram eleitos, como todos os restantes há pouco mais de um mês, sendo que os Membros do Partido Socialista evidentemente, foram eleitos com base num programa que apresentaram aos viseenses. Não ganhámos as eleições é sabido, mas este facto, na nossa perspectiva, não invalida que esqueçamos e desrespeitemos o compromisso que temos com os viseenses que nos elegeram. Este programa do Partido Socialista, entre outros compromissos, estabelecia com os viseenses uma redução da taxa do IMI superior à prevista neste orçamento. Continuamos a achar, e de resto este orçamento só nos reforça a ideia porquanto prevê um aumento significativo da receita originada por esta taxa municipal, que a taxa de IMI cobrada aos viseenses é injusta e devia ser reduzida. Comprometemo-nos também com os viseenses a rever em baixa a Derrama cobrada às empresas. Numa altura de crise económica, não entendemos que não haja uma ajuda da fiscalidade municipal aos nossos empresários. Além disto, propusemos aos viseenses, que caso ganhássemos a Câmara Municipal, haveria lugar a uma devolução de uma percentagem do valor por eles liquidado em sede de IRS. Como é do conhecimento de todos, nada disto está previsto neste orçamento e se estas já seriam razões suficientes para votar contra este exercício orçamental, acresce o facto de, defendermos há muitos anos nesta Assembleia Municipal, e devo dizê-lo, de uma forma intransigente, que o investimento a realizar nas freguesias deveria ser discriminado e não apresentado no que entendemos ser uma rubrica opaca. Estabelecemos nas trinta e quatro freguesias do nosso concelho o compromisso de ganhando a Câmara Municipal, discriminar de freguesia por freguesia, qual seria o investimento previsto em orçamento a realizar em contratos-programa com as respectivas Juntas. A este propósito, pese embora da parte da manhã já termos falado, se calhar suficientemente sobre isso, não podemos deixar de reiterar que consideramos um bocadinho abusivo entender-se que temos um orçamento participativo, por se ouvirem alguns cidadãos, como referiu o Senhor Presidente da Câmara, e enfim, mesmo os Senhores Presidentes de Junta que evidentemente, não retiramos a legitimidade de falarem em nome das populações que os elegeram, mas daí julgo, como já ficou demonstrado da parte da manhã a falarmos em orçamento participativo, vai um paço de gigante. Senhor Presidente da Câmara Municipal, separam-nos nesta matéria questões políticas de fundo, não podemos deixar, portanto, de votar contra este orçamento, lamentando que, pese embora os viseenses terem votado maioritariamente no PSD, não tenha havido da parte da maioria o bom senso de reconhecer que algumas das medidas propostas pelo PS, por benéficas para os viseenses mais necessitados, para as suas famílias e para os nossos empresários que sublima-se e gostava de repetir, sublima-se, não punham nem põem em causa a saúde financeira da Câmara Municipal, portanto, estas medidas não terem tido qualquer acolhimento e não terem sido atendidas e contempladas no orçamento. Desta forma, o Partido Socialista votará contra este orçamento”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Alberto. -----

- QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA – No uso da palavra diz o seguinte: “Ao usar da palavra pela primeira vez



neste mandato, quero cumprimentar o senhor Presidente da Câmara Municipal, as Senhoras e os Senhores Vereadores, especialmente, as Senhoras Vereadoras que aqui estão pela primeira vez e desejo que este seja um óptimo mandato para bem do concelho e dos viseenses. Também cumprimentar os colegas desta Assembleia, muito especialmente todos quantos hoje se iniciam nestas lides, desejando-lhes as maiores felicidades e que o seu contributo seja deveras decisivo para dignificar ainda mais este órgão. Um cumprimento aos órgãos de comunicação social que na sua missão de informar tornam visível o trabalho desenvolvido neste órgão em prol do desenvolvimento de Viseu e do seu concelho. Passemos de imediato à análise das GOP's, do Orçamento e do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e dos SMAS para o ano de dois mil e dez, não sem antes referir a sua importância fundamental como um documento orientador, onde estão expressas as principais linhas orientadoras de toda a Actividade Municipal para o período em questão e seguintes via PPI (Plano Plurianual de Investimentos), através dos objectivos traçados pela sua Administração e consubstanciados nos seguintes documentos - o Plano de Actividades, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Uma melhor compreensão destes documentos é possível se, atendermos ao enquadramento, quer interno, quer externo em que o mesmo se vai desenvolvendo. A crise que assolou o mundo em finais de dois mil e oito persistiu em dois mil e nove, e apesar de alguns sinais de retoma em algumas economias, em Portugal continua a pairar uma série de incertezas quanto à retoma económica, cujos valores são inferiores aos dos nossos parceiros europeus, excepto Espanha e Grécia. De acordo com as estimativas de Outubro da União Europeia para o nosso país são de retracção/estagnação em dois mil e nove em cerca de três vírgula sete por cento, o mesmo para dois mil e dez de forma mais branda, devido sobretudo à “inércia da procura interna”, que aumenta de uma forma moderada em dois mil e onze. Os nossos níveis de desemprego estimados atingem limites preocupantes em dois mil e nove e dois mil e dez – cerca de nove por cento, apesar de tudo, abaixo daquela prevista por Bruxelas, tanto na União Europeia a vinte e sete como para a zona Euro, que deverá ser, respectivamente, de nove vírgula um e nove e meio em dois mil e nove, subindo de dez vírgula sete e dez vírgula três em dois mil e dez, respectivamente para a União Europeia a vinte e sete membros e para a Zona Euro. O OGE para dois mil e dez não está ainda efectivado, devido ao processo eleitoral que atravessou o país, cuja apresentação na Assembleia está prevista para finais de Janeiro de dois mil e dez. Não sabemos, pois, o tipo de orçamento que nos irá ser apresentado. No entanto, face ao que atrás se disse, estará fortemente condicionado pela diminuição de receitas, sobretudo fiscais devido à crise e um aumento das despesas, por força dos apoios sociais acrescidos, levando a um agravamento do deficit e aumento do endividamento para fazer face a despesas de investimento e mesmo correntes, apesar das medidas de política económica e financeira nacionais estarem condicionadas por variados factores, face aos compromissos no seio da União Europeia. É neste contexto que a Actividade Municipal se desenvolverá, podendo, inevitavelmente, estar condicionado pelas conjecturas atrás referidas. Apesar de tudo cremos na capacidade financeira do Município e nas capacidades do Senhor Presidente e do seu Executivo para minimizar as dificuldades que, eventualmente, venham a encontrar. Assim, é de referir aqui e agora a coragem e a ousadia pelo Orçamento, que não é mais do que a consubstancia financeira das Grandes Opções e Plano para o período em referência, que analisamos nesta Assembleia. Pelo conhecimento que tenho e temos desta Câmara, do seu Presidente e da sua equipa temos a certeza que este documento é exequível, vem no seguimento do programa apresentado no acto eleitoral autárquico que o legitimou em mais este mandato com uma maioria reforçada face à anterior. Os valores de setenta e seis vírgula oito milhões de euro para a Câmara Municipal e dezanove vírgula sete para os SMAS, são com acréscimos globais respectivamente de cerca de cinco vírgula três milhões de euros e zero vírgula três milhões de euros, num total de cinco vírgula seis milhões de



euros, o que equivale a um acréscimo percentual de cerca de seis vírgula dois por cento, com relação ao Orçamento de dois mil e nove. A juntar ao que ficou dito no parágrafo anterior, voltamos a *capitalizar* receitas correntes em cerca de cinco, vírgula um milhões de euros, permitindo que os investimentos sejam financiados por esta via em cerca de doze, vírgula seis por cento do seu total. Escuso-me de referir o mapa que aqui tenho, que no fundo é uma cópia que está expresso no orçamento. Os números apresentados são por si só elucidativos, no entanto, não deixarei de realçar alguns que comparando com o ano de dois mil e nove, a saber: Educação – com um peso de dezassete por cento, apesar de diminuição de cerca de doze por cento, relativamente a dois mil e nove; A Protecção do meio ambiente e conservação da natureza – com um peso de cerca de sete por cento, valor quase duplo do que o previsto em dois mil e nove – cerca de três vírgula oito milhões de euros; A Cultura, o Desporto Recreio e Lazer – cujo peso representa cerca de doze vírgula sete por cento, com uma taxa de crescimento em relação a dois mil e nove de sessenta e quatro vírgula dois por cento - num total previsto de onze vírgula vinte e cinco milhões de euros. Não irei aqui discutir as GOP's nem a afectação das rubricas do orçamento a cada opção estratégica, da competência exclusiva da Administração da Autarquia pois estas estão justificadas no documento que nos foi distribuído, mas são a prova provada que não estamos perante um plano que visa apenas o betão e o alcatrão. Sabemos que estas opções são o resultado de uma ampla discussão em variados fóruns – reuniões com as Juntas de Freguesia, Serviços Centrais da Administração e Direcções de Serviços da Câmara Municipal, público em geral, etc. Mais importante do que discutir as opções e a sua afectação ao orçamento, são importantes os seguintes factores: O grau de realização destes objectivos, ora definidos. O passado é para nós a certeza de que as previsões e os objectivos terão um nível de realização elevado, muito superior àquilo que é normalmente o padrão nacional; O grau de satisfação de uma ampla maioria dos viseenses, orgulhosos da sua cidade e do seu concelho e, conseqüentemente, da sua governação e das decisões por esta tomadas. Se dúvidas houvessem bastaria consultar os resultados eleitorais para a Autarquia de Viseu; As opiniões de pessoas anónimas e personalidades com que contactamos no nosso dia a dia, que são muito abonatórias em relação a Viseu, mostrando alguma “inveja” em relação às suas terras, pelos mais variados motivos – acessibilidades, fluidez na circulação interna e facilidade de deslocação nas avenidas amplas e bem cuidadas, limpeza geral, beleza e forma como são aproveitados e tratados os espaços ajardinados, os equipamentos existentes assim como a diversidade cultural apresentada, o Parque do Fontelo e o Parque da Cidade, etc., etc. As verbas apresentadas para um investimento na educação, transferência para as freguesias e SMAS, os investimentos no desporto e na cultura, são o garante de que o ambiente, a mobilidade, a educação, cultura, a acção social e o desporto, factores determinantes para a sustentabilidade e o equilíbrio futuro das populações, são preocupações contempladas quer nas GOP's quer no orçamento. Senhor Presidente da Câmara e demais elementos da Mesa, Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, minhas Senhoras e meus Senhores: Outras questões poderiam ser levantadas em função da riqueza dos documentos e das várias leituras que poderíamos inferir, mas vou finalizar dizendo que os documentos revelam, como vem sendo prática corrente, qualidade de elaboração e pertinência e audácia nas opções definidas. É como já dissemos um documento de intenções e objectivos daquilo que a Administração Municipal pretende levar a cabo em dois mil e dez, de uma forma mais objectiva e nos próximos anos através do PPI, passível de reformulações sempre que determinadas circunstâncias o justifiquem. Um agradecimento ao executivo e aos serviços financeiros da Câmara Municipal de Viseu e dos SMAS pela pronta disponibilidade para a prestação de todos os esclarecimentos que foram solicitados, assim como a eficácia nas respostas. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor. Secretários, Senhor Presidente da Câmara, e Senhoras e Senhores Vereadores, Membros





desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, estou convicto bem como a bancada que aqui represento que estamos em presença de documentos importantes e vitais para as entidades aqui representadas, quando executados com o rigor e o cuidado nas opções a que esta administração já nos habituaram, pelo que o nosso voto será a favor dos documentos apresentados”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Ranhados. -----

- QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MATEUS DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PSD) – Solicita o uso da palavra e diz: “Eu subo a esta tribuna simplesmente para me congratular pelo facto da Câmara Municipal manifestar vontade da construção da Escola Básica Integrada de Ranhados, incluindo a Pré-primária, na medida em que no seu Orçamento e Grandes Opções do Plano totalizaram uma importância de quatro milhões de euros no decorrer dos três anos. Quinhentos mil em dois mil e dez, dois milhões em dois mil e onze e um milhão e quinhentos mil, precisamente, em dois mil e treze. Por conseguinte, da parte da Câmara Municipal com terreno já adquirido tem todas as condições para podermos iniciar a obra. No entanto, temos a situação, com o Ministério da Educação. Eu apelava ao Ministério no bom senso, no sentido de aceitar o Protocolo assinado em dois mil e cinco, em que referenciava, precisamente, tudo o que tinham que fazer, tanto a Câmara Municipal, como o Governo. É essa precisamente, a intenção que venho aqui manifestar, apelar ao Ministério da Educação a vontade firme da construção desta Escola e que está agendada já há bastante tempo. Há mais de onze anos que nós estamos a lutar para esta Escola e até a este momento ainda não foi executada. Também queria aproveitar a oportunidade para me congratular com uma obra importante que vai precisamente, favorecer a freguesia de Ranhados e São João de Lourosa, que é a Estrada de Nelas, a Duzentos e Trinta e Um, obra que vai ser iniciada no dia quatro de Janeiro de dois mil e dez e que vai dar grandes possibilidades de melhor acesso da A Vinte e Cinco até ao Palácio do Gelo. Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- QUARENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Este Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e dez da Câmara Municipal de Viseu, não trás nada de novo no tocante à forma de governar e de estar deste novo Executivo Camarário, em relação aos anteriores. Viseu tem assentado o seu desenvolvimento no modelo político segundo o qual a Câmara Municipal é dona e senhora de toda a vida do concelho confortavelmente financiada por fundos comunitários, transferências do Governo Central e altíssima tributação municipal. Note-se o peso das transferências da Administração no total das receitas e dos impostos e taxas de cariz municipal, neste caso, com reflexos negativos ao nível da captação de investimento e atracção de fixação de pessoas. Neste último campo, o da chamada tributação municipal, o Executivo Camarário, perde mais uma vez a possibilidade de se distinguir dos demais, mormente com aqueles com os quais competimos por efectiva liderança da região centro, através da diferenciação positiva, que permita a Viseu distinguir-se dos demais concelhos através do enquadramento fiscal, que seja um claro e efectivo factor de dinamização da economia da região, continuar a ter uma taxa de Derrama igual, ou superior à dos concelhos concorrentes. Continuamos a não devolver aos contribuintes a participação de cinco por cento no IRS, sujeitos passivos, com domicílio fiscal no concelho, mais uma vez, a política da taxa máxima, quando se podia discriminar positivamente os munícipes viseenses e criar mais um factor potenciador da fixação de pessoas. Nesta matéria, o CDS vai apresentar uma recomendação à Câmara Municipal de Viseu, para que numa base plurianual, reduza a participação variável no IRC de cinco para zero por cento, daqui a quatro anos, permitindo assim também, controlar o impacto dessa medida no orçamento



municipal. Será um factor de diferenciação em relação aos concelhos com os quais pretendemos concorrer, sendo que, não é medida inédita, recorde que, e essa é já prática do Município de Ponte de Lima e outros vizinhos que cobram participação inferior. Em relação ao IMI, onde também no nosso entender, é possível melhorar, deixaremos para o ponto de discussão das taxas a aplicar, das nossas observações. Consideramos que este Orçamento podia e devia ser mais ambicioso nas áreas de Acção Social, da Cultura e do Turismo. Se no caso da Acção Social estamos perante uma necessidade premente do apoio aos mais necessitados, onde é fundamental uma profunda interligação entre a Câmara Municipal e todos os agentes da economia social, nos restantes, estamos perante dois factores de reconhecida mais-valia para o desenvolvimento do concelho e que se interligam entre si. A efervescência cultural é hoje um novo factor de distinção entre as cidades e de atracção de visitantes. É preciso ver a cultura para lá do conservacionismo de alguns e do dirigismo prosaico e moralista de outros. A Cultura tem e deve ser encarada como uma actividade económica de grande pujança e com óbvios reflexos nos outros sectores da actividade. A cultura foi, é e será sempre um factor de dinâmica e de desenvolvimento de qualquer sociedade. Neste campo, no entanto, saudamos o investimento no Centro de Artes de Viseu, mas deixamos desde já um alerta, é necessário começar a preparar a programação do mesmo. É preciso iniciar a promoção junto dos agentes culturais nacionais/internacionais para que não se tornem mais um bocado de cimento e betão com a assinatura de um arquitecto, mas sem a utilização qualitativa, como acontece com outros espaços do Município. No Turismo é fundamental promover a marca Viseu, é preciso investir no exterior e no país. É preciso investir, é preciso chamar os privados a investir na promoção da cidade e da região, não devemos estar à espera dos outros, devemos liderar. Refira-se que registamos com agrado a afectação à criação da praia fluvial, será certamente um equipamento diferenciador e que trará um acréscimo substancial de turismo de qualidade no nosso concelho. Permita-me Senhor Presidente, dizer que esperamos que esta promessa eleitoral se concretize rapidamente, para que possa ser inaugurada no decorrer deste mandato. Saudamos a vontade, que sejam perfeitos os cinco por cento, e cito, os cinco por cento, que ainda faltam na cobertura de colecta e tratamento de saneamento e do abastecimento de água. Também nesta área é possível diferenciar pela positiva, em relação aos outros concelhos, afinal Viseu somos todos nós. A Educação é factor de primordial desenvolvimento no presente e no futuro, nesta área é sempre curto o investimento, porque a necessidade do mesmo é constante. Urge concluir os novos centros escolares, urge colocar em pé de igualdade todos os alunos. Todos devem ter acesso ao melhor. Todos devem ter as mesmas oportunidades. Nesta matéria, Senhor Presidente, estaremos sempre na primeira linha na defesa intransigente de aumento da despesa. Despesa não, investimento no futuro. Falamos muito na defesa da criação da Universidade Pública de Viseu, mas por vezes, esquecemos que numa primeira fase temos de formar e dar condições para que exista uma massa crítica de potenciais alunos que dela possam beneficiar, sem ao contrário do que hoje acontece, terem saído para outras cidades, para na maior parte dos casos, nelas acabarem por se fixar. Notamos o investimento na malha viária do concelho, mormente nos acessos à sede do concelho. Viseu precisa ter entradas condignas no seu estatuto de capital regional. Nesta matéria é preciso não descurar da malha viária municipal. Na área dos transportes, perguntamos para quando a efectiva requalificação do Centro Coordenador de Transportes. Urge dotar a cidade de uma estrutura eficiente e funcional para operadores e utentes. Certamente qualquer viseense, nomeadamente os utentes dos transportes públicos, valoriza mais um Centro Coordenador de Transportes digno e funcional do que a colocação de chapéus-de-sol, de gosto e eficácia duvidosa, nas praças de táxis. Em relação aos SMAS, lembramos que não se pode esperar o esforço constante na modernização e requalificação das redes de água e saneamento. É preciso uma estrutura eficiente e profissional, mas a mesma tem que estar dotada da



capacidade técnica e dos meios apropriados à repercussão dos seus objectivos, o que não pomos minimamente em causa nesta matéria. Reconhecemos, aliás, como o temos feito no passado, que a Câmara Municipal de Viseu tem apresentado orçamentos sólidos e consistentes, ano após ano, o que demonstra uma assinalável saúde financeira que não se pode escamotear. No entanto, numa apreciação política e visão geral, como referimos no início da nossa intervenção, nada vislumbramos de diferente na construção deste orçamento em relação aos anteriores. Tínhamos esperança que assim não fosse, apesar de sabermos que seria difícil de acontecer. Falta ambição, falta rasgo. As condições de hoje não são as mesmas que nos conduziram até aqui e as de amanhã serão, seguramente, ainda mais exigentes. Urge afirmarmo-nos como urbe moderna e contemporânea, uma verdadeira capital económica, social e cultural de uma vasta região. Urge cumprir Viseu. Foi com esse propósito, entre outros, que nos apresentámos ao eleitorado em Outubro passado. É com esse propósito que contribuímos para o debate. Em face do exposto, e do hiato tendo decorrido da nossa eleição e a apresentação deste orçamento, e na expectativa de que as recomendações efectuadas venham a surtir efeito em orçamentos futuros, que o CDS/PP opta por se abster neste ponto. Deixo na Mesa a Proposta de Recomendação para a redução gradual numa base plurianual da participação variável no IRS”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- QUARENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Eu não sou formado em finanças, mas por aquilo que eu ouvi posso também fazer uma rotulagem do orçamento. Como também pessoas formadas chamam ao rectificativo redistributivo, também eu posso dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que tem que arranjar um orçamento elástico, ou seja, tem que ser bem elástico para mais despesa em saneamento, mais despesa em turismo, mais despesa na cultura, mais despesa no abastecimento de água, e menos receitas, menos receitas, menos receitas. Por isso, não é preciso um orçamento rectificativo, redistributivo, não, é um orçamento elástico. Outra situação, que a mim me preocupa é em termos do que aqui ouvi da parte do Senhor Presidente, gostaria que me confirmasse a situação que não houve discussão, ou seja, será que não houve propostas alternativas dos Vereadores do Partido Socialista na Câmara? Acho estanho, porque aquilo que oiço diariamente é que é uma obrigação das oposições apresentarem propostas alternativas. Então, a oposição não apresentou propostas alternativas? O que é válido para o Governo Central, não é válido para o Governo Local? Não tem propostas alternativas, limitou-se a apresentar uma declaração de voto, em que diz que quer menos acessibilidades, que quer menos saneamento e que quer menos abastecimento de água. Só esta declaração de voto que foi apresentada, e a questão era mesmo esta: Que propostas alternativas, apresentou o Partido Socialista na discussão do orçamento?”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- QUARENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas da seguinte forma: “Muito obrigado Senhor Presidente. Tal como eu sabia, imaginava bem, como é que o Partido Socialista tinha dificuldade em usar da palavra sobre o orçamento, aliás, eu não sei qual é versão inicial. O Partido Socialista ao longo destes anos já mudou, pelo menos umas dez vezes, de Ministro das Finanças, aqui na Assembleia Municipal e nós não sabemos bem qual é o discurso. Há uma coisa que bem pode o Partido Socialista clamar, não escondo os factos, quando se diz que a Taxa do IMI é injusta, mas ela é injusta só aqui? Eu posso provar à saciedade, não por palavras, mas com documentos, que me contrariassem, que a nossa taxa de IMI é das mais baixas do país. Eu daqui a bocadito vou ler as taxas de IMI dos outros concelhos, nomeadamente do Partido Socialista e portanto, também vou provar que os nossos coeficientes de localização são dos mais baixos do país. Eu gostaria que o Partido Socialista, só, em vez de falar, que contrapusesse com outros exemplos, dizer, nós



fizemos isto, porque se há alguma coisa que o Partido Socialista nos habituou foi a subir impostos. Lembramo-nos bem quando o Partido Socialista chegou ao poder, primeira coisa que fez foi dizer que se tinha enganado e aumentou os impostos. Não vale a pena dizer que nós temos mais, menos impostos, aliás acho que é um binómio curioso, se calhar precisávamos mesmo dos nossos conhecimentos no Ministério das Finanças para ver se o Senhor Ministro não se enganava nos orçamentos rectificativos e nos déficits, porque vocês conseguem fazer uma coisa que qualquer Ministro das Finanças gostaria, conseguem ter um binómio que é menos receitas e mais obras. O Partido Socialista diz isto, por nós vocês não cobravam impostos nenhuns, nós estamos sempre a propôr reduções, depois vêm, quando querem propôr alguma coisa, têm a Câmara financeiramente equilibrada. Temo-la porque não seguimos os vossos concelhos, aliás, se querem o país direito, se calhar, valia a pena virem saber da receita, porque fazemos ao contrário do que vocês fazem e portanto, fazendo ao contrário do que fazem, propõem o Partido Socialista ao caminho certo. Caminho certo para nós é fazer ao contrário do que vocês nos propõem. Separam-nos algumas questões de fundo, se separam! Separam-nos muitas questões de fundo, separa-nos tudo do Partido Socialista! E é por isso que nós dizemos, bem ou mal, este concelho não tem nada da vossa participação, nada! Os Senhores podem dizer nós tínhamos mais coisas, mas não têm nada a ver com isso, mas não é nada convosco. De facto, nós assumimos a responsabilidade, se este concelho é mau, é da nossa responsabilidade, se é bom, também é da nossa responsabilidade, porque do Partido Socialista nunca tivemos nenhum contributo. Os contributos que temos é este tipo de tiradas, mas quem é que disse ao Partido Socialista que era o advogado dos mais necessitados? Mas quem foi? Quem é que vos passou essa credencial do advogado dos mais necessitados? Essa da consciência social, para isso dá demais! Quem foi a primeira Câmara a arranjar um restaurante social foi a Câmara de Viseu. Quem foi das primeiras Câmaras a dar resposta às carências, ainda hoje temos setenta refeições diárias, que servimos aos pobres que vocês arranjaram, e portanto, não venham cá com essa história de que nós somos os donos do social, nós para esse peditório, já demos. Os Senhores fazem-me lembrar algumas pessoas que ainda perduram, pensam que são os únicos que cantam as canções do Zeca Afonso, são os únicos democratas. Nós também as cantámos, na altura em que, se calhar, as pessoas ainda nem sequer sabiam o que era ser oposição, nem faziam ideia, mas agora acham que quem não for dali... Bem, não vala a pena entrarmos por aí. A saúde financeira do nosso da Câmara Municipal foi o que o João Paulo disse aqui, que se justificava maior descida. Nós só temos a Câmara Municipal financeiramente equilibrada, porque temos rigor e não é o vosso rigor, é este rigor, o rigor de há vinte anos. Neste momento se não fosse de facto o rigor da Câmara Municipal, não tínhamos nenhuma obra do QREN a andar. Nenhuma! Temos todas as obras do QREN a andar, porque os Senhores ainda não libertaram um tostão do QREN e é necessário que a Câmara avance com o dinheiro para digamos, não perder as obras. Agora de facto, acho incrível que se diga uma afirmação destas, pode fazer-se, mas que se diga uma afirmação destas, em nome das propostas que apresentámos, quer dizer, os Senhores apresentaram propostas antes do onze de Outubro, sabem o resultado dessas propostas, mas em nome dessas propostas continuam a defendê-las. As vossas já tiveram resposta. As propostas que os Senhores apresentaram e que agora voltam a apresentar já tiveram resposta, portanto, se quiserem arripiem caminho, é altura de arripiarem caminho. As vossas propostas foram perfeitamente condenadas pelos viseenses e não foi por aquilo que o João Paulo aqui veio dizer. E é preciso falar com verdade, mas onde é que estava a opacidade do orçamento da Câmara em relação às Juntas de Freguesia, mas qualquer um dos elementos da Junta de Freguesia não sabe aquilo que lhes cabe, alguma vez! Sabem e escutam-no mensalmente conosco. Toda a gente sabe o que é que fazemos em cada freguesia e é por isso que nós reunimos em cada freguesia, mas qual opacidade? Mas é por se escrever



discriminando que os Senhores são mais transparentes? Mas que obrigação tem a Câmara de fazer isso? A Câmara tem obrigação de lidar com os Senhores Presidentes de Junta com frontalidade e com honestidade e é isso que fazemos. Cada Presidente de Junta sabe connosco aquilo que conta, portanto, não vale a pena dizer que se vota contra o orçamento, porque não estão lá discriminadas as verbas para as Juntas de Freguesia. Esse é o pretexto que o Partido Socialista, ao longo dos anos, vem tendo e que tem o resultado que tem, mas continuem com isso. Sobre aquilo que o Doutor José Alberto aqui veio trazer, de facto, nós fazemos documentos exequíveis, portanto, para cumprir os nossos objectivos e uma das características que este orçamento tem, que continua a ter ao longo dos anos e temos muito orgulho em lhe imprimir esta marca, é que nós tiramos das receitas correntes para despesas com o capital. Capitalizamos as despesas correntes, de facto. Há muito tempo que não se via isto, as nossas receitas correntes são desviadas para investimento, se calhar, ao contrário do que a gente vê, também é exactamente o inverso que a gente vê a nível nacional. O que a gente vê foi um aumento da despesa enorme e portanto, nós fazemos exactamente o contrário, das receitas que temos correntes, retiramos para investimento. Sobre aquilo que o Senhor Professor Mateus aqui veio trazer, nós também esperamos que não haja mais nenhuma desculpa para a Escola de Ranhados. Mas eu queria dizer, acho que já o sabem, mas talvez dizê-lo aqui na Assembleia de forma oficial, nós metemos o Estado em tribunal, porque não percebemos que alguém assinasse livremente no Diário da República e depois não queira cumprir o que escreveu no Diário da República. Mal de nós se os cidadãos aprendessem estes maus exemplos, o que nós dizemos ao Estado é isto, os Senhores assinaram, acho que sabiam ler, quem assinou connosco, portanto assinou livremente. Os Senhores assinaram livremente e portanto vão cumprir, se querem acrescentar mais alguma coisa nós não nos opomos, se querem diminuir a responsabilidade é vossa. A Escola de Ranhados tem todas as condições para se fazer. Agora o que eu temo, Senhor Professor, e vale a pena saber isto, é que se queira fazer aquilo que se tem feito com outras coisas, que se aproveite agora, por força de, digamos, de alguma dificuldade financeira, que se aproveitem espaços existentes para transferir os alunos. Aquilo que nós receamos, como já o dissemos na altura, não foi de agora, que temos receio que haja espaço desinstalados que agora o Governo queira aproveitar para dizer que foi a resposta à Escola de Ranhados. É da sua inteira responsabilidade, aliás, como é da inteira responsabilidade do Governo, nós alertámos com ofício escrito, eventualmente ocupar os espaços de estacionamento da Escola Alves Martins, também alertámos em tempos, os Senhores não ocupem isto para salas, porque depois não nos despejem os carros cá fora, que deviam destinados a professores, funcionários e alunos. Mas é isto que o Partido Socialista se prepara para fazer, com toda a certeza, porque senão não tem do seu lado nenhum argumento para não fazer a Escola de Ranhados. Sobre a Estrada de Nelas disse muito bem, veja lá como é que os Presidentes da Junta estão tão bem informados! Isto é que são orçamentos participativos, o Senhor Professor sabia que a obra vai começar no dia quatro de Janeiro de dois mil e dez, exactamente isso. A obra vai começar no dia quatro de Janeiro de dois e dez, o alargamento da estrada da ligação à Rotunda de Nelas. Sobre aquilo que o Senhor Deputado do CDS trouxe aqui, eu gostaria de dizer ao Senhor Deputado o seguinte, não vela a pena, eu sei que é a primeira vez que está por aqui, mas uma mentira repetida não se torna em verdade. Quando o Senhor Deputado vem dizer aqui que é política da taxa máxima, eu desafio-o e digo-lhe que o que disse é mentira! A Câmara de Viseu tem das taxas mais baixas do país e eu posso mostrar-lhe isso, se quiser contrariar, gostaria que o fizesse de forma clara, não por palavras, mas por documentos, que a Câmara de Viseu que tem taxas máximas. Daqui a bocadinho quando discutirmos eu vou dizer-lhe em que lugar é que nos situamos, portanto, eu já lhe vou demonstrar que em todas elas temos taxa mínima. Vou demonstrar-lhe mais outra coisa, quando o Senhor diz que faz uma



recomendação, vou dizer-lhe que nem ouvi aquela recomendação. O Senhor, se calhar, não sabe a genes, da retenção IMI e é pena que não saiba, mas eu explico-lhe isso com gosto se quiser, até particularmente para o Senhor perceber que nós não alinhámos nas jogadas do Governo. O cinco por cento que se retirou ao IRS não foi para dar a mais às autarquias, foi retirado das suas receitas globais. O Governo o que disse às autarquias foi assim, vocês façam aquilo que nós não temos coragem de fazer e disse mais, vocês com cinco por cento façam aquilo que nós com noventa e cinco por cento não queremos fazer. O Senhor Deputado já entendeu? O Governo agarrou nos cem por cento, disse, cinco por cento para as autarquias para concluir as suas receitas. E agora o que nos diz é, os Senhores podem dos cinco por cento reduzir os impostos até esse montante, porque é que o Governo não o faz directamente. O Governo decide dos seus noventa e cinco e diz assim, quem viva no interior tem uma redução de trinta por cento, pode fazê-lo à vontade, nós ficamos a bater palmas. Então, mas que coragem é essa? Sabe o que é que isto deu? Deu que apenas trinta e poucos municípios fizeram isso e são todos pequenos. Quer maior exemplo, eu já o disse aqui numa outra Assembleia, o pai desta decisão, o meu colega, posso dizê-lo assim, António Costa, veja lá se ele optou por ela, se o cinco por cento que ele propôs por reduzir se o fez na Câmara de Lisboa. Claro que não! Nós sabemos muito bem o que é que se pretendia com isto, pretendia-se lançar os munícipes contra os municípios. De facto, isto não pega, o eleitor está cada vez mais conhecedor, mais consciente, também mais informado e não comete erros destes. Mas já agora, deixe-me dizer uma outra coisa, eu também percebo, não estava cá mas ouvi e o meu amigo, na intervenção anterior também referiu Ponte de Lima, que remédio. Claro, está ver, nem precisei falar, que remédio, Ponte de Lima, Ponte de Lima, mas não tem mais nenhuma. Os Senhores esbanjaram as autarquias todas. Os Senhores já foram um Partido do Poder Local, aqui em Viseu, os Senhores esbanjaram, agora o que é que querem? Mas quer que Viseu seja Ponte de Lima? Por amor de Deus, também não vale a pena estar sempre com o exemplo de Ponte de Lima. Ponte de Lima é Ponte de Lima e nós somos Viseu, o Senhor disse-o há bocadinho, exactamente! Agora, não duvide uma coisa que disse aqui, capacidade técnica dos Serviços Municipalizados, não duvide mesmo disso. Os Serviços Municipalizados têm capacidade técnica e de que maneira, mas eu gostaria de o convidar, porque tenho quase a certeza que nunca lá pôs os pés, já alguma vez foi aos reservatórios do Viso? Só uma vez? Então eu convido-o a ir lá a ver o único sistema de telegestão do país, está instalado nos reservatórios do Viso e vai ver que tem orgulho de visitar um equipamento, com toda a certeza quando abre a torneira, não se preocupa, e não tem que o fazer, de onde é que isto veio, mas vai ver que serviço espectacular faz os Serviços Municipalizados. Já agora, também dizer uma outra coisa, então diz que nós podemos nos diferenciados pela positiva, pois é isso que nós fizemos. Diferenciar pela positiva é exactamente isto, é estar neste momento acima da média europeia quer no abastecimento de água, quer no saneamento. Isto é que é diferenciar pela positiva. Sabia que ainda há concelhos do litoral com quarenta por cento de cobertura? Ainda há! Nós estamos neste momento muito acima, bem estamos a completar. Tomáramos nós, até que a maior parte dos países mais desenvolvidos estivessem nesta situação. Com este quadro comunitário de apoio completamos todo o nosso sistema de abastecimento de água e saneamento básico. Já agora, talvez também queira saber, era muito novo na altura, mas herdamos-lo exactamente do seu Partido com vinte e pouco por cento, portanto, vale a pena saber isso, que volta é que a gente deu a isto. O Deputado Mota Faria deu-me uma boa solução, mas isto é a questão do cobertor e da toalha, o orçamento elástico dava para isto tudo, nós nem precisávamos de lhe inventar um nome, como o Senhor Ministro das Finanças anda aflito para inventar o nome, não quer chamar rectificativo, mas pronto, tem um outro nome. Nós queremos fazer um orçamento de rigor exactamente para evitar este tipo de confusões, mas fez uma pergunta concreta. De facto, não houve discussão na Câmara. Eu



introduzi o número na Câmara e passámos directamente à votação. O partido Socialista entregou uma declaração que já vinha elaborada de casa, que é perfeitamente normal, mas também indicador que ela não era alterada, portanto, não houve discussão, posemo-la à votação e deu a votação que se conhece, sete/dois e pronto, foi assim que se passou exactamente o que se passou. Senhor Presidente não tenho mais nada a acrescentar sobre esta matéria”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: Muito obrigado Senhor Presidente, esgotámos o Ponto Dois. Iríamos fazer a votação deste **Ponto Dois**, portanto, o orçamento *foi aprovado com quarenta e oito votos a favor, nove votos contra e quatro abstenções*. Passamos agora ao **Ponto Três**, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“REVISÃO DO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU”**, com o dispositivo legal que aí está referido. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

**QUARENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Três e diz: “Senhor Presidente estão explicadas as razões, no primeiro pedido de revisão tem a ver com os acessos à cidade, A vinte e quatro e a EN dezasseis e dos centros escolares e portanto, foram estas alterações para as quais pedimos a alteração. Como sabe, são duas obras que foram antecipadas estão neste momento a andar e é natural que tenham, digamos, impacto neste pedido de alteração”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar neste Ponto. Não tenho nenhum pedido vou pôr à votação, portanto *foi aprovado com três abstenções*. Passamos agora ao **Ponto Quatro**, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre grandes **“OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – ALTERAÇÃO NÚMERO DOZE”**, portanto com a fundamentação legal que também está no Ponto. O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra”. -----

- **QUARENTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Quatro, dizendo: “Também rapidamente Senhor Presidente. Podia dizer que era a mesma coisa, dizendo apenas a obra, mas permita-me, digamos, fazer mais um comentário adicional que tem a ver exactamente com aquilo que discutimos há bocadinho, trata-se da conclusão do saneamento básico à freguesia de Calde. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calde, aqui presente, sabe muito bem como é que estava a freguesia e portanto, esta é exactamente a conclusão do saneamento na freguesia de Calde”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigada Senhor Presidente da Câmara. Pergunto se algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste ponto. Não tenho nenhum pedido, vamos passar à votação. *Foi aprovado com duas abstenções*. Passamos ao ponto seguinte, **Ponto Cinco**, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM”**, portanto, com a fundamentação que está na Ordem de Trabalhos”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- **QUARENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Cinco e diz: “Sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Senhor Presidente, também pouco mais do que aquilo que está na introdução, mas de qualquer da maneira, gostaria de clarificar uma situação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Como se sabe, tem sido questionada, ela foi criada não há muito tempo com a intenção de que as obras levadas a cabo pelas empresas que utilizam o subsolo, fossem depois acauteladas quando fosse da reparação e portanto, o que não é correcto dizer-se é que esta taxa é paga pelos contribuintes. Mas é paga pelos



contribuintes, porque a legislação permitiu aos operadores do subsolo repercuti-la nos contribuintes. Se as empresas que trabalham e que utilizam o subsolo, a maioria delas são empresas nacionais com lucros fabulosos, abdicassem dessa repercussão no consumidor, naturalmente, de que ela se repercutia apenas na empresa e portanto, estas razões às vezes para votar contra esta implementação da taxa, caem pela base. Como digo, é uma taxa que visa repôr as estruturas danificadas e que só é repercutida no bolso do cidadão, porque de facto, o quadro jurídico o permite”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- CINQUENTA – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Compete à Assembleia Municipal nos termos da Lei cento e sessenta nove, barra noventa e nove de dezoito do nove, sobre proposta da Câmara, estabelecer nos termos da Lei as taxas municipais e fixar o respectivos quantitativos. Assim, no uso das prerrogativas concedidas pela Lei cinco, barra dois mil e quatro de dez de Fevereiro, que decorre uma transposição de uma directiva comunitária, a Câmara Municipal de Viseu propõe a esta Assembleia a aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de zero ponto vinte e cinco por cento. Por parte do PSD, votaremos a favor desta proposta do Executivo, por considerarmos correcto o princípio do pagamento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, por parte dos operadores que utilizam o nosso subsolo. Pois esta taxa é uma contrapartida pela utilização de um bem de domínio municipal, bem como, instrumento de ressarcimento pelos danos causados pelo esventramento dos nossos solos. Aliás, deixem que vos diga que concordo mais com o princípio de uma taxa do que com o princípio dos impostos, uma vez que, pelo menos na taxa nós sabemos qual a contraprestação específica, repetimos, ao contrário dos impostos que, é para o bem comum, para o bem geral, mas não sabemos muito bem de que forma é que eles são utilizados. Pode questionar-se claramente o facto de serem, ou não, os consumidores que pagam, porque ao fim e ao cabo, acabam por ser os consumidores que pagam esta taxa, mas se dúvidas houvessem, é a própria Lei que define que são os consumidores que têm que pagar esta taxa e não há sequer aqui a possibilidade de serem os próprios operadores a fazê-lo, portanto, é a própria Lei, ao contrário do que deveria ser, porque os critérios do mercado é que deveriam fazer esta repercussão no preço e não acontece, porque a Lei assim o obriga. Está nas mãos da Assembleia da República e não desta Assembleia Municipal, acabar com esta injustiça, obrigando os operadores a assumirem este custo, ou então, a acabarem com a taxa. Queria também, só aqui sublinhar o facto desta taxa e o seu produto ser todo aplicado nos Bombeiros Voluntários de Viseu, o que parece baste meritório por parte da Câmara Municipal. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar sobre este ponto. Não tenho mais ninguém vamos passar à votação. Foi aprovada com quarenta e seis votos a favor e catorze abstenções. Passamos agora ao Ponto seguinte. O Ponto Seis e Sete, são pontos diferenciados do ponto de vista de votação. Se estiverem de acordo, podíamos do ponto de vista do debate juntar os dois, portanto, o Ponto Seis, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI” (majoração e minoração) e o Ponto Sete, “AFIXAÇÃO DAS TAXAS”. Eu sugeria ao Senhor Presidente da Câmara que tratasse dos dois, do ponto de vista do debate. Teríamos o debate e depois, obviamente, votaríamos em separado cada um dos pontos, se estiverem de acordo. Senhor Presidente tem a palavra”. -----

- CINQUENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para fazer a apresentação dos dois pontos, dizendo: “Com certeza Senhor Presidente, muito obrigado. Eu há pouco disse que quando chegasse a este ponto, iria referir que a Câmara de Viseu não tem as taxas máximas. Eu gostaria de dar alguns





exemplos, não os recolhi exaustivamente, mas tem aqui duas Câmaras que nos são apontados constantemente como referência e até sabemos que em período de pré-campanha o Partido as trouxe aqui, até para ensinar como é que devíamos fazer. Falo de uma Câmara que diz, “Câmara opta por manter impostos”, falamos exactamente de uma outra diz aqui, “Câmara de Matosinhos mantém IMI no próximo dois mil e dez”, portanto, para quem diz que nós temos as taxas máximas, de facto vê aqui dois exemplos de Câmaras. Mas eu gostaria de vos dar uma outra informação, também gostaria que fosse eventualmente contrariada, o Jornal de Negócios publicou no dia quinze de Outubro o peso dos impostos das autarquias. Eu gostaria de dizer quais são as autarquias antes de Viseu, aquelas que têm peso nos impostos e estão aqui, naturalmente dos partidos maiores, mas quem é que cá está: Loulé, Albufeira, Cascais, Lagos Lagoa, Óbidos, Benavente, Portimão, Mafra, Sintra, Silves, Tavira, Loures, Almada, Vila do Bispo, Nazaré, Lisboa, por aí fora, Porto, Valongo, Matosinhos, etc., etc., etc., e só depois aparece a Câmara de Viseu em trigésimo oitavo lugar. Para quem diz que nós temos impostos máximos, presumo que lêem estes jornais da especialidade. Já agora, uma outra coisa, para contrariar esta história dos impostos máximos, quando a taxa máxima era zero vírgula oito, o Município a que eu presido, em dois mil e sete propôs que passasse para zero vírgula sete, como é sabido e quando era dos prédios antigos de zero vírgula cinco, propusemos que passasse para zero vírgula quarenta. Então o que é que aconteça já nessa altura, em dois mil e sete? Espinho tinha zero vírgula oito e zero vírgula cinco; Braga tinha zero vírgula oito e zero vírgula cinco; Guimarães tinha zero vírgula oito e zero vírgula cinco; Castelo Branco zero vírgula oito e zero vírgula cinco, Évora zero vírgula oito e zero vírgula cinco; Guarda zero vírgula oito e zero vírgula cinco; Portimão, eu acho que conhecem estas Câmaras, Loures, Amadora, Matosinhos, Vila do Conde, Viana do Castelo, etc., etc. Estar a repetir isso no pressuposto que entra no ouvido dos cidadãos e que começam a achar que isso é verdade, só pode ser por teimosia. Se os Senhores contrariarem isto que eu vos digo eu dou a “mão à palmatória”, se não contrariarem só posso dizer, quando dizem que aplicamos as taxas máximas, é mentira, tenho aqui a prova provada! Mas vamos para dois mil e nove, são dados oficiais das Finanças, eu não os inventei. Em dois mil e nove temos aqui quem é que aplica as taxas de zero vírgula sete que é o máximo, naturalmente. Braga, Castelo Branco esperamos também que sigam a mesma proposta que nós vimos fazer aqui, que é baixar uma para zero vírgula seis e outra para zero vírgula trinta e oito e portanto, o que está aqui zero vírgula sete, zero vírgula quatro, zero vírgula sete, zero vírgula quatro, a mesma coisa com Évora, a mesma coisa com a Guarda, a mesma coisa com Lisboa e por aí fora. Eu gostaria de vos dizer, Viseu aparece no lugar cento e noventa e dois. É isto. Isto são dados das Finanças, portanto, dizer, ou insistir que nós aplicamos a taxa máxima é mentira! E agora vamos até propôr o seguinte, vimos propôr que a taxa máxima do IMI passe para zero vírgula seis e que a outra taxa passe para zero trinta e oito. A juntar a isto, a redução dos coeficientes de localização que, como sabem, ao contrário daquilo que nos foi proposto, nós fizemos o trabalho como devia ser, não optamos pela proposta do Partido Socialista, que nos mandava fazer coroa concêntricas, o que deva que o coeficiente de localização fosse o mesmo do Montebelo e do Bairro da Cadeia. Nós só aprendemos aquilo que achamos justo, como achámos que isso era um exercício sem pés nem cabeça, pusemo-lo de lado e fizemos, então sim, por unidades operativas. Isso é que é correcto. O que é correcto é fazer exactamente como nós fizemos, isto é, apesar da Povoia Dão, para não dar outro exemplo, estar lá no extremo, não deve ter os mesmos coeficientes de localização que tem a freguesia de Silgueiros. São casas de segunda habitação, de gente que pode e deve ter um coeficiente de localização mais elevado e foi isso que nós fizemos. Como por exemplo, também não entendemos que o Espadanal possa ter o mesmo coeficiente de localização que têm todas as outras envolventes eminentemente rurais. Eu sei que isto dá trabalho, mas nós fizemos



unidades operativas estando elas onde estivessem no território do concelho de modo a que houvesse homogeneidade e portanto, este foi o trabalho de fizemos. Há uma coisa de nós não deixamos de dizer, porque basta consultar isso, nós andámos muito tempo para que saísse a portaria, aliás, esta Assembleia fez imensas propostas para pedir ao Governo que publicasse rapidamente a portaria. A portaria saiu mesmo em vésperas das eleições, saiu no dia trinta de Setembro, mas a portaria também é paradigmática tem lá os abaixamentos dos coeficientes de localização e portanto, não vale a pena dizer que praticamente não houve abaixamentos. Houve e de que maneira! Eu convido-os a fazerem este exercício simples, um cidadão que tenha uma casa situada num desses núcleos e que pagava anteriormente, ou melhor, que tinha na fórmula um coeficiente de localização de um ponto setenta e que agora, por força da portaria, passou para um cinquenta e onde era aplicada a taxa de zero vírgula sete e agora passa para zero vírgula seis, a redução não é pequenina. É uma redução que numa primeira fase são cerca de vinte por cento e numa outra, também, cerca de vinte por cento e portanto, não vale a pena dizer que não há reduções. Há reduções e de que maneira. Eu gostava de falar ainda nas majorações, o Senhor Presidente desafiou-me em relação a isso a meter tudo no mesmo ponto, as majorações e minorações tem dado resultado. Eu queria dizer-vos que nós temos cinquenta e dois prédios que melhoraram por força, presumimos nós, se há que há alguma relação de causa/efeito, mas houve cinquenta e dois prédios que deixaram de pagar taxa majorada, o que significa que as pessoas fizeram a sua requalificação e neste momento já não pagam a taxa majorada. Estamos a falar apenas do território da área da ACCRU, apenas, que é onde se aplica esta majoração e minoração, portanto, o que nós trazemos é, prédios em mau estado de conservação majorada a taxa, prédios que estejam em bom estado taxa minorada e prédios que estejam arrendados, em boas condições, a taxa ainda mais minorada. Isto é que é, na nossa perspectiva, fazer discriminação positiva e uma discriminação correcta, portanto, foi isto que apresentamos, Senhor Presidente”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- CINQUENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Solicita o uso da palavra e diz: “Começaria por saudar a baixa das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para a tributação do ano de dois mil e dez, que a Câmara propôs e trouxe a esta Assembleia, como sendo um passo, e é um passo, no sentido das propostas que desde o início da implementação do código do IMI, o Partido Socialista tem proposto. Aproxima-se de facto, das propostas que temos feito e daí a nossa saudação a este passo que não é ainda aquilo que se pretende e aquilo que efectivamente, poderia ser. Tendo até em consideração que o zonamento não produz efeitos para os prédios que não sejam avaliados a partir da entrada em vigor da portaria que saiu exactamente, no dia trinta de Setembro, não há de facto, um abaixamento da tributação tão substancial como aquele que o Senhor Presidente há bocadinho referiu. O abaixamento no zonamento, nos coeficientes de localização, é exclusivamente para os prédios que foram avaliados depois da entrada em vigor desta portaria, o que quer dizer, que só com os novos prédios é que isto produz efeitos. De qualquer forma deixamos a nota, a referência à baixa das taxas do IMI que são propostas a esta Câmara, claro que, para colmatar esta diferença de tributação, esta auto-tributação a Câmara continua a dispor da ferramenta que sempre dissemos que seria, que era para ultrapassarem a injustiça dos coeficientes de localização, que são as taxas exactamente, que é a ferramenta que é dada às Câmaras Municipais. Por outro lado, também sabemos que nos concelhos onde se praticam taxas máximas, para dois mil e dez, onde são propostas taxas máximas e nomeadamente os concelhos sedes de distrito, aqueles que o Senhor Presidente referiu aqui como tendo taxas máximas de IMI, são de facto, as taxas que têm os concelhos que têm os coeficientes de localização inferiores aqueles que tem Viseu. Faça o favor de apreciar, eu estou a referir-me aos coeficientes de localização para os edifícios para



habitação. Eu tive o cuidado de ver e são esses os elementos que temos. Depois, também entendemos que um abaixamento maior das taxas do IMI, seria uma forma com que a Câmara contribuiria para que as famílias com dificuldades económicas, que sabemos que o país atravessa e que se reflecte nas famílias, poderem ultrapassar. Seria também desta forma, a prestação de alguma solidariedade para todos os agentes públicos que têm nas suas competências a ultrapassagem da crise que afecta, não só o país, mas é uma crise internacional, se calhar, seria uma forma de se solidarizar com essas instituições, no sentido de ajudar a ultrapassar a crise com um abaixamento das receitas que as pessoas têm que deixar na cobrança do IMI. A cobrança do IMI, como vemos no orçamento para dois mil e dez, aumenta em cerca de dezassete por cento, com base nos montantes que nos são oferecidos no orçamento, passando de cerca de sete milhões e oitocentos mil euros, para nove milhões e duzentos mil euros, o que quer dizer que há aqui uma folga que talvez permitisse que as taxas que o Partido Socialista propõe e que seriam inferiores aquelas que a Câmara propõe, talvez coubessem nesta folga de aumento de arrecadação do IMI que a Câmara nos apresenta no orçamento. Por outro lado, também ainda, embora o IMI ao ser implementado tivesse um objectivo também de defender as finanças dos municípios, acautelá-las, o termo usado no preâmbulo do código, não seria de facto, intenção deste código exagerá-las e aumentar as receitas da forma que elas aumentaram, como poderemos constatar se verificarmos a forma como em Viseu tem vindo a crescer a arrecadação desta receita nos sucessivos orçamentos, através das contas de gerência que têm sido apresentadas aqui. O Partido Socialista ao propor as taxas que propôs, com uma redução de vinte e cinco por cento na Câmara Municipal, uma proposta que foi apresentada na Câmara Municipal e que nós aqui reiteramos faz com que não possamos votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal. Votaremos contra a proposta da Câmara Municipal, exactamente, porque entendemos que haveria a folga suficiente para que a Câmara pudesse baixar ainda mais esta taxa. Esperemos contudo, que no futuro, ela possa vir a acontecer. Peço desculpa, queria falar de outro tema que são as taxas de minoração e majoração, só uma nota de referência. Entendemos que é boa a adopção destas medidas no sentido de incentivar que o parque habitacional, principalmente o parque habitacional seja salvaguardado, deixo no entanto, aqui uma nota que penso que seria importante e que a Câmara poderá ter em consideração, se assim o entender, será mais um contributo positivo para a Câmara se quiser aceitar o nosso conselho, porque não, alargar esta majoração e esta minoração às freguesias rurais. Há imensos problemas nestas mesmas freguesias, penso que também poderíamos passar por aí. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos”.

- CINQUENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) - No uso da palavra intervém dizendo o seguinte: “Muito rapidamente, para dizer o seguinte, há bocado na intervenção sobre o orçamento, não nos referimos exactamente às taxas do IMI e dissemos que o faríamos nesta altura, isto porquê? Para saudar o princípio aqui aplicado pela redução das taxas. Vimos com muitos bons olhos esta redução que é aqui proposta para zero seis e para zero trinta e oito, que nos põe num patamar competitivo bastante interessante em relação às capitais de distrito que estão à nossa volta. Inclusivamente, ficamos com uma taxa mais baixa do que a de Aveiro, que é zero sessenta e cinco, salvo erro, que estão a propor para o ano de dois mil e dez. Como subjacente aquilo que a política fiscal municipal do CDS/PP é haver espaço, continuando a redução das taxas a aplicar e saudando esta vontade manifestada nesta proposta. Não iremos votar desfavoravelmente esta proposta e deixamos em jeito de recomendação, se o quiserem entender dessa forma, e porque achamos deve continuar a haver espaço para ainda no futuro conseguirmos porventura ainda ser mais competitivos nesta matéria, ter uma taxa mais reduzida, que o Executivo Camarário, estude a possibilidade numa base plurianual para que também os investidores possam saber aquilo



com que contar nos anos futuros, a possibilidade de uma redução progressiva nos próximos anos. Obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- CINQUENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PS) – Solicita a palavra para dizer o seguinte: Senhor Presidente é rápido. Gostei que o Partido Socialista tivesse saudado a Câmara, embora, como é óbvio, foi uma saudação logo seguida de uma crítica, porque deveria felicitar a Câmara pela proposta que apresentou à CNAPU no sentido do abaixamento dos coeficientes de localização. Conforme também referem, levou um desagravamento também fiscal do IMI e do IMT, isto são referências vossas na posição que tomaram, inclusivamente, da própria Câmara. Já agora, estamos numa saudação, também lamentar o atraso na publicação da portaria por parte do Poder Central, assim como, também reconhecer que a actuação da Câmara foi correcta, porque actuou aos dois níveis. Conforme disse o Senhor Presidente da Câmara, actuou ao nível dos coeficientes de localização e actuou ao nível da taxa. Por outro lado, também a felicitação que fizeram à Câmara pela proposta que fez de baixa sensível do IMI, dos prédios não avaliados, que é uma proposta em que abaixa quinze vírgula seis por cento e os prédios que já foram avaliados, catorze vírgula três por cento. É isso que estamos a falar, quando falamos em zero vírgula seis e zero trinta e oito. E conforme foi dito por parte da Câmara, não põe em causa a sustentabilidade financeira da Câmara e todos os investimentos em curso, por isso, não aderiu como seria fácil, a qualquer populismo, não aderiu a qualquer engenharia financeira. Assumi que é possível esta diminuição sem por em causa os investimentos e toda a sustentabilidade financeira da Câmara. Mas, ainda há uma coisa que não compreendi, é que no ano passado apresentaram e disseram, já com os novos factores de intervalo do Governo, disseram que era zero cinquenta e seis e a justificação que davam, enquanto não fossem corrigidos os zonamentos e os coeficientes de localização, a proposta era zero cinquenta e seis. Este ano já não é zero cinquenta e seis, é zero cinco, dois, cinco, ou seja, para o ano quanto é que vai ser? De ano para ano vai mudando, conforme a proposta do Executivo? Se o Executivo para o ano, por qualquer razão, dissesse, zero cinco, dois, cinco, o Partido Socialista dizia quanto? Como é que é possível de um ano para o outro, passar zero cinquenta e seis para zero cinco, dois, cinco. Gostava de saber qual era o estudo a que assentam para agora fazer esta proposta e a viabilidade económica da proposta”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- CINQUENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Intervém do seguinte modo: “O aumento de cerca de dezassete por cento, um milhão e trezentos e quarenta mil da taxa de IMI, resultou numa receita de mais nove milhões de euros, ou resulta numa receita de mais nove mil milhões de euros, nove milhões duzentos e trinta mil. O Senhor Presidente da Câmara tem dito repetidamente, que é mentira que Viseu tenha usado taxas máximas. Ora, em quinze de Outubro passado, o Jornal de Negócios inclui Viseu nos trinta e oito municípios com peso excessivo de imposto sobre o património, IMI e o IMT, nas suas receitas, considerando o grupo de trabalho para a revisão do sistema fiscal, que a situação está perto do limiar crítico. Podem os dados reportar-se a anos anteriores, mas a verdade é que os viseenses têm sentido nos bolsos o peso do IMI. Congratulamo-nos com o esforço que está a ser feito, mas consideramos insuficiente a minoração da taxa do IMI em cinco por cento para todos os prédios urbanos integrados na ACCRU. Pelas nossas contas uma casa com valor patrimonial tributável, por exemplo de cem mil euros, teria uma poupança para o contribuinte de vinte euros, portanto, eu diria para comprar um livro. Não será isso que vai melhorar o parque habitacional, nem incentivar o mercado de arrendamento no centro histórico. Pensamos que deveriam ser aplicadas taxas mínimas, ou perto disso, para promover o povoamento das ruas mais desertificadas do centro. Quanto à majoração,



trinta por cento, a taxa aplicada aos prédios degradados, naturalmente já é melhor, é melhor do que nada, mas pensamos que quando o código do IMI prevê a duplicação da taxa para os prédios degradados e para os prédios devolutos e a triplicação da taxa para os prédios em ruínas, perguntamos porque é que não se aplica essa penalização, já que tanto o centro histórico, como outras ruas da cidade ostentam centenas de prédios degradados e casas em ruínas que inclusivamente, põem em perigo a vida dos viseenses, como há dois anos, por exemplo, uma casa que caiu no Largo Major Monteiro Leite, na Ribeira, que só por sorte não caiu para a rua e só por sorte não matou um transeunte. Ou por exemplo, a “Casa das Bocas”, que é um património cultural, um edifício emblemático de arquitectura civil entre os séculos dezassete e dezoito, que estava devoluto há mais de uma década e que ruiu com estrondo, portanto, há cerca de um ano, ou perto disso. É tudo”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- CINQUENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Não é uma saudação, nem é uma crítica, mas é uma nota que acho que é importante que aqui seja deixada, pese embora, a intervenção esclarecedora e digamos, competente, do meu colega de bancada Alberto Ascensão. Eu só queria fazer aqui notar o seguinte, quando o código do IMI foi aprovado e a taxa máxima a aplicar para os prédios urbanos não avaliados era de zero vírgula oito, O Partido Socialista propunha na altura que se cobrasse, que houvesse uma baixa de trinta por cento a essa taxa. Significava portanto, como lembrou aqui o Deputado Mota Faria, que o Partido Socialista propunha uma taxa de zero vírgula cinquenta e seis para os prédios urbanos não avaliados, dois mil e cinco/dois mil e seis. Na altura, nesta Assembleia, e eu vou ter o prazer de na próxima, trazer as actas para lembrar a todos o que aqui foi dito do Partido Socialista, de os utópicos, os irresponsáveis, enfim, vou abster-me de continuar a dizer aqui o que se disse do Partido Socialista. Hoje, a taxa já vai nos zero vírgula seis e portanto, para os zero cinquenta e seis dos malucos, utópicos e irresponsáveis, já de facto, não falta tudo. Isto para mim só significa, e é o que eu quero aqui salientar, que a Câmara Municipal de Viseu nos últimos anos, andou a entrar nos bolsos dos viseenses indevidamente”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

- CINQUENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, dizendo o seguinte: “Eu gostaria de recordar também, porque tenho a memória também bem fresca, aquilo que dissemos sempre ao Partido Socialista e que hoje vimos aqui repetir num exercício de facto, repetitivo e sem imaginação nenhuma. Sempre nos disseram, baixem as taxas, foi aquilo que o Partido Socialista nos disse. O Partido Socialista, quando nós propúnhamos que publicassem os coeficientes de localização dizia, vocês têm um remédio, baixem as taxas. E o que nós dissemos, está nas actas, é competência para baixar as taxas, é definição do limite máximo e mínimo, do Primeiro-Ministro, aliás como o fez a seguir. Quem define o limite máximo e mínimo das taxas é o Governo, portanto, quando era zero vírgula oito, As Câmaras podiam movimentar-se até zero vírgula oito. Quando o Senhor Primeiro-Ministro numa atitude, em relação aos municípios que não o fez em relação ao Governo, passou para zero vírgula sete, as Câmaras passaram só a poder utilizar a taxa até zero vírgula sete. E agora, se quiser, para o ano, daqui por dois anos, passa para zero vírgula seis, para zero vírgula cinco, exactamente, aquilo que nós dissemos, que tenham a coragem de os baixar, para ver como é que reagem os autarcas do Partido Socialista também. Agora, vir com esta história das taxas para corrigir uma atitude inacreditável da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, que reteve a portaria durante um ano, dizer que a câmara devia fazer essa correcção por falta de coragem, eu acho isso inacreditável. Mas eu acho ainda mais inacreditável, é a partir desta última intervenção, do Deputado



João Paulo, dizer a intervenção esclarecedora do meu camarada de bancada, mas é tão esclarecedora que tinha que ser verdadeira. O Senhor Deputado Ascensão veio ali dizer que os coeficientes de localização nas cidades capitais de distrito eram mais baixos e é só por isso... Eu não o interrompi, ouvi-o, mas o que me apetecia dizer-lhe, apetecia-me apontar-lhe logo o dedo. Então eu vou ler-lhe, porque o Senhor é um profissional. Saiu uma portaria mil cento e dezanove de trinta de Setembro, é portaria recente, muito recente, trinta de Setembro. Então, Braga tem como coeficiente mínimo zero cinquenta e cinco, Viana do Castelo zero cinquenta, Ponte de Lima zero cinquenta, Guimarães zero setenta e cinco, Castelo Branco zero cinquenta, Faro zero noventa e cinco, Lisboa/Loures, zero oitenta e cinco, Lisboa um ponto vinte, Matosinhos zero noventa, Vila do Conde zero setenta e cinco e Setúbal zero oitenta. Viseu tem zero quarenta. Então mas o Senhor Deputado também nega aquilo que vem nos documentos, só faltava essa, portanto não tem nenhuma credibilidade aquilo que veio para ali dizer, pese embora de ser funcionário desse ofício, não tem nenhuma credibilidade, porque leu, ou não quis ler, aquilo que veio na portaria mil cento e dezanove, que nós andámos a exigir que fosse publicada e conforme esta Assembleia o referiu. Eu peço desculpa, veja os quadros, eu não estou a falar de uma coisa abstracta, portaria mil cento e dezanove, da sua página sete mil e dezanove, tem lá os quadros, faça o favor de o ler e não vir para aqui dizer este tipo de inverdades. Comecem bem estas sessões! Comecem bem este mandato, que é para terem alguma credibilidade, porque senão ninguém os leva a sério. Não vale a pena vir com este tipo de argumentação. Depois, também uma outra coisa que gostaria de dizer. Nós diminuimos as taxas agora, não as anunciámos antes de onze de Outubro. Agora! Podíamos, eventualmente refugiarmo-nos nesta discussão, que não levava a coisa nenhuma e deixávamos parar as taxas como estão, tínhamos muitos exemplos de taxas de Câmaras Socialistas que não as baixam. Nós não andamos a reboque do acto eleitoral, essa é a diferença entre nós. É agora depois das eleições que vimos propor o abaixamento das taxas. Quanto aquilo que foi dito a seguir, eu acho que ou as pessoas estavam distraídas... Eu falei, quem trouxe o Jornal de Negócios de quinze de Outubro fui eu, onde referi, exactamente, qual era o peso dos impostos em Viseu, referido no Jornal de Negócios, para grande agrado nosso. Já agora também, uma outra coisa, que se percebe perfeitamente o espírito e a filosofia de actuação de certas pessoas, mas nós naturalmente, por isso é que somos de partidos diferentes, por isso é que temos visões diferentes da sociedade. Aqui em Viseu foi uma coisa curiosa, a diminuição destas taxas na ACCRU é pequena, quando a Câmara reduz cinco por cento é pouco, mas agora para os prédios que estão em ruínas a Câmara propõe trinta e veio logo o nosso amigo Deputado dizer, não, trezentos por cento que é o que diz o... Sim senhor, nós percebemos, trezentos por cento, como que fosse a razão, eventualmente, dos prédios caírem é de não terem uma taxa de trezentos por cento. Se nós tivéssemos embarcado, nós não embarcamos em maus conselhos e são maus conselhos quando querem que a gente compra tudo. Os Senhores aprenderam agora, quando está um prédio à venda na Rua Serpa Pinto, a Câmara compra, é curioso a Câmara pode comprar tudo, os Senhores aqui dizem para a gente não arrecadar receitas. A Câmara compra, mais, a Câmara até pode pagar ao Estado com “língua de palmo”, terrenos para alargar a saída para o Sátão, para depois os Senhores do Governo venderem a seguir por um milhão de euros. Esta é a concepção que os Senhores têm da defesa de Viseu. Passem muito bem, mas nós não alinhámos com isso. Os Senhores bem podem continuar com este tipo de postura, mas são responsabilizados por isso. Nós vamos responsabilizá-los. Têm pouca noção daquilo que é o interesse Local. Então a Câmara paga para alargar uma estrada que é fruída por toda a gente, com “língua de palmo” à EP e a EP passado um bocadinho vende outra vez aquele equipamento em hasta pública por um milhão de euros e os Senhores caladinhos, quer dizer, quando há aqui património da Câmara os Senhores mandam-nos levar para a Loja do Cidadão, quando há património



do Estado, os Senhores calam-se quando eles o vendem. Então, mas que raio de viseenses são estes? Que diabo, nós andamos a dizer que somos decentes de Dom Afonso Henrique, com certeza que não era assim. Eu digo que Dom Afonso Henriques que era beirão, mas que não era com este tipo de comportamento, devia ser com outro comportamento, portanto, não venham com este tipo de posturas. Querem mais, querem terrenos de borla para as escolas, para não sei quê, vejam o problema que os Senhores levantam com a Escola de Ranhados, obrigaram-nos a comprar o terreno. Então depois quando a EP está em dificuldades, vendem os terrenos, os Senhores não dizem nada, calam-se, perfeitamente! De facto, não vamos lá assim. Já agora, João Paulo, também uma outra coisa, as taxas nós utilizamo-las moderadamente e não as utilizamos, como já disse há bocadinho, para corrigir indefinições, nomeadamente do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Felizmente já saiu o Senhor Secretário de Estado, aliás, governa-se melhor cá fora, governa-se no bom sentido, não estou a dizer isto, é mesmo em sentido figurado. Tem uma posição que lhe permite fazer uma vida melhor cá fora. Mas também deixou tudo por acabar, nomeadamente uma nova Lei sobre a DERRAMA, que vamos ver agora que nem sequer lhe tocou e deu conta comigo em reunião, que esta mudança da DERRAMA da nova forma de cálculo que é um fracasso e portanto, nós esperamos que haja gente que domine estas matérias, mas que não se venha sempre com este tipo de posição, e sobretudo utilizando, isto é que não me parece correcto dizer, como foi aqui dito, a Câmara de Viseu tem os coeficientes de localização agora mais baixos, ou baixa a taxa, porque os seus coeficientes de localização nos concelhos capitais de distrito são dos mais altos. O Senhor Deputado Ascensão tem outras responsabilidades e portanto, não pode dizer isso, sob pena de não ter visto a portaria mil cento e dezanove, mas eu aconselho-o a que a leia correctamente". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- CINQUENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “É só uma rectificação, em relação ao que disse o João Paulo. É que já no ano passado, já no limite máximo, zero sete, não foram trinta por cento, se não seria quarenta e nove. Já no ano passado a proposta foi zero cinquenta e seis, com o limite máximo zero sete e por isso, a questão mantém-se, porque no ano passado zero sete, zero cinquenta e seis. Este ano zero sete, zero cinco, dois cinco”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- CINQUENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Rapidamente, peço perdão por não fazer os cumprimentos habituais, mas é o seguinte, de facto, Senhor Deputado Mota Faria, o atraso na publicação não me parece que seja propriamente um atraso da portaria. A portaria, ela própria, lendo-a no seu preâmbulo, explica as várias etapas que levaram a que a portaria tivesse avanços, depois paragens, não houve aqui recuos, não engavetamento, não nenhuma retenção da portaria, como o Senhor Presidente disse. Houve que cumprir estas etapas como estão explicadas. Vou dispensar-me de ler, porque todos temos acesso a esta portaria. Relativamente aos coeficientes de localização que o Senhor Presidente leu, de quatro ou cinco sedes de distrito, de facto, assim é, os limites mínimos são superiores aos de Viseu, Eu tenho aqui um lote de três, três, seis e quatro, dez sedes de distrito onde os limites máximos são inferiores aos de Viseu e a bitola tem sido por cima e não por baixo e eu vou dizer quais: Castelo Branco, Bragança, Braga, Beja, Guarda, Portalegre, Évora, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real. Estes têm coeficientes de localização máximos para o parque habitacional, inferiores ao de Viseu. Daí, se calhar, digo eu, as taxas aplicadas do IMI terem alguma razão de contrabalançar aqui as avaliações que foram feitas, ou que vão ser com bases nestes coeficientes. Relativamente às contas que fizemos para calcular as taxas de IMI, nós não as fizemos, fê-



las o Executivo, e bem, é a quem compete governar, é a quem compete fazer as contas. Eu há bocadinho disse a folga que há aqui assim e daí podermos pensar da forma que pensámos, portanto, não se trata de facto, de criticar por criticar. São estes os números, é esta a realidade, é aquilo que propomos, é aquilo que pensamos relativamente às taxas do IMI. Pensamos com as taxas do IMI e não com outra coisa, porque a Câmara não dispor de outra coisa, não dispõe da possibilidade, a não ser de propôr trienalmente a correcção dos coeficientes de localização e portanto, dispõe anualmente das taxas para poder corrigir aquilo que não pode corrigir noutra coisa. Como já hoje aqui foi dito, “se Maomé não vai à montanha, vai a montanha a Maomé”. Queria só corrigir uma coisa, eu hoje já não sou profissional, há seis anos que deixei de ser profissional, mantenho ainda a minha tendência para gostar destas coisas. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.

- SESSENTA – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Intervém para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, muito rapidamente, só para constatar mais uma vez, e esta intervenção veio mais uma vez dar força aquilo que nós sistematicamente temos dito aqui nesta Assembleia, em que o Partido Socialista é sempre muito rápido na defesa das decisões feitas em Lisboa e que se esquece dos viseenses. Relativamente a esta portaria, o que se passa é que tem anos de atraso na sua publicação e que nós constatámos agora aqui, vir justificar o Governo, estar do lado do Governo, em vez de dizer, então andaram aqui a meter a mão nos bolsos do dinheiro dos viseenses estes últimos anos. Mais uma vez, se vê que não está aqui o interesse da defesa dos viseenses, porque obviamente que, tiveram agora uma oportunidade de ouro para comporem a fotografia, e no final do dia até saíam daqui muito bem, mas mais uma vez a fotografia vai ficar estragada. Muito Obrigada”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

- SESSENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO - Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas da seguinte forma: “Senhor Presidente, quero corrigir algumas coisas. Como já vos habituei, eu não deixo passar nada que seja incorrecto e sobretudo, que seja inverdade. O Senhor Deputado Ascensão veio dizer que há seis anos que já não é profissional, olhe deixou-me mais descansado, muito mais descansado. Ainda bem, porque de facto, ouvir um profissional agora falar estas coisas assim, fico muito mais descansado que já não seja oficial deste ofício, porque nem sequer leu a portaria como deve ser. Mas já agora, uma outra coisa, eu aproveito para, se quiser, o informar, não tem nada a ver, ao contrário do que veio para aqui dizer, os coeficientes máximos, nem mínimos. Eu podia estar a fazer uma autêntica lição sobre isto, porque conheço bem a matéria. Sabe que o que tem a ver é a distribuição espacial. O meu amigo não sabe isso, mas eu vou contar-lhe, eu vou dizer-lhe rapidamente. Imaginem isto, um concelho pode ter de limite máximo de dois e se tiver numa unidade operativa, se tiver todo o resto de zero sessenta esse concelho tem menos tributação do que um concelho que tenha tudo a um ponto dois. É perfeitamente normal, perfeitamente normal! O João Paulo, deu-lhe agora um ataque de riso, isto dá-lhe às vezes com frequência. Podemos parar João Paulo? A gente continua... Já está corrigida, já parou, agora está sereno, já podemos continuar. É simples, quando as pessoas analisam isto por este prisma para depois fazerem conjecturas... Mas curiosamente nem por aí lá íamos, o Senhor diz que eu li três, ou quatro, li onze. Mas eu posso ler-lhas, também pelo limite máximo, para lhe demonstrar que nem por aí tem razão. Há uma coisa que veio para aqui dizer, como se nós não a conhecêssemos, eu conheço o preâmbulo da portaria, não preciso de o ler outra vez, o que lá diz é uma outra coisa. O que diz, e justifica que a portaria não saiu, por causa da crise, para dizer que a maioria dos municípios pediram aumentos dos coeficientes de localização. Isso é que o Senhor não disse. E que apenas poucos municípios incluindo o de Viseu é que pediram abaixamentos. Aquilo que o Governo fez foi, a quem





pediu aumento, perguntou-lhe se queria manter o aumento, a quem pediu a diminuição, por pressão da Associação de Municípios, fez o abaixamento tardio, portanto, não vale a pena vir dizer, porque nós conhecemos muito bem. Olhe, está aqui na portaria, eu não precisei de a ler, o meu Vice-Presidente fez-ma chegar agora, “No entanto com a grave crise económica que assolou a economia mundial e que levou ao abrandamento das transacções imobiliárias portuguesas, com impacto significativo nas famílias, nos seus recursos crescentes a habitação sucede que se alteram as circunstâncias”. É Isto o que está aqui, também lhe deu agora um ataque de riso, deve ser por contágio. Pronto, muito riso é sinal de... Como dizem nalguns lados. Está acabada a discussão”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa. Do seu lugar, diz o seguinte: “Muito obrigado, vamos então passar à votação. Vamos votar então o Ponto Seis. Foi aprovado com duas abstenções, num universo de sessenta e quatro deputados que estão na sala. Passamos ao Ponto Sete. Foi aprovado com quarenta e nove votos a favor, dez votos contra e quatro abstenções. Vou fazer um pedido, quando estivermos num decorrer de uma votação e peço aos Senhores Deputados que não se levantem, até porque é muito desagradável para quem está a fazer uma contagem, ter pessoas que se levantam, baralha um bocado, portanto, pedia esse especial favor. Passamos agora ao ponto seguinte, Ponto oito, apreciação e votação da Câmara Municipal, sobre a “DERRAMA”, portanto, com a justificação legal que está no ponto. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”. -----

- SESSENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Oito e diz: “Senhor Presidente, a nossa proposta é exactamente semelhante à da maioria dos municípios deste país. Eu queria apenas frisar que há muito que nós vimos propondo aos municípios portugueses, alteração deste método de cálculo. Como sabe, a DERRAMA foi alterada há pouco tempo, há uns anos, três, quatro anos a esta parte. Nós sempre dissemos que este método não era justo e agora já toda a gente concorda que este novo cálculo da DERRAMA tem que ser alterado. Nós limitámo-nos a fazer aquilo que os municípios de uma forma geral, Espinho Beja, Braga, Guimarães, Faro, Évora, exactamente, os mesmos montantes e é isso propomos. Todos estes municípios, digamos, têm propostas semelhantes à nossa. Só dizer uma outra coisa que repeti nesta Assembleia vezes conta, mas como há novos elementos repeti-lo outra vez. A maioria das empresas que paga DERRAMA no nosso concelho, são empresas que têm sede noutros lugares, nomeadamente empresas de bandeira como o Montepio, como a Caixa, como a EDP, como a PT, portanto, quando alguém vem aqui propôr reduções na DERRAMA, está a aumentar os lucros da PT, os lucros da Caixa Geral de Depósitos, ou os lucros da EDP. Nós não queremos contribuir para isso, queremos reduções efectivas nas empresas locais, mas que não se venha com o argumento de que com o abaixamento da DERRAMA incentivamos a localização das empresas. Eu fiz um estudo aqui há anos que se mantém actual, apenas vinte e duas empresas nacionais, ou de dimensão nacional, com trabalhos em Viseu, pagavam tanto como todas as empresas daqui, sediadas aqui, portanto, quando nós estamos a propôr, a fazer propostas da diminuição da DERRAMA, estamos a beneficiar vinte e duas dessas empresas de grande dimensão, em detrimento dos municípios todos do concelho. Deixava apenas este alerta”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão -----

- SESSENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “É óbvio que não nos agrada nunca engrossar os lucros das grandes empresas porventura nem que sejam sediadas no Concelho de Viseu, mas agrada-nos e devemos ter consideração para com as pequenas e micro empresas que são o grosso do nosso tecido empresarial e portanto pensamos que não é de todo descartável, mesmo descartável atrair investimento de novas empresas, promover a fixação das existentes porque isso acarreta a criação de novos



postos de trabalho e com a conseqüente combate ao desemprego que todos lamentamos e que existe no nosso concelho. Proporcionará o aumento e desenvolvimento das actividades económicas, o desagravamento fiscal principalmente das pequenas empresas, é nisto em princípio que tem influência. Por outro lado isso ajudaria também a ultrapassar a crise já referida relativamente ao IMI e a crise que se verifica no nosso país em consequência da crise internacional que se vive neste momento. A criação não a curto prazo mas a curto prazo da moderação a médio e longo prazo na moderação tributária municipal poderia incentivar de facto a criação de novas empresas, poderem-se criar a fixação de novas empresas no nosso concelho o que certa forma poderia vir a fazer a compensação da diminuição das taxas da derrama com o aumento do número de empresas que contribuem para essa derrama. É essa a nossa posição, a posição de abaixamento das taxas, não para o ano dois mil e dez e para o ano dois mil e nove já se assim fez a Câmara Municipal mas numa lógica da protecção das pequenas e médias empresas e micro empresas baixar para zero vírgula setenta e cinco a taxa de IMI no montante do volume de negócios até cento e cinquenta mil euros e um ponto virgula vinte e cinco para as empresas cujo volume de negócios fosse superior a cento e cinquenta mil euros. É esta a proposta que deixamos e daí é esta a proposta que defendemos, é aquela que pomos em alternativa à da Câmara Municipal e daí não podermos aprovar aquela que a Câmara Municipal nos traz. Obrigado”.

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira -----

- **SESSENTA E QUATRO - SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Quero começar esta intervenção, visto que é a minha primeira intervenção nestas assembleias eleitas recentemente para cumprimentar todos os membros eleitos, pelos vários órgãos autárquicos e em especial aqueles que o foram pela primeira vez e desejar principalmente a esses que realmente essa participação corresponda às suas expectativas e que a desenvolvam da forma mais profícuo possível. Relativamente ao tema em assunto os municípios podem deliberar lançar, anualmente, uma taxa que pode ir até ao limite máximo de um vírgula cinco por cento, a incidir sobre o lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, sem que os prejuízos fiscais de anos anteriores possam ser deduzidos. Como o Senhor Presidente já disse esta situação verifica-se a partir de dois mil e sete, pois anteriormente esta taxa era superior e incidia sobre a colecta de IRC apurada, o que, teoricamente, provoca uma diminuição das receitas tributárias para as autarquias. Quando uma organização tem actividade num concelho, embora não estando nele sedeada, também já foi explicado a derrama incide sobre a proporção do rendimento gerado na sua área geográfica. A Administração Central decide, define e impõe os limites fiscais associados aos poderes tributários dos Municípios, nomeadamente a derrama, que pode variar entre zero por cento e um vírgula cinco por cento. Dentro destes, cabe às autarquias definir a taxa a aplicar em cada ano. A autarquia propõe uma taxa de derrama de um vírgula cinco para as empresas com volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros e uma redução de dez por cento nesta taxa para as empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, aplicando aqui desde logo o princípio de discriminação positiva para as pequenas e médias empresas de menor dimensão, princípio esse que vem na continuidade do aplicado no ano transacto e que se enaltece. As receitas provenientes das taxas propostas contribuem de forma moderada para as receitas globais orçamentadas pela autarquia, mas não deixa de ser verdade que o todo é a soma de várias pequenas partes e todas elas são relevantes. Não deixa de ser verdade também que o facto de a taxa ter passado a ser aplicada sobre o lucro tributável já está, à partida, a excluir a sua aplicação sobre as empresas que, em determinados anos, apresentam maiores dificuldades de sustentação. Existem dois aspectos que me parecem pertinentes focar. O primeiro que já foi colocado consiste no facto de que uma grande fatia das receitas



tributárias decorrentes da aplicação da derrama resulta da incidência sobre a actividade de grandes empresas cuja sede se encontra normalmente em Lisboa, mas que têm actividade no nosso concelho, como a PT, a Caixa Geral de Depósitos e outros bancos, a EDP, entre muitas outras. Ora, qualquer desagravamento da taxa da derrama para as empresas integradas na categoria com maior volume de negócios, superior a cento e cinquenta mil euros, iria beneficiar directamente estas empresas, e prejudicar os munícipes de Viseu, o que obviamente, não apresenta qualquer lógica, pois estas, mais do que quaisquer outras, devem contribuir, pelo menos dentro do legalmente e fiscalmente definido, para o crescimento sustentado dos concelhos e ainda mais dos concelhos do interior. O segundo aspecto é a justificação normalmente apresentada pelos partidos que, nesta assembleia, votam sempre contra as propostas das taxas da derrama, quaisquer que sejam os seus valores. Este aspecto tem a ver com a ideia que a taxa da derrama condiciona a decisão das empresas sobre a implementação das suas actividades em determinado concelho. O que importa aqui é demonstrar é se existe uma relação negativa entre a taxa da derrama e a implementação de actividades empresariais, ao aumento da primeira, corresponderia a diminuição da segunda e se essa é uma relação de causa-efeito. Bem para confirmar esta relação, bastaria olhar para os municípios com reconhecida implementação empresarial, nomeadamente industrial e verificar que não aplicam a taxa da derrama ou que, pelo menos, não aplicam a taxa máxima. E os exemplos que trago aqui são complementares aqueles que foram invocados pelo Senhor Presidente do Executivo pois se consultarmos os valores da derrama de municípios com reconhecida concentração de actividades industriais, por exemplo, verificamos que em Estarreja a taxa da derrama é de um virgula cinco na Covilhã e no Fundão a taxa da derrama é de um virgula cinco na Marinha Grande a taxa de derrama é um virgula cinco em Campo Maior a taxa de derrama é de um virgula cinco no Barreiro e no Montijo a taxa da derrama é de um virgula cinco aqui mais perto, em Oliveira e Frades e Nelas a taxa da derrama é de um virgula cinco. Note-se novamente que estes são apenas alguns dos exemplos num grande universo mais de dois terços dos concelhos de Portugal. Não vimos as empresas a fugir destes municípios devido a taxa da derrama. Desta forma, penso que é lícito assumir que a relação negativa de causa-efeito entre a taxa da derrama e a implementação de actividades empresariais não se parece de forma alguma verificar. Desta forma, em função do exposto e porque Viseu é um exemplo de crescimento sustentado e de investimento qualificado, porque, de acordo com o ditado popular, “não se fazem omeletas sem ovos”, porque se a receita tributária decorrente da aplicação da lei diminuir é obrigatoriamente necessário reduzir o investimento, e também porque as políticas autárquicas de tributação fiscal ao longo dos últimos anos também foram sufragadas no último acto eleitoral e todos cimos e lemos os resultados, embora alguns talvez tenham tido certamente mais dificuldade do que outros para realizarem esta leitura, não posso deixar de invocar a frase que foi proferida que a autarquia tem andado a meter as mãos nos bolsos dos viseenses e realmente o Partido Socialista vê-se aqui o conceito que ele tem dos munícipes de Viseu que perto de dois terços de viseenses se deram o seu apoio à autarquia, acho que não há uma palavra para definir uma pessoa que mete as mãos nos bolsos e depois vai dar apoio, isso é o quê, consideramos os viseenses mentecaptos não sei, é uma palavra assim suave para interpretar as palavras que o Partido Socialista referiu. Desta forma o grupo parlamentar do PSD apoia a proposta do executivo camarário e irá votar favoravelmente a ela. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos -----  
 - SESSENTA E CINCO - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – No uso da palavra faz a seguinte intervenção: “Senhor Presidente mais uma vez boa tarde em relação à taxa derrama no seguimento das nossas intervenções anteriores sobre esta área da fiscalidade municipal, nós entendemos



não votar favoravelmente a aplicação desta taxa porque entendemos que a taxa da derrama pode ser um factor de discriminação positiva na captação de investimento, outras câmaras ouvimos aqui na intervenção anterior de municípios onde é aplicada a taxa máxima de derrama mas também temos aqui um Município o qual deveríamos concorrer directamente, que é o Município de Aveiro e aplica uma taxa de derrama inferior à nossa o que poderá não ter grande impacto na captação de investimento mas não deixa de ser um factor de diferenciação positiva e se calhar muitas vezes poderá ser olhado de forma diferente pelos investidores. Portanto no seguimento das nossas propostas anteriores votaremos favoravelmente a aplicação desta taxa, entendemos que aqui também há espaço para reduzir a aplicação das mesmas, entendemos que no escalão das empresas com facturação inferior a cento e cinquenta mil euros porventura podemos taxar zero tendencialmente, nas outras moderemos essa veicidade, todos temos que contribuir para o esforço comum mas provavelmente seria interessante analisar a possibilidade de numa base cória e anual se vir a reduzir gradualmente a taxa de derrama se calhar para um valor próximo do um por cento nas empresas com facturação superior a cento e cinquenta mil euros e zero nas restantes. Só queria antes de terminar fazer aqui um ligeiro comentário, já aqui foi dito por vários deputados que o resultado eleitoral tinha tido um determinado sentido de voto, isto é, e é verdade já demos aqui os parabéns e reconhecemos o mérito dessa vitória que nós consideramos realmente, não direi expressiva, bastante expressiva, diria histórica, não estamos aqui, não somos, não sabemos ler os resultados não é. Também sabemos ver que o CDS subiu ligeiramente em relação aos últimos actos eleitorais, não aquilo que efectivamos mas subiu mas também haverá mais gente a concordar com as nossas ideias. Bem mas o que eu queria dizer é o seguinte, pelo facto de eu ser o legitimado com uma grande percentagem de votos não quer dizer que as pessoas que não votaram em nós não possam expressar as suas opiniões e demonstrar aquilo que pensam, pode ser contrário em muitos aspectos ou igual noutros aspectos, esse argumento que tivemos x votos, por isso não vale a pena virem cá dizer que aquilo que os senhores pensam, porque não pensam como nós, penso que não colhe, não colhe de todo, quase que me fazia lembrar aquela frase de um célebre dirigente que a democracia que as decisões deviam ser tomadas por órgãos colegiais de número ímpar mas três eram muitos, boa tarde". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara -----

- SESSENTA E SEIS - SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder as questões colocadas do seguinte modo: “Muito obrigado Senhor Presidente, dois ou três comentários alguns não me oferece dizer nada, eu gostaria de dizer que se foi lida a proposta da Câmara que trazemos aqui para ser votada nesta Assembleia e diz exactamente propõe a redução da derrama para as pequenas e médias empresas, eu não se isto foi lido, agora parece-me que da oposição a postura é simples, quando a gente propõe redução sim tá bem mas nós propomos mais, como não é para cumprirem, não é para exercerem não é para fazerem, não custa nada ou põem sempre mais, portanto eu acho aqui um exercício demagógico de todo o tamanho portanto, nós propomos aquilo que é usável à semelhança do que se tem feito um pouco por todo o país, a posição é sempre esta, nós propomos ainda mais redução, eu acho que um dia propor aqui uma redução zero e a oposição há de vir com uma redução menos zero ponto um, não sei, não sei, talvez mas já agora eu gostaria de dizer uma outra coisa, eu estou perfeitamente de acordo com a análise que o Deputado Paulo Pereira fez e foi muito daquilo que vertemos com as nossas propostas, mas também para que não fique nenhuma dúvida, não é só como autarca mas tinha outras responsabilidades, há bocadinho o riso que foi aqui e tenho pena de cá não estar o Senhor Deputado João Paulo, o riso foi acompanhado com uma premonição de se calhar se eu fosse aluno chumbava a matemática. Mas eu queria dizer vos para que não fique nenhuma dúvida aquilo que eu



disse e volto a repetir já vi que há muita gente que se calhar precisa de aulas de enriquecimento curricular, tem a ver com o seguinte aquilo que eu disse foi: era possível e demonstro com facilidade que é possível que uma câmara tenha um coeficiente de localização máximo de dois e outra câmara ter apenas um ponto cinquenta e a câmara que tem um ponto cinquenta arrecadar mais receita do IMI do que aquela que tem dois. Tão simples. Não conhecem uma coisa que na matemática se ensinava que era a ponderação. Basta que a Câmara que tem dois tenha apenas num ponto e tenha o resto do território, digamos, com um coeficiente de localização mais baixo, para que o resultado final seja esse que eu digo. De maneira que, não sei quem é que me disse que chumbava a matemática, eu acho que a pessoa nem ia à oral, com toda a certeza. Sobre aquilo que o Senhor Deputado do CDS aqui disse, nós percebemos. Já lhe disse há pouco que devia começar de outra maneira, mas o problema é seu não tenho nada a ver com isso, mas dizer que leu os resultados eleitorais, pois nós também os lemos. Lemo-los antes e também lemos alguns avisos. Um aviso, por exemplo, de que o Doutor Paulo Portas nos deixou, para eu me cuidar porque vinha aí uma nova geração de políticas. Os Senhores também têm que ler. Os resultados das eleições são para ler por todos e portanto, não vale a pena insistir, não vale a pena, o resultado foi este, nós não andamos sempre a insistir com isto. Agora há uma coisa que ficou bem patente na reunião de hoje, parece que os Senhores é que foram os vencedores. As pessoas que perderam as eleições vieram com uma arrogância aqui ao parlatório, que eu não estava à espera, com um desprante, com uma arrogância, digamos, com uma vontade de nos ensinar as coisas como que fossem os paladinos da verdade. Isso ficou aqui bem patente. Olhe, eu gostaria, e mesmo para terminar, acabámos nos últimos pontos e não terei mas nenhuma intervenção hoje, gostaria mesmo que a reunião não tivesse ocorrido assim, ou não tivesse decorrido desta maneira. Pensei que finalmente podíamos ter uma Assembleia Municipal mais construtiva, mas de facto, assim não ajuda quando a gente tem esta postura como aquela que vimos não ajuda, que fique bem claro, eu vou fazer vinte e quatro anos de Câmara, que o Senhor acha muito, mas pronto, é a vontade dos viseenses, vou fazer vinte e quatro anos de Câmara e não vou mudar em relação a isto, absolutamente nada! Conforme os Senhores tocarem eu danço. Isso foi sempre assim que fiz, não vem da minha parte nunca uma postura diferente e portanto, quando quiserem enfileirar por este tipo de discussão damos resposta, quando tiverem eventualmente uma postura diferente, como aliás, eu acho que era correcto implementar, actuaremos também dessa forma. É tudo Senhor Presidente". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- SESSENTA E SETE - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIQUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu ouvi com atenção a intervenção final, a intervenção que o Senhor Presidente fez o favor de proferir, escutei com atenção as suas palavras, aliás, como fiz durante todo o dia, de forma respeitosa e ordeira, concordará comigo. Também concordará comigo que, senão todos, a maioria dos Senhores Deputados que intervieram, mas eu falo pelos Deputados do Grupo Parlamentar do CDS/PP, que é um facto, somos só dois. O Senhor Presidente referiu de manhã, somos só dois, mas continuamos cá e seguramente, continuaremos daqui a quatro anos, podemos não sermos nós, podem ser outros e poderemos ser muitos mais. Aquilo que nós viemos aqui fazer hoje, foi expressar as nossas opiniões. Expressar aquilo que pensamos que poderá ser melhor para o nosso concelho. Nalguns aspectos concordámos aqui com muitas propostas que foram apresentadas pelo Executivo Municipal. O Tiago Pinhão na intervenção que fez, em muitos aspectos, louvou a actuação da Câmara Municipal. Eu na intervenção que fiz sobre o orçamento, foquei nomeadamente o campo da educação, e disse que somos os primeiros a defender as despesas no campo da educação. Viemos aqui de uma forma construtiva, ordeira, educada, expressar as nossas opiniões. Escutámos atentamente, discordamos quando



temos que discordar, votamos contra quando entendemos que temos que votar contra e só concordamos quando temos posições convergentes. Se entendem que não deva ser assim, lamentamos e temos muita pena. Agora, nós, fiquem cientes disso, estamos aqui para quatro anos, estamos aqui para ter este tipo de intervenção e, posso garantir, vamos contribuir de forma positiva para o engrandecimento do concelho de Viseu. Essa é a nossa grande bandeira, é pôr Viseu no mapa, pôr Viseu como grande capital pela sua valia, pela sua capacidade e pela capacidade das suas pessoas. Vamos apresentar propostas, vamos fazer recomendações. Se elas forem aceites ou não, isso depois os viseenses julgarão no futuro, o tempo, felizmente, joga a nosso favor. Boa Noite”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- **SESSENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)** – No uso da palavra, profere o seguinte: “Muito rapidamente só para dizer que de facto, comparamos, e é salutar que nos comparemos com as outras autarquias, com as quais nos podemos comparar. Há uma coisa que é importante, nós estamos ainda numa fase... Não está ainda nessa fase, temos que cativar para cá empresas. É isso que se pretende, é nesse sentido que a nossa proposta é feita. Com todo o respeito pela Câmara Municipal, é também esta a nossa opinião e também tem que ser respeitada, porque ela é feita com carácter positivo e não de qualquer forma de contrariar. Não estamos aqui a baixar por baixar. Não baixámos mais, porque a Câmara baixou. Se o Senhor Presidente se lembrar, no ano passado a proposta da Câmara Municipal foi exactamente igual à que foi apresentada este ano. Este ano, nós apresentamos uma proposta exactamente igual à que apresentámos no ano passado. Não baixámos mais nem baixamos menos. Estamos a fazer a proposta que tínhamos feito antes, portanto, o que se pretende de facto, é atrair e fixar cá empresas, que não tenhamos cá. É esse o objectivo com que apresentamos a nossa proposta. Comparemo-nos, mas comparemo-nos também nisto, nós ainda não atingimos o patamar de termos empresas e precisamos de as cativar. Daí, precisamos de taxas mais baixas, uma política fiscal mais baixa para poder cativar a atracção e fixação de novas empresas. Muito obrigada”. -----

- **MESA** - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer fazer algum comentário. Não? Então vamos passar à votação. Foi aprovado com cinquenta e um votos a favor, onze votos contra e três abstenções. Passamos agora ao Ponto Nove, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA”, nos termos para os efeitos previstos no artigo cinquenta e três. Faça favor Senhor Presidente da Câmara para apresentar aqui a proposta”. -----

- **SESSENTA E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Oito, dizendo: “Senhor Presidente, penso que esta matéria é conhecida, trata-se da delegação de competências através dos primitivos contratos-programa, portanto, presumo que, não constitui novidade. Acho que os Senhores Presidentes da Junta ficariam extremamente tristes se por acaso a Assembleia não lhes delegasse este tipo de competências, portanto, é apenas isto, possibilitar que um programa tão importante, como aqueles que temos levado a cabo, continue no mandato que agora se inicia. É apenas isto”. -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Diamantino Santos, Presidente da Junta de Coração de Jesus -----

- **SETENTA – SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD)** – Pedes a palavra para intervir da seguinte forma: “As primeiras palavras, embora repetitivas, são para saudar todos aqueles que foram eleitos por escrutínio popular e que vão executar as suas funções para os próximos quatro anos. Uma saudação especial e que este mandato seja o melhor



mandato para todos nós. Em relação ao ponto que aqui me trás direi: Cabe-nos intervir nesta Assembleia na defesa de uma causa objectiva e que é para nós responsáveis pessoas políticas de proximidade, a delegação de competências nos executivos das freguesias. Entendemos essas competências como instrumento fundamental da agilização processual das tarefas que nos estão confiadas, permitindo-nos o exercício pleno das nossas funções e responsabilidades. Os presidentes e respectivos executivos das trinta e duas freguesias do concelho de Viseu, eleitos pelo Partido Social-democrata saúdam essa medida, assumida desde há muito pelo Executivo Municipal, liderada pelo Doutor Fernando Ruas. Aqueles instrumentos, a delegação de competências, junta-se com grande ênfase os meios e recursos financeiros que nos são disponibilizados. Diz a sabedoria popular, e aqui já foi dito este ditado “que sem ovos as omeletas, não são passíveis de ser feitas”. Seguramente com escassos meios e recursos financeiros que são transferidos do Poder Central para as autarquias de proximidades, para as freguesias, nós não teríamos qualquer possibilidade de fazer fosse o que fosse. E nesse sentido, felicitamos de alguma forma todos os meios e instrumentos que são colocados à nossa disposição, falo dos contratos-programa, falo dos protocolos e acima de tudo também, obviamente da operacionalização desses contratos através das dotações financeiras, das almofadas financeiras, que o Município nos distribui. E aqui prova objectiva daquilo que dizemos está exactamente na cerce de nove mil obras feitas no outro mandato, por todo o concelho de Viseu. São essas obras de facto, o consolidar do objectivo da estratégia que o Município de Viseu defende e quer aplicar para as freguesias. Nesse sentido, concluímos dizendo, que a Bancada Parlamentar do Partido Social-democrata desta Assembleia e em especial, os Deputados Presidentes das Freguesias, saúdam e aplaudem esta medida, defendendo em absoluto, votando, naturalmente favoravelmente. Felicitando ao mesmo tempo, o Executivo Municipal, pela sua proposição reforçando assim um poder tão querido a todos nós, Poder Local. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado José Costa. -----

- SETENTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOS SANTOS COSTA (PSD) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “A Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. No âmbito da delegação de competências, que está no artigo quinquagésimo terceiro, número dois da alínea s) e sexagésimo sexto do mesmo normativo legal, compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar e de organização e funcionamento sob proposta da Câmara, autorizar a delegação de competências próprias nas juntas de freguesias interessadas, mediante a celebração de protocolo, onde figurem todos os direitos e obrigações de ambas as partes, cujos meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objecto de delegação. A delegação incide sobre as actividades, incluindo a realização de investimentos constantes das Opções do Plano e do Orçamento Municipal e pode abranger designadamente, como está expresso na documentação, conservação e limpeza das bermas e caminhos, conservação do calcetamento, alargamento, pavimentação, gestão e conservação de jardins e outros espaços ajardinados, conservação e reparação de escolas do ensino básico e do ensino pré-escolar, atribuição de numeração policial, colocação e manutenção da sinalética toponímica, saneamento básico e abastecimento de água, construção, conservação e limpeza de cemitérios, construção e conservação de equipamentos desportivos e culturais. É notório, no contexto autárquico, a adopção do modelo autárquico de gestão participada com vista à melhoria da sua organização e à acção junto dos seus munícipes e fregueses, ter construído resultados muito positivos. Naturalmente, a transformação das práticas de gestão, tendo em conta os princípios do trabalho em equipa e da participação, entre outras, passou a ser uma exigência. Sente-se num clima de confiança a necessidade de criar um ambiente de crescimento e de desenvolvimento das autarquias, produzindo



muitas vezes, um verdadeiro sinergismo de potenciação. Com efeito, o PSD congratula-se, por este motivo, com a proposta do Executivo Camarário liderado pelo Doutor Fernando Ruas. Trata-se de uma iniciativa de grande alcance evidenciando uma enorme confiança nos executivos das juntas de freguesia, consagrando desta forma, a possibilidade dos mesmos poderem continuar a demonstrar cabalmente, a sua competência e importância na gestão autárquica. A sua acção dinamizadora e concretizadora em mandados anteriores, visível a olho nu, tem demonstrado uma vontade, um querer, um sentido de responsabilidade de enorme acuidade, o que nos dá a garantia de esta nova iniciativa poder ser ainda melhor, fruto dos saberes e experiência acumuladas. Mais ainda, é fundamental construir nas autarquias um clima de participação de todos os actores envolvidos, órgãos representativos das juntas e órgãos representativos do município, assegurando e procurando dinâmicas nas quais todos se sintam integrados. Por outro lado, o desenvolvimento local é essencialmente um modo de pensar, que defende a necessidade de introduzir a gestão participada na lógica do desenvolvimento. É neste contexto, num esforço e objectivo comum, que se transformam e edificam novos autarcas e se constroem aldeias, vilas e cidades mais bonitas e mais qualificadas. Será sempre neste e noutros contextos de vida com gestão participada e de proximidade, que as nossas gentes e o nosso património serão mais valorizados. No concelho de Viseu, os presidentes de junta de freguesia e as suas equipas, têm sido verdadeiros elefantes na procura de novos horizontes para os seus fregueses ao contribuir para a valorização, promoção e divulgação das suas gentes e das suas terras. Nunca é demais enaltecer o seu trabalho. Obrigado pela vossa dedicação e carinho”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- SETENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS) – No uso da palavra profere as seguintes palavras: “Recordo aqui uma frase que ouvi há anos, do Senhor Presidente da Câmara, e que está implícita nesta delegação de competências nas juntas de freguesia. O Senhor Presidente da Câmara dizia numa reunião centralizada, em que ele era também o Presidente da Câmara, que, “o dinheiro nas mãos dos presidentes de junta rende sempre mais”. É verdade, os presidentes de junta exercitam a política de investimento local de proximidade e daí, a rentabilidade que normalmente dão aos dinheiros que lhes são atribuídos. É sabido que estas competências são da responsabilidade dos municípios, até porque, as verbas a isso destinadas, é a Câmara que dispõe delas, algumas receitas próprias, outras receitas transferidas pelo Poder Central. O conjunto de ambas faz com que a Câmara tenha na área da sua competência, exactamente nos termos da Lei cento e sessenta e nove, noventa e nove, que aqui foi referida, de dezoito de Setembro, que também lhe permite fazer estas delegações de competências, aliás, são aquilo que depois se vai consubstanciar os conhecidos contratos-programa que celebra com as juntas de freguesia. Não temos nada contra, achamos muito bem e reiteramos também nós, a confiança demonstrada como aqui foi aqui afirmado pelo Senhor Deputado José Costa, a confiança que através disto é delegada também nos presidentes de junta de freguesia. Contudo há aqui um pormenor, que eu sei que o Senhor Presidente não vai gostar, já hoje aqui usado o problema opacidade, é um assunto que eu não trago aqui pela primeira vez. A Câmara dispõe de cerca de cinco milhões e novecentos mil euros para transferência para as freguesias, seria de facto, uma transparência absoluta, isso sem prejudicar tudo aquilo que eu disse, quero sublinhar esse aspecto. Seria de uma transparência absoluta se a cada uma desta competência delegadas às juntas de freguesia, a cada freguesia fosse de facto atribuído, qual a parte daquela importância, cerca de cinco milhões e novecentos mil, que vai ser transferido para as freguesias, ao invés de ter que ser negociado, e sabemos bem que uma negociação depende sempre de, pelo menos, duas partes, daí, haver depois agilidade de cada um negociar para poder e porque está sempre em causa o melhor que cada freguesia





quer, também o Presidente da Câmara quererá o melhor para as juntas de freguesia. Contudo, fica ao arbítrio dessa negociação. Transparência absoluta seria de facto, atribuir a cada uma destas competências delegadas e a cada uma das freguesias a respectiva verba. Deixo só em nota de rodapé, qual seria a reacção do Senhor Presidente da Câmara, se o Poder Central delegasse competências e só mais tarde viesse a negociar o respectivo envelope financeiro? Eu penso que ninguém gosta disso. Não retiro nada àquilo que disse antes, mas deixo mais uma vez o apelo que já não é a primeira vez que faço aqui, no sentido de que os orçamentos das freguesias sejam mais correctos, o plano de actividade seja mais objectivo, porque se contarem e souberem aquilo com que contam, de certeza que os orçamentos e os planos de actividades das freguesias serão mais objectivos e mais correctos. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- SETENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa

da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Senhor Presidente, eu já tinha arrumado a pasta, mas de facto, esta última intervenção, obriga-me a... Só para fazer algum esclarecimento. Aquilo que eu ouvi é de quem não sabe sequer o que é que se passa na gestão dos municípios e depois dizem-se coisas inacreditáveis. Eu queria dizer que nós não temos nenhuma delegação de competências da Administração Central, nenhuma delegação de competências, aliás, chamam-se contratos de cooperação técnica de são discricionários, muito discricionários. O Governo faz contratos de cooperação técnica com quem quer e não diz nada a ninguém e nem sequer os publica em Diário da República, portanto, aquilo que se veio aqui dizer foi uma autêntica enormidade. Bem, mas vamos àquilo que interessa, o que a Câmara vai fazer, a Câmara tem tido uma atitude protagonista, é única quase no país, que faz esta delegação de competências e as trás aqui à reunião. E mais, e deixa que os executivos das freguesias as aceitem, porque têm que as levar às assembleias de freguesia, se por acaso não as quiserem não as têm, portanto, é bom que saibam isso. Aquilo que nós fazemos é numa atitude de descentralização. Eu estava com alguma expectativa de ver o Senhor Deputado, que hoje está muito activo, sobretudo nesta parte financeira, pensei que até que nos ia sugerir onde é que vinham os meios para transferir para as juntas de freguesia. Eu pensei que nos ia dar alguma indicação, algum auxílio para dizer, aqueles meios que o Governo do partido a que eu pertença, não transfere... O Senhor tem aqui uma achega, já que aquilo que disse anteriormente foi só, arrecade menos coisas, menos coisas, e agora diz, mais dinheiro para as juntas de freguesia. Isso de facto, é uma coisa inconcebível, aquilo que veio dizer. Os senhores presidentes de junta discutem connosco numa base sólida. Então, mas de que é que servia a discricionariedade de uma Câmara que tem toda a legitimidade para o fazer com as suas verbas, eventualmente, para equilibrar as freguesias. Aos senhores presidentes da junta nunca lhes foi omitido isso. Eu tenho toda a legitimidade e não vou abdicar dela, se eventualmente quiser fazer uma obra numa junta de freguesia, não ter que dar explicações a nenhuma outra, era o que faltava! São dinheiros da Câmara! Os senhores presidente de junta sabem o que sempre fazemos noutra, então mas a Câmara não tem essa latitude de procedimentos, eventualmente, para equilibrar o estado e o desenvolvimento das autarquias? Aquilo que aqui se veio dizer é uma autêntica enormidade, portanto, o que se diz é ponha aí... É por isso que os Senhores, eu sei que não gostam, o Senhor também disse que eu não gostava aquilo que ia dizer, também não vai gostar daquilo que vai ouvir agora. É por isso que os Senhores começaram na altura com não sei quantas freguesias e cada vez têm menos, porque os Senhores não percebem isto. Os Senhores não percebem a forma correcta como lidamos com os presidentes de junta. Veja se alguma vez ouviu um presidente de junta a dizer que não os tratámos correctamente e com conhecimento de causa sobre os contratos-programa. Isso é aquilo que os Senhores não percebem e depois dizem estas coisas. A delegação de competências



com os contratos-programa é uma novidade da Câmara Municipal de Viseu, que tem sido, já agora, como informação, e só por ética não digo o nome, que tem sido visitada por autarcas do seu partido para conhecerem como é que nós fazemos os contratos-programa”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos então proceder à votação. Foi aprovado por unanimidade. Passávamos agora ao **Ponto Dez**, que foi, eleição do “**CONCELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VISEU**”, portanto, o resultado foi, cinquenta votos na Lista A e dezasseis votos brancos. Está eleito o Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus, Senhor Professor Diamantino Amaral Santos. Passamos agora ao **Ponto Onze**, que como sabem foi substituído, eleição de um Presidente de Junta para o “**CONSELHO MUNICIPAL CINEGÉTICO**”. Também já está apurado o resultado. Cinquenta votos na Lista A e dezasseis votos brancos. Foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo, o Senhor António Lopes Marques. **Ponto Doze**, eleição de representantes da Assembleia Municipal para a “**ASSEMBLEIA DISTRIAL DE VISEU PARA O QUADRIÊNIO DE DOIS MIL E NOVE/DOIS MIL E TREZE**”. Cinquenta votos na Lista A, dezasseis votos brancos. Foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João de Lourosa, Senhor, António Sousa da Fonseca. Passamos ao **Ponto Treze**, eleição de um representante da Assembleia Municipal de Viseu, para integrar o “**CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES VISEU (DÃO LAFÕES I)**”. Foram cinquenta e um votos na Lista A, quinze votos brancos. Foi eleito o Senhor Deputado Pedro Nuno Pereira Carvalho Ruas. Passamos agora ao **Ponto Catorze**, eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a “**COMISSÃO DE PROTECCÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VISEU**”. Lista A quarenta e oito votos, Lista B dois votos, Lista C doze votos e quatro votos brancos. Estão eleitos os Senhores Deputados: Sofia Margarida Guedes Campos Salvado Pires, Elisabete Maria de Almeida Jesus Farreca, Tiago Miguel Marques dos Santos Escada e Daniela Filipa Cardoso Pereira, portanto, passam a ser os nossos representantes. Passamos agora ao **Ponto Quinze**. “**COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS**”. Cinquenta e três votos na Lista A, treze votos brancos. Está eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta, Senhor Joaquim Polónio Lopes. Passamos agora ao **Ponto Dezasseis**, eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a “**ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES**”. Vinte e um votos na Lista A, onze votos na Lista B e um voto branco. Aplicando o método de *Hondt*, estão eleitos os Senhores Deputados: António Joaquim Almeida Henriques, do PSD, Maria de Fátima Coelho Ferreira, do PS, José Manuel Henriques Mota Faria, do PSD, Manuel Teodósio Martins Henriques, do PSD, Alberto Gonçalves de Ascensão, do PS, Paulo Jorge Almeida Pereira, do PSD e Rui Alexandre Gomes Rodrigues dos Santos, do CDS/PP. Está esgotada a Ordem de Trabalhos dos dezasseis pontos. Como é hábito e como é regimental, abre-se agora o período de intervenção do público. Tenho um cidadão inscrito, que é o Senhor José Miguel Guiné, a quem dava a palavra e tem cinco minutos como é habitual. Só pedia a vossa atenção para o seguinte, precisávamos de registar em acta a seguinte deliberação, no mandato anterior já estava, neste ainda não, que era a Assembleia Municipal aprovar para que nós possamos aprovar em minuta todos os pontos de foram objecto de deliberação. Para quê? Para que amanhã já se possam assinar as minutas dos pontos. Entra imediatamente em vigor, portanto, precisava de consagrar em acta e colocava à consideração dos Senhores Deputados se alguém se opõe a este procedimento de aprovar em minuta todos os pontos que sejam objecto de deliberação, portanto vou considerar isso. Uma última nota: ainda nem todos os Senhores Deputados entregaram as fotos. Nós queríamos mandar fazer os cartões, daqueles mais pequenos, já com a fotografia incluída e convém fazê-los todos ao mesmo tempo, porque fica mais barato. Então pedia ao



Senhores Deputados que não entregaram ainda a fotografia digital, que façam o favor de o fazer. Assim como não temos ainda o e-mail de todos os Senhores Deputados, era importante que isso ficasse hoje tratado. Senhor José Miguel Guiné tem cinco minutos”. --

**- SETENTA E QUATRO – SENHOR JOSÉ MIGUEL GUINÉ –** Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Muito boa noite a todos. É assim, quem normalmente fala por último, arrisca-se a falar, ou a comentar situações que já foram amplamente debatidas aqui na Assembleia. Mas gostava de fazer uma abordagem ligeira sobre cada um dos pontos, que eu acho que são fundamentais para o desenvolvimento da nossa região, da região de Viseu, e ia passar a discriminar cada um deles: Um que já foi amplamente debatido, que é naturalmente auto-estrada Viseu/Coimbra, queria dirigir-me a vós e dizer para quando a construção Viseu/Coimbra? Ligação fundamental para o desenvolvimento da nossa região, facilitando as comunicações terrestres, de transportes, de mercadorias e ligeiros, de uma forma segura, rápida e consequentemente mais barata, facilitando aos empreendedores nacionais e estrangeiros a fixação e investimento em novas PME’s, criando mais riqueza e postos de trabalho. Todos nós sabemos que um dos factores que determina a localização da indústrias das PME’s, tem a ver com a acessibilidades e tem a ver com a forma como as mercadorias são deslocadas. Se nós tivermos uma rede ferroviária, TGV, ou mesmo a rede ferroviária da Beira Alta e depois acessibilidades em termos de auto-estradas, naturalmente, que os nossos produtos escoariam de uma maneira mais rápida e consequentemente mais barata, tornando as nossas PME’s muito mais competitivas. Outra questão que eu gostava de falar é a questão das três Unidades de Saúde Familiar de Orgens, Rio de Loba e Abraveses. Gostava de saber para quando a tão aguardada construção destas três Unidades Familiares de Orgens, Rio de Loba e Abraveses? E quanto mais tempo quanto mais tempo as populações destas freguesias terão que se deslocar a um centro provisório, quase sem qualquer tipo de condições para o exercício da prestação de cuidados médicos de saúde, o Centro de Saúde II, no prédio da Segurança Social? Recordo que em Março e em Maio de dois mil e seis a Autarquia viseense celebrou um contrato-programa com o Ministério da Saúde para a construção das três Unidades de Saúde Familiar, já lá vão quatro anos e nada. Universidade Pública – o Ministério de Ensino Superior na décima Legislatura, o Ministro da Educação e do Ensino Superior, afirmou que durante a décima Legislatura não havia lugar à construção de mais Universidade. Eu pergunto se nesta próxima Legislatura na décima primeira, haverá, ou não, lugar à Universidade, da construção da Universidade de Coimbra? Suponho que sim. Mas voltando um bocado atrás no tempo, o Décimo Quinto Governo Constitucional, a Ministra do Ensino Superior, Doutora Graça Carvalho, deixou um projecto para a criação da Universidade Pública em Viseu, resultante de um trabalho liderado pelo Doutor Veiga Simão e que consta de uma resolução do Conselho de Ministros de dezassete de Maio de dois mil e quatro, estabelecendo como primeiro objectivo um modelo de implementação de uma Universidade em Viseu, por se encontrar inserida numa região dinâmica e competitiva. A pergunta que lanço é tão simplesmente esta, será que Viseu deixou de ser uma cidade dinâmica e competitiva desde dois mil e cinco a dois mil e nove? Penso que não. Se não porque razão ainda não existe a Universidade Pública? Fecho da Segunda Repartição de Finanças de Viseu – fala-se no fecho da Segunda Repartição de Finanças de Viseu, estranho, quando uma cidade em vinte anos dispara para vinte mil, ou tem mais de vinte mil de população. Para já uma das questões, concentrar o trabalho de duas Repartições de Finanças numa só, é diminuir a qualidade do serviço prestado e criar o caos. Eu não falava na fusão, ou na constituição de uma Repartição de Finanças, se calhar, falava na execução de uma terceira Repartição de Finanças, dada a dimensão e a evolução da nossa cidade. A Escola de Ranhados já foi falada. Eu podia falar, eventualmente no Matadouro de Viseu e gostava de saber para quando a construção do tão desejado Matadouro Regional de Viseu, equipamento



estruturante para o desenvolvimento da região. Por razão uma candidatura para a localização e construção do Novo Matadouro em Viseu foi chumbada após quatro anos de intenso trabalho para a sua elaboração? Porque razão numa primeira fase, o Ministério da Agricultura considerou este equipamento estratégico para a região e para surpresa de todos, a candidatura foi chumbada pelo PRODER? Depois de um rol de contradições, veio agora o Ministério da Agricultura dizer que afinal a candidatura está em condições de ser novamente apreciada. Como é que ficamos, constrói-se, ou não se constrói um novo Matadouro em Viseu? Acessibilidades – construção do IC Doze. Para quando a conclusão desta artéria fundamental e imperiosa. Fundamental e estruturante para o distrito de Viseu, que surge como uma nova alternativa ao degradado e mortífero IP Três para os viseenses e permitirá às populações de Mangualde, Penalva do Castelo, Nelas e Fornos de Algodres, ali nas zonas limítrofes, e restantes passageiros provenientes de Espanha, via A Vinte e Cinco, poderem usufruir de uma nova via alternativa ao IP Três, evitando assim, naturalmente, a estrada da morte, já que não se faz a Auto-estrada Viseu/Coimbra. Construção do IC Trinta e Sete, Viseu/Seia, Alternativa à Nacional Duzentos e Trinta e Um. Após múltiplos apelos às Estradas de Portugal, para a rápida conclusão do IC Trinta e Sete, como alternativa à Nacional Duzentos e Trinta e Um, desanuviando o trânsito que nesta circula, diminuindo assim, a probabilidade de ocorrência de acidentes graves numa das estradas mais mortíferas do distrito. Não esquecer que esta alternativa à Nacional Duzentos e Trinta e Um, o IC Trinta e Sete, com quatro vias, será uma ligação importante de Viseu à Serra da Estrela, potenciando o turismo, não só na zona de Viseu, como também, na zona da Serra da Estrela. Eu teria mais pontos para apresentar, mas já que ultrapassei o limite, fico por aqui”. -----

MESA – o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado. Estão assim encerrados os nossos trabalhos. Muito obrigado pela vossa presença e está encerrada a Sessão”. -----

----- A Sessão encerrou às dezoito horas. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
 (António Joaquim Almeida Henriques)